

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
TRABALHO DE DIPLOMAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO

**REABILITAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA RUA 7 DE SETEMBRO NO CENTRO HISTÓRICO DE  
CUIABÁ/MT**

**CAROLINE FERREIRA ZACAROM**

**DANIEL SILVA CAMPOS**

Várzea Grande/MT, dezembro de 2021.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
TRABALHO DE DIPLOMAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO

## **REABILITAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA RUA 7 DE SETEMBRO NO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ/MT**

**CAROLINE FERREIRA ZACAROM**

Monografia apresentada ao curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Várzea Grande (MT), como requisito parcial para obtenção do título de Graduado em Arquitetura e Urbanismo.  
Orientador: Prof. Esp. Daniel Silva Campos.

Várzea Grande/MT, dezembro de 2021.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
TRABALHO DE DIPLOMAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Título:** REABILITAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA RUA 7 DE SETEMBRO NO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ/MT

**Aluno:** CAROLINE FERREIRA ZACAROM

**Orientador:** DANIEL SILVA CAMPOS

Aprovado em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

---

Prof. Msc. Carmelina Suquerê de Moraes  
Coordenadora do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Banca Examinadora:



---

**Prof. Esp. Daniel Silva Campos**  
Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG  
Orientador

---

**Prof. Esp. Daniela Nazário Barden**  
Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG  
Examinador Interno

---

**Prof. Esp. Amélia Hirata**  
Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural - IPHAN  
Superintendente do IPHAN em Mato Grosso  
Examinador Externo

Dedico esse trabalho aos meus pais e vovô, mas principalmente para minha mãe, que nunca desistiu de mim e sempre fez de tudo para me ajudar, me aconselhando e me apoiando em todas as minhas decisões, sou muito grata por ter você como mãe. Dedico a vocês esse trabalho final, resultado de 5 aninhos sofridos, de muito esforço e noites em claro, mas com muita felicidade por ter conseguido finalizar. Compartilho com vocês uma de minhas conquistas, concretizada nessas 154 páginas.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus porque desde início da minha caminhada, estava comigo. Aos meus familiares, mas principalmente a minha mãe, que esteve comigo em todos os momentos, que me apoiou e me ajudou sempre que eu precisei. Mãe, você é perfeita!

Agradeço ao meu orientador Daniel Silva Campos, que desde o início me ajudou muito no desenvolvimento do trabalho e por toda paciência e dedicação que teve comigo. O meu agradecimento também se estende aos outros professores, que não só me ensinaram, mas acompanharam a minha jornada até aqui.

Devo agradecer também aos meus amigos, que aguentaram os meus momentos de surtos e sumiços, mas que sempre ficaram ao meu lado.

Enfim, estendo os meus agradecimentos a todos vocês, que sempre estiveram ao meu lado me incentivando, me orientando e apoiando nessa minha caminhada.

## RESUMO

ZACAROM, Caroline F. **Reabilitação e Revitalização da Rua 7 de Setembro no centro histórico de Cuiabá/MT**. 2021. 154. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Universitário de Várzea Grande, Várzea Grande, 2021.

A importância dos centros históricos está na valorização do passado, são eles os responsáveis pela expressividade existente nas formas atribuídas aos espaços físicos, praças, ruas e imóveis, sendo estes que contam a história dos povos que por ali passaram. Com o crescimento e evolução, a história das cidades sofre com a urbanização em seu cotidiano; nesse sentido, nos espaços onde haviam residências se transformaram em centros comerciais, que na busca por crescimento econômico promoveram grandes mudanças, dentre elas a descaracterização da região. No centro histórico de Cuiabá, há diversas edificações centenárias de estilo colonial português, muitas destas edificações foram esquecidas pelo poder público e por seus proprietários, havendo poucas que estão bem cuidadas e revitalizadas. Para o desenvolvimento do presente trabalho, houve uma pesquisa de caráter exploratório, especificamente sobre aporte teórico de autores que discutem temas sobre intervenções urbanas em centros históricos, além dos métodos construtivos dos casarões e as normativas e legislação, tendo como intuito a reabilitação e revitalização da Rua 7 de Setembro, localizado na Área Tombada do Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico no Bairro Centro Norte do município de Cuiabá/MT, que visa ainda reabilitar a rua e revitalizar as fachadas das edificações, buscando assim dar qualidade de vida para seus habitantes, segurança e fomentar o turismo e comércio local.

**Palavras Chave:** Intervenções urbanas. Centro Histórico de Cuiabá. Patrimônio Cultural.

# SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	18
1.1 Justificativa.....	19
1.2 Objetivos .....	22
1.2.1 Objetivo geral .....	22
1.2.2 Objetivo específicos.....	22
1.3 Problema .....	23
1.4 Metodologia.....	24
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	25
2.1 Patrimônio histórico.....	25
2.1.1 A cidade de Cuiabá - MT.....	26
2.1.2 O patrimônio histórico e educação patrimonial .....	29
2.1.3 O Centro Histórico de Cuiabá - MT .....	30
2.1.4 O tombamento do Centro Histórico de Cuiabá.....	31
2.2 Intervenção urbana.....	34
2.2.1 Intervenções urbanas em Centros históricos .....	36
2.2.2 Reabilitação.....	37
2.2.3 Revitalização.....	38
2.2.4 Gentrificação.....	39
2.3 Mobilidade urbana em áreas patrimoniais.....	41
2.3.1 Mobilidade pedonal e caminhabilidade.....	42

2.3.2	Mobilidade cicloviária .....	45
2.4	Benefícios Sociais.....	47
2.5	Benefícios Ambientais.....	48
3.	CONDICIONANTES LEGAIS E INSTITUCIONAIS.....	50
3.1	Legislação Incidente no Plano Internacional.....	50
3.1.1	Cartas Patrimoniais.....	50
3.1.2	UNESCO.....	51
3.2	Legislação Incidente no Plano Nacional.....	54
3.2.1	IPHAN .....	54
3.3	Legislação Incidente no Plano Estadual.....	55
3.4	Legislação Incidente no Plano Municipal.....	56
3.4.1	Legislação de Cuiabá/MT .....	56
4.	REFERENCIAS PROJETOVAIS.....	56
4.1	Projetos Nacionais .....	57
4.1.1	Largo do Pelourinho – Salvador Bahia.....	57
4.1.2	Centro Histórico de Olinda – Pernambuco.....	60
4.1.3	Beco do Candeeiro – Cuiabá Mato Grosso.....	63
4.2	Projetos Internacionais.....	65
4.2.1	Rua Stroget – Copenhagen Dinamarca.....	65
4.2.2	Recuperação do Patrimônio Histórico de Portugal.....	68
4.2.3	Revitalização urbana das áreas centrais de Frankfurt - Alemanha .....	44
4.3	Análise das referências.....	70
5.	CONDICIONANTES FISICOS-ESPACIAIS.....	76
5.1	Brasil.....	76

5.2	Mato Grosso.....	76
5.3	Cuiabá.....	77
5.4	Setor Oeste.....	79
5.5	Bairro Centro Norte.....	81
5.6	Hierarquização Viária, Sistema Viário e Transporte Público.....	85
5.7	Abastecimento de água, esgoto e energia.....	86
5.8	Estudo do Entorno.....	89
5.9	Aspectos geográficos e urbanísticos.....	90
5.9.1	Clima.....	91
5.9.2	Vegetação e relevo.....	91
6.	CONDICIONANTES DE PROJETO.....	92
6.1	Local de Intervenção – Rua 7 de Setembro.....	92
6.2	Diagnostico da área.....	94
6.3	Estudo de insolação e ventos predominantes.....	97
6.4	Topografia.....	99
7.	PROPOSTA PROJETUAL.....	100
7.1	Público alvo.....	100
7.2	Análise da legislação incidente no terreno.....	100
7.2.1	Zoneamento urbano.....	100
7.2.2	Acessibilidade.....	101
7.3	Programa de necessidades e fluxograma.....	103
7.4	Diagnóstico da área e dos edifícios no entorno.....	104
7.4.1	Levantamento das edificações de estudo.....	107
7.4.2	Análise das patologias.....	120

7.5	Tratamento das patologias.....	122
8.	DETALHAMENTO DO PROJETO.....	123
8.1	Partido adotado.....	123
8.2	Materiais construtivos.....	123
8.2.1	Paralelepípedo.....	123
8.2.2	Piso drenante – Tijolinho.....	125
8.2.3	Piso Tátil.....	126
8.3	Mobiliários.....	127
9.	PROPOSTA FINAL.....	135
9.1	Levantamento da Rua 7 de Setembro.....	135
9.2	Proposta para Rua 7 de Setembro.....	136
9.3	Levantamento das fachadas.....	137
9.4	Proposta fachadas.....	139
9.5	Perspectivas.....	146
10.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
11.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	144

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 01:</b> Foto da Rua 7 de Setembro antigamente.....	20
<b>FIGURA 02:</b> Foto da Rua 7 de Setembro em 1997.....	20
<b>FIGURA 03:</b> Perímetro da área e entorno de tombamento do município de Cuiabá.....	33
<b>FIGURA 04:</b> Imagem do Pelourinho, 1873 .....	57
<b>FIGURA 05:</b> Imagem do Pelourinho, 1873.....	57
<b>FIGURA 06:</b> Foto do Pelourinho atualmente.....	59
<b>FIGURA 07:</b> Foto do Pelourinho atualmente.....	59
<b>FIGURA 08:</b> Casarões Colonial de Olinda.....	61
<b>FIGURA 09:</b> Casarões Colonial de Olinda.....	61
<b>FIGURA 10:</b> Centro Histórico de Olinda.....	62
<b>FIGURA 11:</b> Centro Histórico de Olinda.....	62
<b>FIGURA 12:</b> Localização do Beco do Candeeiro.....	63
<b>FIGURA 13:</b> Foto do Beco do Candeeiro antigamente.....	64
<b>FIGURA 14:</b> Foto do Beco do Candeeiro antigamente.....	64
<b>FIGURA 15:</b> Foto do Beco do Candeeiro atualmente.....	65
<b>FIGURA 16:</b> Foto do Beco do Candeeiro atualmente.....	65
<b>FIGURA 17:</b> Gammeltorv e Nytorvy em Copenhagen 1954, antes que o espaço fosse edificado para pedestre.....	66
<b>FIGURA 18:</b> Calçada Stroget atualmente.....	68
<b>FIGURA 19:</b> Calçada Stroget atualmente.....	68
<b>FIGURA 20:</b> Fachada do edifício residencial, Augusta 170.....	69
<b>FIGURA 21:</b> Fachada do edifício residencial, Augusta 170 após reabilitação.....	69
<b>FIGURA 22:</b> Terreiro do Paço, Lisboa.....	70

<b>FIGURA 23:</b> Terreiro do Paço, Lisboa após reabilitação.....	70
<b>FIGURA 24:</b> Mapa da área central de Frankfurt.....	71
<b>FIGURA 25:</b> Torre Eschenheimer.....	72
<b>FIGURA 26:</b> Römerberg.....	72
<b>FIGURA 27:</b> Projeto de ampliação da rua de pedestre.....	73
<b>FIGURA 28:</b> Rua Zeil, Alemanha.....	73
<b>FIGURA 29:</b> Mapa do Brasil com destaque em Mato Grosso.....	77
<b>FIGURA 30:</b> População Residente, por situação de Domicílio e Sexo.....	81
<b>FIGURA 31:</b> Densidade demográfica por bairro.....	84
<b>FIGURA 32:</b> Classe de renda por bairro.....	84
<b>FIGURA 33:</b> Demarcação da Rua 7 de Setembro.....	93
<b>FIGURA 34:</b> Frente da via em frente a Gráfica Pepe.....	94
<b>FIGURA 35:</b> Foto da via esquina com R. Voluntários da Pátria.....	94
<b>FIGURA 36:</b> Foto da via esquina com R. Voluntários da Pátria.....	94
<b>FIGURA 37:</b> Foto da via esquina Praça Dr. Alberto Novis.....	95
<b>FIGURA 38:</b> Foto da via em frente ao Beco do Agostinho.....	95
<b>FIGURA 39:</b> Foto da via esquina com R. Campo Grande.....	95
<b>FIGURA 40:</b> Foto da via beco ao lado do IPHAN.....	96
<b>FIGURA 41:</b> Foto da via beco ao lado do IPHAN.....	96
<b>FIGURA 42:</b> Foto da via calçamento esquina beco ao lado do IPHAN.....	96
<b>FIGURA 43:</b> Foto da via calçamento esquina com Trav. Padre Masseratti.....	96
<b>FIGURA 44:</b> Foto da via calçamento esquina com Trav. Padre Masseratti.....	96
<b>FIGURA 45:</b> Foto da via esquina com Trav. Padre Masseratti.....	96
<b>FIGURA 46:</b> Foto da via esquina com Av. Tenente Coronel Duarte.....	97

<b>FIGURA 47:</b> Foto do calçamento da esquina com Av. Tenente Coronel Duarte.....	97
<b>FIGURA 48:</b> Foto praça Dr. Alberto Novis.....	97
<b>FIGURA 49:</b> Posição solar e dos ventos predominantes .....	98
<b>FIGURA 50:</b> Curvas de Nível.....	99
<b>FIGURA 51:</b> Tabela de Índices Urbanísticos.....	101
<b>FIGURA 52:</b> Fluxograma das vias ao entorno.....	104
<b>FIGURA 53:</b> Classificação do estado de manutenção dos edifícios.....	105
<b>FIGURA 54:</b> Planta com a tipologia arquitetônica dos edifícios.....	106
<b>FIGURA 55:</b> Planta de uso do solo.....	107
<b>FIGURA 56:</b> Instalação do piso com espaço para escoamento da água.....	124
<b>FIGURA 57:</b> Foto do Beco do Candeeiro com Piso de Paralelepipedo.....	124
<b>FIGURA 58:</b> Demonstração de permeabilidade do piso drenante.....	125
<b>FIGURA 59:</b> Detalhamento do piso drenante.....	125
<b>FIGURA 60:</b> Imagem do piso tátil instalado.....	126
<b>FIGURA 61:</b> Piso tátil de alerta e direcionável.....	126
<b>FIGURA 62:</b> Imagem poste colonial.....	127
<b>FIGURA 63:</b> Dimensionamento poste colonial.....	127
<b>FIGURA 64:</b> Detalhamento banco.....	128
<b>FIGURA 65:</b> Imagem ilustrativa do banco.....	128
<b>FIGURA 66:</b> Detalhamento lixeira.....	129
<b>FIGURA 67:</b> Imagem ilustrativa lixeira.....	129
<b>FIGURA 68:</b> Imagem ilustrativa do vaso.....	130
<b>FIGURA 69:</b> Imagem ilustrativa da primavera.....	130
<b>FIGURA 70:</b> Imagem modelo anuncios.....	133

<b>FIGURA 71:</b> Imagem modelo anuncios.....	133
<b>FIGURA 72:</b> Imagem modelo anuncios.....	133
<b>FIGURA 73:</b> Imagem modelo anuncios.....	133
<b>FIGURA 74</b> Imagem modelo anuncios.....	134
<b>FIGURA 75:</b> Imagem modelo anuncios.....	134
<b>FIGURA 76:</b> Imagem modelo anuncios.....	134
<b>FIGURA 77:</b> Planta de layout do levantamento da via.....	135
<b>FIGURA 78:</b> Planta de layout da proposta da via.....	136
<b>FIGURA 79:</b> Planta do levantamento das fachadas.....	137
<b>FIGURA 80:</b> Planta do levantamento das fachadas.....	138
<b>FIGURA 81:</b> Planta de proposta das fachadas.....	139
<b>FIGURA 82:</b> Planta de proposta das fachadas.....	140
<b>FIGURA 83:</b> Perspectiva 01.....	147
<b>FIGURA 84:</b> Perspectiva 02.....	147
<b>FIGURA 85:</b> Perspectiva 03.....	147
<b>FIGURA 86:</b> Perspectiva 04.....	148
<b>FIGURA 87:</b> Perspectiva 05.....	148
<b>FIGURA 88:</b> Perspectiva 06.....	148

## **LISTA DE QUADROS**

<b>QUADRO 01:</b> Análise de referências projetuais.....	27
<b>QUADRO 02:</b> Análise das edificações.....	119
<b>QUADRO 03:</b> Análise das patologias.....	121

## LISTA DE MAPAS

<b>MAPA 01:</b> Estado de Mato Grosso, destacando o município de Cuiabá.....	78
<b>MAPA 02:</b> Mapa da Cidade de Cuiabá, dividida por setores.....	79
<b>MAPA 03:</b> Demarcação do Setor Oeste.....	80
<b>MAPA 04:</b> Demarcação das Zonas e bairro Centro Norte.....	82
<b>MAPA 05:</b> Hierarquização Viária.....	85
<b>MAPA 06:</b> Abastecimento de Água.....	87
<b>MAPA 07:</b> Saneamento de Esgoto.....	88
<b>MAPA 08:</b> Mapa de uso e ocupação do solo.....	90
<b>MAPA 09:</b> Mapa topográfico da região Central e bairro Centro Norte.....	92

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	– Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANEEL	– Agencia Nacional de Energia
BNH	– Banco Nacional de Habitação
CONAMA	– Conselho Nacional do Meio Ambiente
ETA II	– Estação de Tratamento II
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	– Imposto sobre o Valor de Mercadorias
INBI_SU	– Inventário Nacional de Bens Imóveis Sítios Urbanos
IPAC	– Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural
IPDU	– Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano
IPHAN	– Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional
IVA	– Imposto sobre Valor Acrescentado
NBR 9050	– Norma Brasileira - Acessibilidade
ODS	– Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	– Organização das Nações Unidas
PNMU	– Política Nacional de Mobilidade Urbana
SEC	– Secretaria de Estado de Cultura
SECEL	– Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer
SNIS	– Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SPHAN	– Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TDAUP	– Trabalho de Diplomação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo
UNESCO	– Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

- ZAC – Zona de Área Central
- ZHI – I Zona de Interesse Histórico
- ZIH 1 – I Zona de Interesse Histórico 1
- ZIH 2 – II Zona de Interesse Histórico 2

## 1. INTRODUÇÃO

Num panorama de crescimento, transformação, reorganização e evolução, a história das cidades sofre com a urbanização em seu cotidiano, neste sentido os espaços onde antes predominavam residências se transformaram em centros comerciais. Esses centros comerciais representam a busca por crescimento econômico que muitas vezes promovem grandes mudanças, dentre elas a descaracterização da região.

Os centros históricos das cidades são responsáveis pela valorização do passado expressivamente aparente em todas as formas atribuídas nos espaços físicos, sejam eles nas ruas, nas praças ou nos imóveis. Fazem parte, portanto, da história da cidade e de seus habitantes (CAMPOS, 2017). No centro histórico de Cuiabá, capital do estado do Mato Grosso, existem diversas edificações centenárias de estilo colonial português, que contam em seu espaço construído urbano e arquitetônico a história do povo e toda trajetória da sociedade cuiabana.

Atualmente as edificações do centro histórico de Cuiabá se encontram esquecidas pelo poder público e população, assim como por parte de seus proprietários, havendo poucas que estão bem cuidadas e que foram revitalizadas. Ainda conta com uma população de baixo poder aquisitivo, sem condições de fazer manutenção por conta própria, revelando a precariedade em que se encontram.

Deste modo, o presente trabalho tem o intuito de desenvolver uma proposta de reabilitação e revitalização para a via pública 7 de setembro, localizada dentro da Área Tombada do Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico no Bairro Centro Norte do município de Cuiabá/MT. O projeto visa à reabilitação total da rua, alterando o sistema viário que atualmente transitam veículos automotores em uma via pedonal e a revitalização das fachadas das edificações existentes. Buscando dessa forma, melhoraria na qualidade de vida, segurança e fomentar o comércio local com o turismo visando retorno financeiro.

Na via existem imóveis que estão bem conservados e bem cuidados em contraste com aqueles que ainda não receberam manutenção de seus proprietários e que necessitam de reformas em toda a sua estrutura, bem como paredes, telhados e fachadas. O

cenário que se apresenta atualmente é de casarios descaracterizados de sua arquitetura original, com fachadas malcuidadas, ausência de pintura e grande parte das edificações possuem paredes sem reboco, muros quebrados com grandes rachaduras, mostrando total descaso de seus proprietários.

Para o desenvolvimento deste trabalho foi necessário fazer uma pesquisa de caráter exploratório, que visa buscar referências bibliográficas acerca do local de estudo, especificamente sobre o aporte teórico de bibliografias de autores que discutem temas relacionados a intervenções em centros históricos, intervenções urbanas, revitalização e reabilitação de espaço, bem como os métodos construtivos dos casarões e as normativas de legislação internacional, nacional, estadual e municipal.

## **1.1. Justificativa**

O trabalho a seguir tem a finalidade de expor o que muitos profissionais e estudiosos da área de arquitetura discutem há décadas à importância das intervenções em edifícios que resultam em centros históricos preservados. Partindo do princípio de que tudo que há no presente é resultado do empenho e trabalho árduo de preservação de profissionais empenhados em conservar para esta e para as gerações futuras, os bens entendidos como patrimônios históricos são uma parte fundamental da sociedade e as intervenções devem sim ser feitas para que estes sejam preservados.

Sendo assim, foi desenvolvido a proposta de intervenção urbana de reabilitação da Rua 7 de Setembro – alterando a via que hoje transita carros para uma via pedonal – e revitalização das fachadas existentes na via. A Rua está localizada no bairro Centro Norte, tendo como área total 1.009,98m<sup>2</sup> e 228,87m lineares, se encontra na área tombada a nível federal do Conjunto Arquitetônico, Paisagismo e Urbanístico, em Cuiabá/MT e possui no total 31 imóveis em todo o seu perímetro.

A Rua 7 de Setembro, também já foi denominada como “Rua do Oratório”, pois naquela região existia a igreja do Rosário e próximo a ela um chafariz de água santa (Água benta), que recebia água da igreja e ali as pessoas se reuniam para fazer orações. A via possui edificações centenárias de arquitetura colonial, como a Igreja Senhor dos Passos, a Casa sede do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico

e Nacional - IPHAN, Base da Polícia Militar, a Gráfica Pêpe, a Praça Alberto Novis, dentre outras edificações representativas arquitetonicamente para o centro histórico (figura 01 e 02).



**Figura 01: Localização Rua 7 de Setembro antigamente.**  
Fonte: Arquivo Digital MISC – (2021)



**Figura 02: Rua 7 de Setembro em 1997.**  
Fonte: Arquivo Digital MISC – (2021)

A região também é conhecida por sua importância histórica, alguns casarões estão bem cuidados e com as fachadas, que já passaram por reformas, entretanto outros estão malcuidados e grande parte descaracterizados de seus elementos construtivos originais, havendo poucos que ainda preservam as características arquitetônicas, que vem causando uma desvalorização do centro histórico (CONTE E FREIRE, 2005). Nesse contexto, a proposta projetual tem como objetivo a revitalizar e requalificar ruas e fachadas das edificações existentes, buscando incentivar a economia local, enriquecer o comércio com pequenas feiras livres e valorizar o turismo na região.

Sobre os espaços centrais e o turismo, Pinheiro e Santos, 2012 ressaltam que:

A valorização dos espaços centrais é decorrente do valor simbólico e econômico gerado a partir dos fluxos de pessoas que se direcionam para destinos turísticos para conhecer o patrimônio cultural edificado das cidades. O patrimônio material representado pelos centros históricos, praças, edifícios e monumentos pode ser constituído por estes como elementos principais ou agregados de valor na oferta de roteiros turísticos em determinada localidade (PINHEIRO E SANTOS, 2012, p.278).

De acordo Vargas e Castilho (2009), intervir nos centros históricos prevê não somente uma avaliação do valor histórico e patrimonial, mas também o caráter funcional das áreas em relação à estrutura urbana, considerar a necessidade de intervir e principalmente analisar o porquê de se fazer essa intervenção.

Quando se promove a conservação do patrimônio construído, seja ele cultural ou ambiental, propõe-se aos indivíduos mais qualidade de vida, garantindo às gerações atuais e futuras o apego à sua cultura e seu espaço. A esses espaços preservados chamados de bairros e territórios onde muitos vivem história de vida trocando culturas e saberes e promovendo diversidade cultural. A garantia de preservação de bairros e centros urbanos vão dar suporte e permitir que as pessoas criem raízes e vínculos para que não haja a mudança de territórios, para que se valorize o espaço em que viveu, vive e continuará vivendo.

A valorização do patrimônio histórico tem como incentivo o desenvolvimento da região local, este que por sua vez é entendido como um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a mudança na economia e na sociedade local, gerando oportunidades de trabalho e de renda superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população daquela região. O patrimônio histórico não envolve apenas isso, mas inclui também questões de religião, educação, turismo, política, cultura, lazer entre outras.

Nesse sentido, a proposta desenvolvida para a Rua 7 de Setembro, visa transformar a via por onde transitam carros para uma via pedonal, recuperando o trecho que está composto por paralelepípedos, e no restante da via será retirado o asfalto e inserido paralelepípedos e recuperando o seu calçamento em ambos dos lados, buscando manter originalidade do calçamento da via. As vias que se conectam com a Rua 7 de setembro como, beco do Agostinho, Travessa Padre Masseratti e o beco ao lado do IPHAN, também passarão pela mesma intervenção. Além disso, será necessária a construção e reconstrução das rampas de acessos das vias em seu entorno, seguindo as atuais normativas de acessibilidade.

Sendo assim as fachadas passarão por reformas, tendo como proposta arquitetônica a revitalização dos imóveis, recuperando o que está degradado e resgatando sua originalidade, seguindo o partido arquitetônico e construtivo de cada obra. Contudo essas propostas só serão desenvolvidas após a definição dos edifícios abandonados e/ou malconservados que serão utilizados como objetos de estudo.

Por conta de seus valores históricos e culturais, tendo como intenção preservá-los, a metodologia adotada nesse projeto envolve os aspectos relacionados às intervenções urbanas e arquitetônicas a serem realizadas. Através das intervenções de reabilitação e revitalização a originalidade do local irá permanecer, recuperando o que está degradado e lhe devolvendo a vida, para que assim possam ser mantidos em funcionamento.

## **1.2. Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo geral**

Desenvolver uma proposta de intervenção urbanística e arquitetônica por meio da reabilitação e revitalização da Rua 7 de Setembro, no Centro histórico de Cuiabá/MT, que se encontra descuidada e descaracterizada de seus elementos construtivos originais, visando valorizar o patrimônio edificado da região.

### **1.2.2 Objetivos específicos**

- Revisar a literatura acerca das problemáticas dos centros históricos;
- Explorar os conceitos aplicados sobre intervenção urbana em centros históricos;
- Caracterizar a área de intervenção através da elaboração de mapas e registros fotográficos.
- Desenvolver uma proposta de Reabilitação e Revitalização para a via objeto de estudos.

### 1.3 Problema

A região do centro histórico de Cuiabá é conhecida popularmente por sua importância histórica e cultural. Nela pode-se encontrar diversas edificações centenárias, construídas à época do desenvolvimento minerário desta colônia portuguesa. Sobre a proteção dessas áreas históricas, Jokiletho (2002), ressalta que:

[...] as áreas tombadas são resultadas de um processo de desenvolvimento histórico e econômico, influenciados pelas concepções da cultura urbana de cada cidade ou aglomerado cultural. Pensar o tombamento do Centro Histórico de Cuiabá, é pensar o Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico da capital, como referência para todo estado, é também poder refletir sobre o direito das pessoas que ali nasceram e contribuíram para com essa parte da história, dessa forma, fez-se necessário compreender as nuances do lugar em que se vive e pertence (JOKILETHO, 2002, apud MARTINS, 2019 p.25).

Atualmente, a situação de grande parte das edificações do Centro histórico de Cuiabá se encontra em péssimas condições, devido ao grande número de imóveis fechados, e até mesmo abandonados, causando por consequência a desvalorização da região. Há cerca de 400 imóveis na área de tombamento federal e 600 em sua área de entorno (CONTE e FREIRE, 2005).

Grande parte das edificações não se encontra em boas condições, além disso, grande parte desses imóveis estão descaracterizados de seus elementos construtivos originais, havendo poucos que ainda preservam as suas características arquitetônicas. A ausência de manutenção preventiva por parte do proprietário tem levado os imóveis, que estão dentro da área tombada a ruínas, esse proprietário pode ser público ou privado, mas, quando ele não realiza a manutenção do imóvel, o bem fica vulnerável. Neste momento ocorre a destruição do bem tombado (MARTINS, 2019, p. 36). Em consequência, faz com que os mesmos sejam invadidos, servindo como moradia para pessoas em situação de rua. Nesse sentido, torna-se uma das maiores problemáticas da região, pela falta de segurança por conta desse abandono, que por sua vez traz a sensação de insegurança a quem circula pela região em horários não comerciais. Pode-se dizer que a causa desse abandono é decorrente da degradação e o envelhecimento dos Centros Históricos e dessa forma tem provocado a desertificação do coração da cidade (GOMES, 2011). Por esse motivo a população não frequenta o espaço, aumentando gradativamente a falta de uso dos imóveis.

## 1.4 Metodologia

Para o desenvolvimento da proposta arquitetônica da Rua 7 de Setembro, foi utilizado o método qualitativo de investigação, onde em sua maioria os estudos são feitos no local de origem dos dados, estudos estes de pesquisa que se diferenciam entre si quanto à forma, método e objetivos, NEVES (1996).

GODOY (1995, p.62), ressalta sobre a pesquisa qualitativa:

[...] a diversidade existente entre os trabalhos qualitativos e enumera um conjunto de características essenciais capazes de identificar uma pesquisa desse tipo, a saber: o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; o caráter descritivo; significado que as pessoas dão às coisas e a sua vida como preocupação do investigador; e o enfoque indutivo.

Observar também ocupa um lugar importante nas abordagens de pesquisa educacional. Ela é usada como principal método de investigação ou a ela são associadas outras técnicas de coleta que possibilitam um contato pessoal entre o pesquisador e o fenômeno pesquisado (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 26).

LÜDKE e ANDRÉ (1986, p. 28), ressaltam ainda que,

Os focos de observação nas abordagens qualitativas de pesquisa são determinados basicamente pelos propósitos específicos do estudo, que por sua vez derivam de um quadro teórico geral, traçado pelo pesquisador. Com esses propósitos em mente, o observador inicia a coleta de dados buscando sempre manter uma perspectiva de totalidade, sem se desviar demasiado de seus focos de interesse. Para isso, é particularmente útil que ele oriente a sua observação em torno de alguns aspectos, de modo que ele nem termine com um amontoado de informações irrelevantes nem deixe de obter certos dados que vão possibilitar uma análise mais completa do problema.

Para a elaboração desse trabalho, foi realizado os levantamentos de dados bibliográficos (artigos, livros, teses e dissertações), com o intuito de informar com clareza como foi produzido o projeto, dando ao leitor total entendimento e objetividade dos assuntos tratados.

Por meio da leitura e levantamento dos dados bibliográficos foi feita a construção do referencial teórico referente ao tema proposto. O referencial teórico permite verificar o estado do problema a ser pesquisado, sob o aspecto teórico e de outros estudos e pesquisas já

realizados (LAKATOS; MARCONI, 2003). Visa fundamentar e dar consistência ao estudo afim de orientar o trabalho, expondo os embasamentos de pesquisas e literaturas já publicados a respeito do mesmo tema.

Quanto à etapa de pesquisa referentes às normativas, foi realizado o levantamento bibliográfico quanto às legislações nos planos internacional, federal, estadual e municipal e demais normas incidentes à via de intervenção com o intuito de levantar quais intervenções podem serem ou não realizadas no local imediato de estudo.

Também se fez necessário o estudo em referências projetuais nacionais e internacionais voltados para Patrimônio Histórico e Intervenções Urbanas, afim de estudar os históricos das edificações e dar melhor compreensão do que será proposto. Além disso, as edificações de referências auxiliam no desenvolvimento da proposta de intervenção.

Posteriormente a todo o estudo e levantamento bibliográfico foi feita visita *in loco*, para a medição das vias e fachadas, obtendo as informações necessárias para o desenvolvimento do projeto. Juntamente a essa etapa, foi realizado o levantamento fotográfico da área, com o objetivo de elaborar um mapeamento com diagnóstico de danos. Através da visita *in loco* foi possível identificar os principais problemas e elaborar um projeto que busca melhorar o local e trazer mais qualidade de vida para as pessoas que o frequentam.

Após esses processos, foi desenvolvido uma proposta projetual de intervenção urbana no local de estudos, com o intuito de reabilitar a via e revitalizar as fachadas dos imóveis presentes na mesma de acordo as leis e normas vigentes.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Patrimônio Histórico**

O Patrimônio é um conjunto de bens materiais ou imateriais que representam a história de um povo e sua relação com o meio ambiente. É a herança que um povo deixa para as gerações futuras como forma de informação. O Patrimônio pode ser classificado como

Histórico, Cultural e Ambiental. Havendo hoje uma preocupação mundial em preservá-los, através de leis de proteção e restaurações que garantem a manutenção de suas características originais (CAU, c. 2016).

Para dar entendimento ao que se refere a patrimônio histórico, primeiramente temos que estabelecer quais as diferenças conceituais ligadas ao patrimônio cultural e ao patrimônio cultural protegido pelo Estado.

Segundo DANTAS, (2013, p. 233):

[...] o conceito de patrimônio cultural (em geral) é distinto do conceito de patrimônio cultural protegido. Dizendo de outra maneira, tudo o que o homem produz ou dota de significação pode ser considerado “bem cultural”, mas nem todos esses serão objeto de proteção. O patrimônio cultural protegido é uma construção, baseada na seleção de bens que serão geridos pelas esferas estatais. Essa “seletividade”, que é alcançada à categoria de princípio interpretativo, parte da premissa de que nem tudo que é produzido ou apreciado pelo homem pode ou deve ser preservado. O princípio da seletividade impõe a discriminação entre os bens que são preservados e transmitidos através de critérios estabelecidos na legislação.

Cada país possui sua própria legislação referente ao patrimônio, são eles que fazem uma seleção que irá definir quais bens culturais ou imateriais farão parte do Patrimônio Cultural da nação. Destacando que esses bens podem ser protegidos a nível municipal, estadual e federal, pois cada esfera possui especialistas com conhecimentos adequados que podem distinguir e dar valoração dos bens culturais como patrimônio. Além dos especialistas, temos também o poder político e econômico, que pode interferir no que seja considerado, ou não, patrimônio cultural (GRANATO, RIBEIRO e ARAÚJO, 2018).

### **2.1.1 A cidade de Cuiabá/MT**

Cuiabá é a capital do estado do Mato Grosso, um dos estados brasileiros localizados na região Centro Oeste do Brasil e está situado no Centro Geodésico da América do Sul, onde dois ecossistemas se apresentam: o Pantanal, Cerrado e Amazônia Legal (mapa 01). Por sua localização Cuiabá, passou a ser conhecida nacionalmente, pois com a expedição de Rondon que realizou o trabalho de demarcação do centro geodésico da América do Sul, a cidade então passou a ser visitadas por pessoas da comunidade local e do mundo todo (MARTINS, 2019, p. 12). Em 8 de abril de 1719 Cuiabá foi fundada às margens do rio Coxipó. O pequeno povoado teve sua ata de

fundação assinada por Pascoal Moreira de Cabral, que após ser descoberta por bandeirantes paulistas deu origem ao povoado, com suas minas de ouro, mas subordinados à capitania de São Paulo (LIRA, 2011).



**Mapa 01: Estado de Mato Grosso, destacando o município de Cuiabá.**  
**Fonte: IPHAN/MT – (2010)**

Com o crescimento do povoado, tornou-se Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Em 1748, foi onde a região de Mato Grosso seria desmembrada de São Paulo, tornando-se uma capitania. A descoberta de ouro fácil fez com que um grande número de aventureiros deslocassem para a região, promovendo assim o crescimento do arraial (CONTE & FREIRE, 2005, p. 23).

Devido à vinda de Rodrigo César de Menezes, em 1927 o arraial é elevado à categoria de vila, mas somente em 1748 se tornou capitania do Mato Grosso deixando de ser comandada pela capitania de São Paulo, obtendo grande avanço nas construções que hoje conhecemos como patrimônio histórico.

Também veio para a região Antônio Rolim de Moura que tinha como responsabilidade fundar uma nova capital próximo ao rio Guaporé, ele escolheu um antigo arraial do ouro e fundou em 19 de março de 1752 Vila Bela da Santíssima Trindade. Somente no final do século XVIII, por ser uma cidade insalubre, seus Capitães Gerais retornam com os órgãos administrativos para Cuiabá. O término dessas transferências ocorreu em 1835, quando Cuiabá se transformou na capital da província do Mato Grosso, que por sua vez se transformaria em Estado com a proclamação da República (CONTE & FREIRE, 2005, p. 24).

A cidade cresceu lentamente bem como a sua população. No século XX surgem as primeiras transformações na cidade – a partir dos anos 30 e início dos 40 – com a abertura das grandes avenidas e as chamadas Obras Oficiais, dentre elas a Casa do Governador, Hotel Central (atual sede da Secretaria de Cultura do Estado), o Cine Teatro de Cuiabá, entre outros prédios da arquitetura modernista.

Nos finais dos anos 50 uma onda de descaracterização do Centro Histórico traz a demolição do Palácio Alencastro, a Delegacia Fiscal e o casario vizinho, onde foi levantado um novo palácio, atual sede da prefeitura de Cuiabá. Mais uma demolição é feita em 68, onde uma Catedral antiga, mesmo sofrendo muitas reformas, ainda mostrava a mesma igreja de 1740. Essa demolição até hoje traz polêmicas para a sociedade cuiabana (CONTE & FREIRE, 2005, p. 25).

A partir dos anos 60 e 70 Cuiabá apresenta um grande crescimento urbano e com esse crescimento veio a degradação dos serviços urbanos e da qualidade de vida. O sistema imobiliário no centro, que já o enxergava inteiramente comercial, é muito grande, essas empresas destroem sem o menor constrangimento os casarios e colocam em seu lugar arquiteturas funcionais.

Somente na década de 80 uma consciência preservacionista começa a se formar, buscando pela manutenção do centro histórico. Em 1985, provisoriamente é feito um tombamento municipal em uma área central e outra ainda no bairro do Porto. Dois anos depois o tombamento é renovado, mas apenas em 1987 é feito em nível federal. Somente da área central que viria a ser homologado em 1992

(CONTE & FREIRE, 2005, p. 26). Atualmente no Centro Histórico pode-se sentir que algumas iniciativas de recuperação estão sendo feitas, aquele processo de degradação parou, mas ainda muito trabalho precisa ser feito para que haja total recuperação do patrimônio construído.

### **2.1.2 O Patrimônio histórico e Educação Patrimonial**

Debater o patrimônio histórico é tão importante quanto à educação patrimonial, pois o sujeito com conhecimento da preservação e suas culturas tende a ter um maior respeito para toda uma história que possa encontrar pela frente, além de promover o sentimento de reconhecimento quanto à cultura local. A educação patrimonial geralmente vem trazer para todos os que estudam um universo amplamente construído e resguardado por leis que vão preservar para as gerações futuras. Desta forma enxergamos a educação patrimonial como uma forma de possibilitar ao indivíduo conhecimento suficiente para que ele valorize a sua cultura que outrora foi construída.

Segundo HORTA, em relação à educação patrimonial,

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA et al., 1999, p.6).

HORTA ressalta ainda que,

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (HORTA et al., 1999, p.6).

Nesse sentido, fazer a leitura do patrimônio existente na atualidade é compreender a história de uma geração e mergulhar nela sem a necessidade de estar lendo em livros, mas sentindo toda a construção apenas ao observar o monumento em sua frente com seus detalhes e nuances. Além disso, essa ação vai mudar a forma de ver e de pensar da sociedade com relação aos bens culturais, e que estão à disposição da sociedade, onde todos podem dar suas contribuições para manter vivo e preservado (MARTINS, 2019).

Concentrado na região do Porto e no Centro histórico, o patrimônio histórico de Cuiabá traduz os momentos históricos vividos por esta cidade, se mostrando belo e imponente trazendo grandes casarões com arquitetura colonial e expressando a riqueza de momentos vividos na época de sua colonização. As edificações ali existentes relatam a história de uma cidade na qual já viveu o auge do ouro e das pedras preciosas, que era a grande riqueza do estado. Por falta de interesse da gestão pública e de seus proprietários, algumas dessas edificações encontram-se em situação de abandono, destituídas de beleza e descaracterizadas de seus elementos construtivos originais. Atualmente alguns dos locais e edificações passaram por intervenções urbanísticas e arquitetônicas, que agora oferecem à população espaços de bem-estar e lazer, trazendo para região vida e movimento.

### **2.1.3 O Centro Histórico de Cuiabá/MT**

O Centro Histórico de Cuiabá tem como uma de suas principais leis a Lei Complementar nº 231 e 232 de 2011. Essa lei vem para dispor sobre o Uso, Ocupação e Urbanização do solo em municípios que têm seus centros históricos tombados nas três esferas, federais, municipais ou estaduais; e também para incentivar os proprietários para que preservem seus imóveis tombados.

A região do centro histórico está localizada na parte central da cidade, de acordo com Artigo 32, Cuiabá está subdivida em duas zonas - I Zona de Interesse Histórico 1 (ZIH 1), constituída pelo conjunto arquitetônico urbanístico e paisagístico e sua área de entorno tombados pela União; esta área é onde está localizada a antiga Rua de Cima (atual Rua Pedro Celestino), antiga Rua do Meio (atual Rua Ricardo Franco) e a Rua de Baixo (atual Rua Galdino Pimentel), estas que por sua vez foram de suma importância para a história e

desenvolvimento da cidade; - II Zona de Interesse Histórico 2 (ZIH 2), constituída pelo núcleo histórico do bairro do Porto, onde atualmente está localizado a Orla do Porto (Lei Complementar nº 231 de 2011, p.16).

Referente aos imóveis tombados destaca-se na lei os artigos 34,35 e 36.

Art. 34 O Município concederá incentivos fiscais, através de legislação específica para os imóveis localizados no conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico tombado pela União, quando devidamente preservados nas suas características arquitetônicas originais

Art. 35 O município concederá incentivos fiscais, através de legislações específicas para empresas estabelecidas no conjunto arquitetônico urbanístico e paisagístico tombado pela União, que adotarem horário alternativo de funcionamento.

Art. 36 Os imóveis preservados ou recuperados de acordo com as especificações do órgão federal de patrimônio histórico ficarão isentos de IPTU enquanto permanecerem em bom estado. (Lei Complementar nº 231 de 2011, p.16)

O município de Cuiabá oferece esse benefício para aqueles que mantêm o seu imóvel em bom estado de conservação, para isso cada proprietário deve buscar anualmente junto à Superintendência local do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o atestado que lhe garante o certificado e este ganha o incentivo (MARTINS, 2019).

#### **2.1.4 O tombamento do Centro Histórico de Cuiabá**

O tombamento é a maneira encontrada para garantir a preservação de bens dos patrimônios culturais; um documento do poder público aplicado para proteger e salvaguardar. A Constituição Federal regulamentou este documento, que se encontra também regulamentada em várias leis específicas, onde se destaca o Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 (CONTE & FREIRE, 2005, p. 39).

Ao ser tombado, o Estado está reconhecendo o valor artístico, histórico, científico, paisagístico ou arqueológico de um “bem cultural” e este deve ser protegido de qualquer destruição ou dano, para que sua história seja usufruída pelas gerações atuais e futuras. Ao ser

tombado o “bem” não oferece restrições aos proprietários de imóveis ou aos que usam as cidades, pelo contrário ele promove benefícios econômicos e culturais.

Em Cuiabá a região central era vista como polo de uso comercial e nos anos de 1950 deu-se início às demolições de casarios antigos, para a construção de prédios modernos e funcionais. Atualmente a região histórica possui um grande número de imóveis fechados ou abandonados, causando a desvalorização do centro histórico.

Cuiabá passou por grandes transformações, mas as transformações econômicas e sociais foram as mais marcantes. A sociedade agrária e rural tornou-se urbana com uma predominância econômica industrial e do setor de serviços. Por intermédio da secretaria responsável, o Governo de Estado do Mato Grosso iniciou o processo de tombamento do centro histórico de Cuiabá em 1985, que foi se renovando e se oficializou definitivamente em 1992.

De acordo com a equipe de elaboração do Inventário Nacional de Bens Imóveis Sítios Urbanos (INBISU CUIABÁ 2007, p. 142), ressalta que:

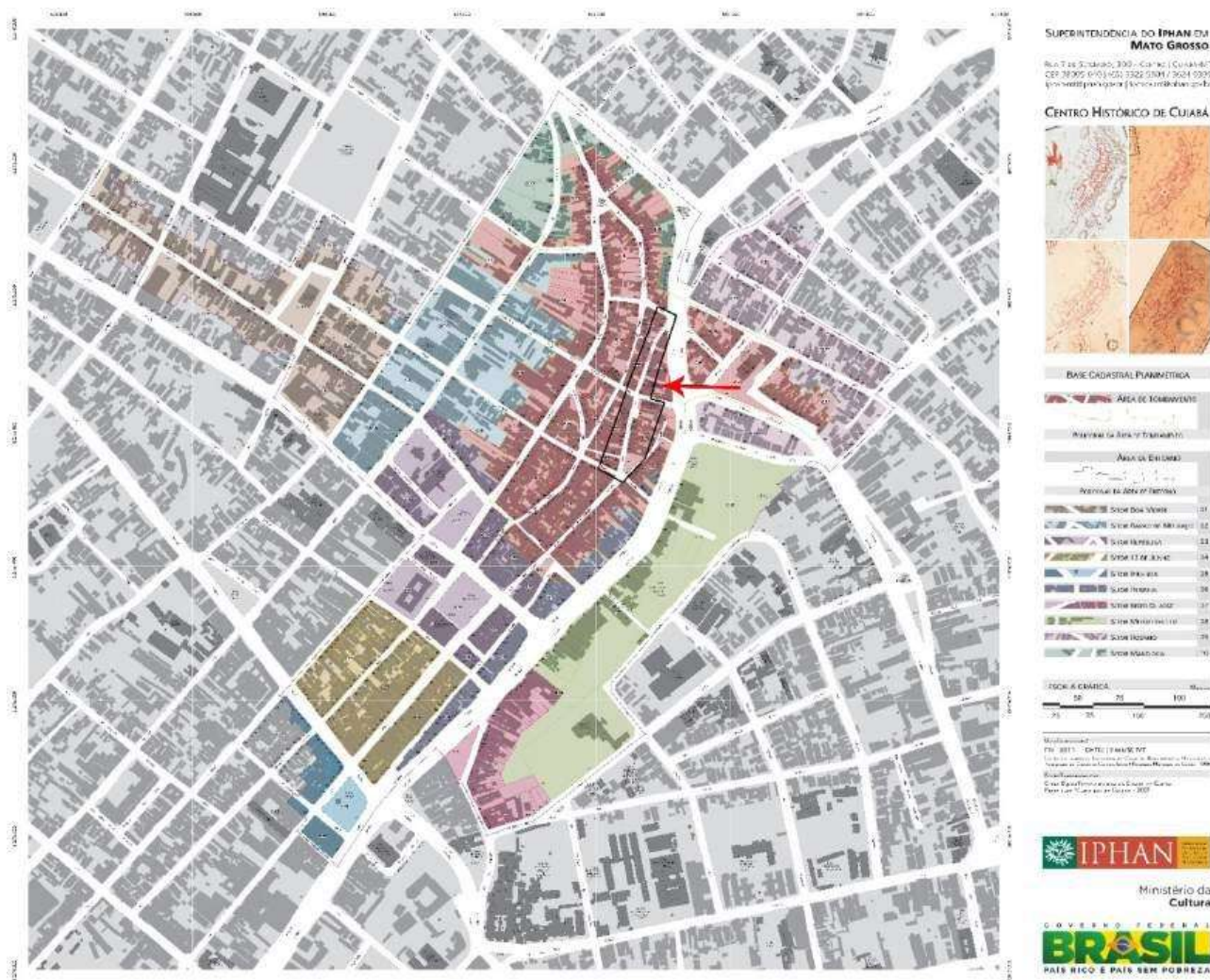
A área tombada é constituída por cerca de 400 imóveis na área do tombamento e 600 na área do entorno, totalizando uma área de 62,7 hectares, sendo 13 hectares na área de tombamento e o restante no entorno, incluindo, aproximadamente, 10 hectares do Parque Morro da Luz.

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN realizou este tombamento como forma de proteção em 1992, para assim preservar a história do povo cuiabano e garantir que casas, casarões e todo um conjunto arquitetônico fossem resguardados; bem como seus valores históricos e culturais, que acumulados em mais de trezentos anos de evolução contaria história deste povo.

Para haver tombamento, um edital notifica os proprietários, se aceita ou não que seu imóvel seja tombado. Depois disso o proprietário continua sendo dono, mas necessita de autorização do governo para qualquer intervenção que queira fazer no mesmo.

Por outro lado, após o tombamento do centro histórico de Cuiabá o mercado imobiliário desejoso de modernidade vem tentando reverter este fato, que na verdade pode significar avanço para o novo. Em contrapartida trará também prejuízos ao patrimônio histórico,

aos conjuntos arquitetônicos tombados e que representam a verdadeira memória do povo cuiabano. Na figura 03, há a poligonal de tombamento federal do Centro Histórico de Cuiabá, composta pela área tombada e pelas áreas de entorno.



**Figura 03: Perímetro da área tombada e entorno de tombamento do município de Cuiabá.**  
Fonte: IPHAN/MT – (2021)

Cuiabá perdeu muito no passado quando teve um de seus símbolos vivos da memória a cuiabana demolida, a Catedral de Cuiabá, monumento que representava o povo cuiabano. Mesmo em meio de muito clamor do povo a igreja foi implodida por aqueles que queriam modernidade, restando apenas uma grande perda patrimonial para comunidade cuiabana.

Segundo CONTE & FREIRE (2005, p. 41), ressalta que:

O tombamento justifica-se porque a área mantém íntegro o traçado urbano colonial e sobre ele guarda as marcas do processo cultural de Cuiabá: os casarões do século XVIII (ainda que alguns modificados), as edificações ecléticas do século XIX e mesmo exemplares da arquitetura dos anos 50 e 60 do século XX, tão comuns nas cidades brasileiras. Esse acervo construído “conta” a história da formação, do Centro - sendo, portanto, expressão cultural da cidade - e das atividades desenvolvidas.

Desse modo, a importância de haver o tombamento de determinadas áreas, isso manterá a integridade de edificações, o traçado urbano colonial e a expressão cultural da cidade. E pode ser feito por agentes públicos tanto da esfera federal, estadual ou municipal. Sendo esse trabalho de importância fundamental, para o Centro histórico de Cuiabá, que mapeada mostra inclusive como está à disposição dos imóveis na área tombada e que ainda se encontram em utilização como residência, comércio, serviços dentre outros (MARTINS, 2019). O centro histórico possui uma ocupação de imóveis muito pequena e alguns desses imóveis estão abandonados, trazendo um impacto desfavorável para quem mora na região. O turismo que poderia acontecer para valorizar a cultura ocorre de forma fraca e precisa ser incentivado para que se possibilite a conservação de bens tombados, que possam gerar lucros na economia local.

## **2.2 Intervenção Urbana**

Para iniciar um processo de intervenção urbana é necessário que os objetivos sejam claros, para definir estratégias e o resultado ser obtido. Dessa forma a intervenção no ambiente urbano tem como objetivo várias propostas como, a responsabilidade do reforço na identidade da obra, otimização da infraestrutura, valorização imobiliária e da gestão urbana, adequação aos padrões sócio econômicos e tecnológicos, melhoramento, avaliação e solução de problemas que ocorrem com a população no convívio urbano.

O início das terminologias utilizando o prefixo “re” inicia na década de 50, logo após a Segunda Guerra Mundial, e se prolonga até os dias atuais (PASQUOTTO, 2010). É por meio de uma intervenção urbana que pode-se realizar a requalificação, reabilitação, revitalização, renovação, recuperação e a reurbanização em áreas degradadas, com o intuito de reverter tal situação. Deste modo é possível entender que:

Uma intervenção urbana consiste em atuar em áreas já consolidadas da Cidade de maneira a reestruturar e requalificar esses espaços que muitas vezes se encontram desvalorizados, degradados e desintegrados do restante. Esse processo é possível através de projetos e planos urbanísticos que objetivam o desenvolvimento local considerando diversos aspectos condicionantes, sejam culturais, ambientais, históricos ou sociais, afinal, antes de se intervir é preciso compreender a dinâmica do urbano e suas inter-relações que pedem uma nova abordagem e um novo pensamento sobre seus processos. (FREIRE, 2015, p.14).

Sendo assim verifica-se que antes de intervir em algum espaço, existe a necessidade de se conhecer o local por inteiro, tanto no que se refere ao espaço ambiental ou ainda cultural, para desta forma se obter resultados positivos. Para execução dessas intervenções, precisa ser analisado todas as possibilidades pensando a área como parte da vida das pessoas, entender os seus anseios, capacidades e unindo a natureza com o meio urbano (BRITO, 2014).

Segundo COSTA, ANA MARIA (2006, p. 14),

[...] na contemporaneidade, aspectos inerentes à localização de determinados equipamentos, bem como as suas características arquitetônicas, revelam uma lacuna entre o planejamento urbano e a vida cotidiana. Se, por um lado, o planejamento urbano precisa considerar a história das localidades e suas especificidades, por outro, precisa aproximar-se da ótica dos sujeitos. Com essa aproximação, o planejamento urbano consideraria os aspectos subjetivos como insumos que devem fazer parte do conjunto de conhecimentos geradores das propostas de intervenção.

CASSILHA (2012) ressalta ainda que, nada pode ser feito sem a participação ativa da população, ou seja, não se pode intervir num meio onde não se tenha analisado o seu cotidiano, ou onde não se tenha consultado seus usuários. A coleta de informações no campo de pesquisa a qual se pretende intervir, é para o profissional uma tarefa imprescindível (apud. ARAÚJO, 2016, p. 16).

Nesse sentido a Intervenção Urbana é um meio de intervir em um certo ambiente ou local, com a intenção de trazer melhorias, visando uma preocupação na mudança estética do ambiente urbano. As intervenções podem estar ligadas a questões sociais, políticas,

ambientais ou históricas. Para realizarmos uma intervenção é preciso analisar e estudar as situações cotidianas da população para que nenhum problema seja esquecido, são essas análises que nos auxiliam nas medidas que serão tomadas.

## 2.2.1 Intervenções em Centros Históricos

As intervenções urbanísticas e arquitetônicas dos centros das cidades têm buscado estabelecer um plano que seja capaz de valorizar, resgatar e restaurar os espaços e edificações que compõem cada região. Deste modo, busca-se fortalecer a identidade local como produto mercadológico, agregando valor ao produto turístico, transformando as paisagens urbanas de acordo com suas características locais (CHOU e ANDRADE, 2012). Essas intervenções se devem ao fato de melhorar a aparência, conservar sua história e causar aos seus moradores o sentimento de pertencimento ao local. Sendo assim, segundo BONDUKI (2012, p. 12) é possível entender que:

Estas intervenções desempenham um papel estratégico para os núcleos históricos, tanto no que se refere à melhoria da qualidade de vida urbana de seus moradores e usuários, como em relação à criação de novas condições econômicas capazes de gerar um desenvolvimento local. Ambas as características são importantes para a sustentabilidade da preservação do patrimônio histórico. Cumprem ainda um papel essencial na mudança da imagem da cidade, fazendo com que a população passe a enxergar a relação entre as políticas de preservação e a sua vida cotidiana e não apenas como a restauração de edifícios históricos. É uma forma muito eficaz de ampliar a consciência cidadã sobre a necessidade de preservação e de criar um ambiente local favorável à proteção do patrimônio.

De acordo com VARGAS e CASTILHO (2009, p.5) as intervenções:

[...] significam, também, promover a reutilização de seus edifícios e a conseqüente valorização do patrimônio construído; otimizar o uso da infraestrutura estabelecida, dinamizar o comércio, gerar novos empregos. Em suma, implementar ações em busca da atração de investimentos, de moradores, de usuários e de turistas que dinamizem a economia urbana e contribuam para a melhoria da qualidade de vida, valorizando também a gestão urbana que executa a intervenção.

Para SCHICCHI (2005), ele ressalta que:

[...] quando pretende-se oferecer nova função e forma às arquiteturas e contextos urbanos constituídos, porém, que concomitantemente respeite ou incorpore a paisagem existente e os valores históricos, de identidade, de memória e estéticos presentes neles.

Dentre as intervenções urbanas que são realizadas, a restauração dos centros das cidades é a intervenção mais comum e amplamente utilizada para resgatar edificações de importância histórica. No entanto, FERRARA (1988), lembra que, “no restauro, o que se procura resguardar é o caráter mítico e emblemático da paisagem urbana”. A autora ainda supõe que o restauro é a “reconstrução da memória de um uso, enquanto intenção de fazer reviver o passado como fato, como dado na irreversibilidade do momento histórico (FERRARA, 1988, apud CHOU e ANDRADE, 2012, p. 4).

Nesse contexto, as intervenções urbanas são subdivididas em 5 terminologias, sendo elas Reanimação ou Revitalização, Reabilitação Urbana, Requalificação Urbana, Recuperação Urbana e Renovação Urbana (MOTISUKE, 2008). Partindo da análise de cada um destes itens citados anteriormente, conclui-se que as tipologias de intervenções adotadas neste estudo de caso apresentam-se como Reabilitação e Revitalização, considerando que cada intervenção é feita conforme suas necessidades físicas atuais, tendo em consideração os materiais e as técnicas construtivas de cada construção.

### **2.2.2 Reabilitação**

O termo reabilitar está ligado a recompor atividades e quando relacionada à área urbana significa a transformação do solo urbanizado, com o objetivo de melhorar as condições de uso, mantendo a sua originalidade e funcionalidade, propondo um novo uso ao local.

O conceito de reabilitação urbana está designado ao processo de transformação do espaço urbano, compreendendo a execução de obras de conservação, recuperação e readaptação de edifícios e de espaços urbanos, com o objetivo de melhorar as suas condições de uso e habitabilidade, conservando suas principais características (DGOTDU, 1998).

Segundo SALGUEIRO (1992, p. 390),

Reabilitação é um processo integrado sobre uma área que se pretende manter ou salvaguardar. No geral envolve o restauro ou conservação dos imóveis, a que alguns chamam de reabilitação física, e a revitalização funcional, ou seja, a dinamização do tecido

econômico e social, uma vez que manter um bairro implica conservar as suas características funcionais, aumentar a sua capacidade de atração, quer para habitantes, quer para o exercício de atividades econômicas e sociais compatíveis com a residência.

Diferente da renovação, que faz um trabalho mais pesado no tecido edificado, a reabilitação não representa a destruição do tecido, mas a sua “habilitação”, a readaptação a novas situações em termos de funcionalidade urbana. Trata-se de readequar o tecido urbano degradado, dando ênfase ao seu carácter residencial (MOURA, et. al., 2006). Nesse sentido, o termo reabilitar significa recompor atividades, preservando os edifícios e os mantendo em uso, oferecendo novas utilizações em substituição das que eram aplicadas anteriormente (CAMPOS, 2017).

### **2.2.3 Revitalização**

A Revitalização urbana é um conjunto de ações destinadas a desenvolver intervenções de recuperação dos edifícios existentes em áreas degradadas, com as intervenções mais gerais de apoio à reabilitação das estruturas sociais, econômicas e culturais locais, tendo em vista a consequente melhoria da qualidade de vida nessas áreas ou conjuntos urbanos degradados (LIMA, 2012).

Segundo MOURA (2006),

[...] a revitalização urbana obriga a intervir na melhoria da qualidade do ambiente urbano, das condições socioeconômicas ou no quadro de vida de um determinado território ('território de revitalização urbana'), baseando-se numa visão global, actuando de forma integrada e concertando um grande número de domínios e dimensões de intervenção. A sua actuação não é rígida, mas adapta-se às realidades territoriais, nas quais intervém pretendendo coordenar e adaptar os recursos existentes e potenciais, públicos e privados, apelando à população e às entidades que as representam para serem co-autoras do processo de revitalização (MOURA et al. 2006, p. 21).

No contexto de intervenção da Rua Vidal Ramos, via localizada no centro histórico de Florianópolis/SC, composta por edificações centenárias de uso comercial, BARRETO e GISLON (2013, p. 57), explicam que:

Optou-se em utilizar o conceito de revitalização para tratar do caso da Vidal Ramos, pelo fato de que a rua passou por uma intervenção que promoveu melhorias na qualidade do ambiente urbano, dinamizou a sua economia e possibilitou novas formas de interação social. A rua permaneceu com a mesma função comercial, mas foi recuperada a sua vitalidade, características estas que fazem parte dos processos de revitalização.

Deste modo, a revitalização urbana, vem com o intuito de trazer “nova vida” ou trazer “de novo” dinâmicas perdidas, desenvolve uma perspectiva claramente organicista e vitalista, na análise e no modo de planeamento do processo de urbanização ou do território urbanizado (MOURA, et al. 2006).

## 2.2.4 Gentrificação

Os processos de gentrificação foram criados em 1964, cujo conceito é atribuído à socióloga inglesa Ruth Glass, que o descrevia como processo pelos quais os bairros operários de Londres começavam a ser “invadidos” pelas classes altas e baixas. Os sobrados que existiam na região passaram por reformas, elevando o preço do mercado imobiliário, e conseqüentemente, expulsavam a classe operária, que, em vista disto, era obrigada a procurar por novas moradias, levando a uma reconfiguração sociocultural do bairro. Esta nomenclatura carrega uma conotação negativa, ressaltando a exclusão das classes menos favorecidas. Estas pessoas – que por sua vez, trabalhavam pela região – e foram obrigados a mudar para bairros mais afastados, prejudicando-os pela dificuldade de chegar aos locais de trabalho por dependerem dos transportes públicos, ocasionando (eventualmente) as perdas dos empregos (BARRETO e GISLON, 2013, p. 57)

Segundo COUTO e MARTINS (2013, p. 9)

Quando nos referimos à exclusão é no sentido do uso especulativo do espaço. Esse uso que ora valoriza e outrora desvaloriza áreas e que deixa parcela da população à mercê dos altos e baixos da economia ou ainda da dinâmica urbana ditada por determinados agentes produtores desse espaço urbano. Como em todo processo histórico ainda as relações de trabalho se hierarquizam no espaço de forma que a população expulsa, digamos assim, expulsa por não ter acesso a todo e qualquer serviço oferecido em tais áreas. Essa parcela atende a serviços prestados aos então ocupantes das áreas *gentrificadas* (áreas de status). Dessa forma perpetua as relações segregadoras de trabalho que permeiam as relações sociais e contribuem para as diferenciações e os contra usos da cidade.

Do ponto de vista da socióloga urbana, SAVAGE, WARD e WARDE (2003), analisam a gentrificação como um fenômeno urbano marcado por uma série de processos e fragmentação espacial e social que o capitalismo é capaz de estruturar, tais como:

- Reordenamento do substrato social da cidade onde ocorre a troca nas áreas centrais da cidade, de um grupo social por outro de maior status cultural e/ou econômico;
- Formação de núcleos sociais homogêneos quanto ao estilo de vida e características culturais;

- Transformação física da paisagem urbana, com a especialização de serviços urbanos e uma reestruturação urbana que prevê importantes melhorias arquitetônicas;
- Em decorrência e, ao mesmo tempo, como modo de subsidiar tal transformação, ocorre uma mudança de ordem fundiária que se associa, normalmente, à capitalização do solo urbano e a um incremento nos valores das habitações em propriedade (SAVAGE, WARD e WARDE 2003, apud. CRESTANI, 2015, p. 182).

Corroborando com as definições anteriores, Vargas e Castilho (2009), refletem que a gentrificação é utilizada pelo poder público para ajudar e motivar os investidores de iniciativa privada. Desse modo, as políticas públicas buscam valorização de toda a região, concentrando prédios comerciais e residenciais construídos em um novo local. Esta forma de buscar investimentos e provocar mudanças podem ser ambíguas, visto que – para os bairros que sofreram o processo de gentrificação – como bônus há a modernização dos edifícios da região e, conseqüentemente, maior lucratividade. Por outro lado, há a ônus da necessidade de migração das pessoas que ali residiam para locais mais afastados desta centralidade, buscando espaços mais baratos para moradia.

Contudo para o arquiteto CRESTANI (2015),

A gentrificação pressupõe transformações de centros urbanos em suas dimensões materiais, econômicas, sociais e simbólicas (Zachariassen, 2006), bem como uma reconfiguração da economia local no contexto no qual se manifesta, designando um processo de deslocamento de um grupo social participante das classes populares do centro (Smith, 2002) e o enobrecimento dessas áreas antes degradadas (Vargas e Castilho, 2009).

Ainda para CRESTANI (2015),

Os limites entre a parceria público e privado são tênues, e o modo como as propostas são veiculadas pela mídia merece um estudo com maior cuidado sobre seus resultados. Como bem proposto por Smith SMITH (2002), o discurso de regeneração da gentrificação funciona também como um modo de ratificar o poder instituído aos grandes agentes privados envolvidos no processo que, pelas políticas e investimento dos recursos públicos, se veem constantemente favorecidos pela gestão pública, enquanto o suporte para a promoção de melhorias efetivas para a vida da população é carenciado nessa articulação (Mendes, 2008).

Nesse sentido, em relação à gentrificação da região, esse procedimento ao mesmo tempo parece induzir a substituição paulatina dos residentes locais e, em especial, dos comerciantes que pelo discurso ideológico de “valorização” e regeneração possivelmente não alcançarão as condições de manutenção de vida nesse cenário de enobrecimento premeditado (CRESTANI, 2015).

Como citado, a gentrificação é um processo que tem como resultante a negativa do êxodo das pessoas de baixo poder aquisitivo para regiões mais afastadas destas centralidades. Dessa forma, a presente proposta de intervenção para a Rua 7 de Setembro têm como ônus a possibilidade de geração desse processo. Contudo, de acordo com FALCÃO e FARIAS (2018), ao ir além na conservação das condições de habitação das populações que habitam essa centralidade, o capital se ocupa de divulgar o uso dos espaços de forma comercial com o intuito de dar continuidade a preservação, produzindo uma forma de proteger os comércios tradicionais existentes nos centros, que em grande parte compõem a identidade de uma cidade, a exemplo das feiras realizadas em centralidades. Nesse sentido é possível concluir que o planejamento tem como tarefa não permitir a paralização das áreas centrais, promover a oportunidade de aquisição de cultura, em especial através de estímulo de uma mistura de moradias residenciais e comerciais para que não ocorra a nivelação dos tecidos urbanos com disposição a exclusão social por fatores de processos de mudança de paisagem urbana. Dessa forma, é proposta a implementação do processo participativo da intervenção na via com a população.

### **2.3 Mobilidade Urbana em áreas patrimoniais**

Para o desenvolvimento dessa monografia é primordial o conceito de mobilidade urbana, onde os temas de mobilidade pedonal e cicloviária, serão tratados com mais ênfase. O termo mobilidade está associado ao deslocamento de pessoas ou condições que permite ir e vir dentro das cidades com objetivos diversos, como trabalhar, estudar ou se divertir.

Segundo SIMÕES (2011, p. 20), comenta sobre os impactos do transporte individual no meio urbano:

A mobilidade em transporte individual passou a ser vista como um direito universal, no entanto esta acarreta custos cada vez maiores como o aumento da poluição ambiental, sonora e visual, o congestionamento de tráfego em diversas áreas da cidade, e o fim ou desvalorização de muitos espaços públicos, contribuindo para a deterioração da qualidade do ambiente urbano.

Quando se trata de mobilidade em transporte, passa a ser visto como direito de cada ser humano, que gera custos como tudo na sociedade, provocando benefícios e malefícios. O benefício é que facilita na mobilidade de ir e vir dentro das cidades e o malefício é que dentro da sociedade precisa preservar o meio ambiente, livre de poluição, congestionamento visual e ambiental. A mobilidade muitas

vezes pode acarretar diversos problemas como o aumento dos custos econômicos, sociais e ambientais que por vezes são incomportáveis com aquilo que é designado no sentido lato de sustentabilidade (SIMÕES, 2011).

A mobilidade para ser desenvolvida de uma forma boa ela precisa ser acessível para todos e acima de tudo ser sustentável, e isso significa dar às pessoas condições de vida com qualidade, valorizando meios que não poluem o meio ambiente. Uma das definições para mobilidade sustentável é aquela que, dando resposta às necessidades de deslocação das pessoas, se realiza através de modos de transporte sustentável (APA, 2010, p. 11), estes que por sua vez são transportes que geram menos impactos ambientais. Para se ter sustentabilidade, se torna importante pensar no meio ambiente, a vida das pessoas e a economia, bem como valorizar os meios de transporte que não provocam a poluição como bicicletas e andar a pé.

### **2.3.2 Mobilidade Pedonal e Caminhabilidade**

A mobilidade pedonal é um meio que existe desde os primórdios. Com o passar do tempo e todas as comodidades modernas o homem passou a diminuir o uso deste meio tão simples. Caminhar significa melhoras em todo corpo humano, melhora a circulação sanguínea, deixa os pulmões descongestionados, combate a doenças cardiovasculares e envia estímulos elétricos para os ossos.

Na renascença já se pensava em mobilidade pedonal, Leonardo Da Vinci em seus estudos pensou em uma cidade multinivelada, onde os variados tipos de tráfego se separavam. Le Corbusier chegou a enfatizar em seus estudos a teoria urbanística aplicada pelo movimento moderno, descritas na Carta de Atenas, escrita nos anos 30.

Todos esses motivos transformam a mobilidade pedonal em assunto tão relevante e tem sido visto pelos gestores de forma especial. Quanto a mobilidade pedonal, estudos tratam sobre a falta de espaços disponibilizados aos pedestres, já que esses se perderam durante o processo de crescimento das cidades.

Segundo FLORES (2003, p. 63),

Caminhar é um modo de viajar saudável e sustentável, adequado para curtas distâncias. Antes do aparecimento dos modos mecânicos de locomoção, comboio e automóvel, a mobilidade essencialmente, um acto local. Com a expansão urbana que os novos meios de locomoção permitiram, a escala da cidade deixou de corresponder a escala humana e a deslocação a pé entrou progressivamente em declínio.

BARRETO e GISLON (2013, p. 64) complementam:

Caminhar além de ser a forma básica de deslocamento do ser humano é o modo mais barato e acessível de transporte, e é a melhor forma de vivenciar a cidade. É passeando a pé que o indivíduo se encontra inteiramente livre para observar as coisas da maneira que lhe interessa, com total tranquilidade e captando a paisagem de acordo com as suas concepções. O caminhar proporciona ao olhar múltiplos geradores de experiências, que são absorvidas de acordo com as necessidades e os desejos do caminhante, sem contar nas possíveis trocas sociais que a rua possibilita. Caminhar, flunar por ruas aprazíveis convida as pessoas a parar, comer, brincar, descansar, interagir.

Ambos, ressaltam ainda que:

O conceito de caminhabilidade implica a qualidade do lugar, a boa acessibilidade do pedestre às diferentes partes da cidade, que, por sua vez, deve proporcionar uma motivação para as pessoas adotarem o caminhar como forma de deslocamento. A caminhabilidade pode também estar associada com outros meios de deslocamento, como a bicicleta e os automóveis, desde que a velocidade privilegie o pedestre (BARRETO e GISLON 2013, p. 64).

Numa sociedade em que as funções urbanas são distintas: habitação, trabalho e lazer - foi estabelecido diversos tipos de tráfego hierarquizados por sua tipologia. Com o rápido crescimento comercial nos centros das cidades, fez-se necessário dar ao pedestre condições de espaço, deste modo passou a se pensar em formas de transformar o espaço, que antes somente eram ocupados por veículos, em espaços para pedestres. Por conta do grande excesso de veículos motorizados que se pensou na forma de diminuir esse fluxo e transformar essas ruas em espaços pedonais, tendo como exemplo os centros urbanos das cidades europeias (FLORES, 2003).

Conforme o código brasileiro de trânsito, a calçada é: “parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestre e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros fins” (BRASIL, 1977, p. 94). A calçada além de fazer parte do sistema viário das cidades, também serve como área de interação entre as edificações e seu entorno. Os habitantes e moradores se apropriam da cidade e, mais especificamente, dos passeios públicos, transformando a circulação em algo muito mais complexo e dinâmico (ZAMPIERI, 2006).

Nesse contexto, pensando no turismo das cidades históricas, aborda-se alguns conceitos intrínsecos à caminhabilidade, como o *Flâneur*, descrito como o ato do sujeito que caminha tranquilamente pelas ruas das cidades observando o cenário urbano e captando as suas impressões. Este sujeito é um observador que caminha sem ser inserido na paisagem e sem ser notado, aprendendo detalhes e buscando novas percepções da cidade (PASSOS et al., 2006).

Para Featherstone (2000):

o *flâneur* é uma pessoa que anda pela rua sempre olhando, observando e classificando, que busca uma imersão nas sensações da cidade, infiltrando-se na multidão. Para o autor, o *flâneur* desenvolve sua sensibilidade estética durante o envolvimento e o distanciamento, entre a imersão e o descontrolo, durante o registro e a análise das impressões da rua.

BARRETO e GISLON (2013, p. 67) complementam:

O passeio a pé a forma mais natural de flunar. Passeando a pé, o indivíduo encontra-se inteiramente livre para observar as coisas da maneira que lhe interessa, com total tranquilidade e captando a paisagem de acordo com as suas concepções. Esse olhar será diferente para cada pessoa, pois a percepção é subjetiva. O caminhar proporciona aos indivíduos várias maneiras de olhar a cidade, de acordo com as necessidades e os desejos do caminhante.

Nesse sentido, para ROBBA e MACEDO (2003, p.136), a proposta de pedonalização das ruas busca resolver o conflito entre pedestres e veículos, já que se tornara o principal problema das áreas centrais devido à falta de espaço, além de tentar revitalizar o comércio local que começava a sofrer o impacto da concorrência com o comércio dos bairros e dos recém-implantados shopping centers.

Atualmente, a pedonalização se tornou a solução para espaços de diversas cidades do mundo, onde muitas vias de trânsito precisaram ter seu encerramento para que áreas pedonais fossem desenvolvidas. Muitos estudiosos defendem a pedonalização para diminuir diversos problemas urbanos como, os ambientais, econômicos, sociais e de congestionamento. Esses autores pensam muito nas zonas históricas das cidades, onde melhoraria seu fluxo e seu desenvolvimento, deste modo ela deve ser implementada de forma a não atrapalhar o transporte público e não isolar partes importantes da cidade (SIMÕES, 2011).

Quando se trata de mobilidade pedonal, muitos estudiosos se juntam para transformar esses espaços práticos, seguros e envolventes e que tragam para a sociedade lucratividade, expansão e segurança. Os espaços pedonais precisam ser pensados de forma

que promova para o público que usa credibilidade, segurança e com espaços atrativos que promovam o bem-estar de quem circula pelo local.

### **2.3.2 Mobilidade Ciclovária**

Quando se trata de qualidade de vida, logo se pensa em espaços para caminhada ou que tenham ciclovias para assegurar à população meios de exercícios seguros e livres de poluição. As áreas verdes são espaços que melhor se enquadram a esse pensamento, onde pessoas procuram não apenas para executar seus exercícios físicos, mas também como espaço de lazer.

Muito embora, as bicicletas promovam encurtamento de distâncias se tratando de usá-las para o trabalho, elas também oferecem exercícios globais para o físico de quem busca qualidade de vida. Ao deslocar-se fazendo uso da bicicleta, o indivíduo interage mais com o espaço urbano, o que do ponto de vista turístico pode se tornar atrativo e interessante, pois possibilita que o sujeito vivencie, de fato, a cidade (BARRETO, 2010). Dentre as modalidades físicas, pedalar e andar a pé são as que possuem menor custo e são acolhidas por milhares de crianças, jovens e adultos do mundo todo.

Sobre o uso das bicicletas como meio de transporte TEIXEIRA e EDRA (2018, p. 41), comentam sobre as vantagens e desvantagens:

A utilização da bicicleta como meio de transporte pode acarretar vantagens e desvantagens. Dentre as vantagens pode-se citar o espaço reduzido para circulação e estacionamento, baixo valor de aquisição, operação e manutenção, e benefícios à saúde. E como desvantagens, tem-se a baixa segurança viária, inexistência de boa infraestrutura ciclovária e sinalização adequada, e conflitos entre os usuários dos diferentes modais.

Deste modo é possível analisar que os autores destacam mais vantagens do que desvantagens na utilização da bicicleta. Para que as desvantagens possam reduzir, o planejamento ciclovário na cidade é de suma importância. Embora o uso da bicicleta como transporte tem suas vantagens, VALE (2016 p. 47) aponta que ela tem sido ignorada dos planejamentos de transportes, sendo “encarada apenas como um veículo de esporte, recreio ou lazer e não como um meio de transporte”.

No Brasil, todo cidadão tem direito à mobilidade urbana, assegurado pela Lei Federal nº 12.587, intitulada Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), de 3 de janeiro de 2012. A lei foi criada a partir dos artigos 21 e 182 da Constituição Brasileira de 1988, que estabelecem diretrizes para o desenvolvimento urbano e para o Plano Diretor Municipal.

Referente aos artigos 3º e 4º da PNMU, TEIXEIRA e EDRA (2018, p. 42), definem como modo de transporte:

(...) o artigo 3º e 4º, definem o que são modos de transporte urbano, como os serviços de transporte são classificados e a infraestrutura de mobilidade urbana, o que é transporte urbano, mobilidade urbana e acessibilidade. Define-se também, que os modos de transporte não motorizados são aqueles que utilizam a força humana ou a força animal (Inciso V, Art. 4º). A bicicleta é, portanto, um meio de transporte não motorizado a propulsão humana, sendo as vias cicloviárias uma infraestrutura de mobilidade urbana.

Ainda que no Brasil as leis contemplam o uso da bicicleta como um meio de transporte e sua importância para mobilidade urbana, levando em consideração que ela passa a ser reconhecida como meio de transporte como prioridade sobre os meios motorizados, o Brasil ainda não consegue se desvencilhar da dependência dos veículos individuais motorizados (TEIXEIRA e EDRA 2018).

Copenhague é considerada *bike friendly city* (cidade amiga da bicicleta), por conta de sua infraestrutura e integração entre os transportes viários e ferroviários com a bicicleta, incentivando a população a utilizar mais a bicicleta como meio de transporte do que o carro. Além de promover o uso das bicicletas como meio de transporte, a cidade também planeja se tornar a melhor cidade do mundo para ciclistas (TEIXEIRA e EDRA 2018).

Uma opção oferecida pela cidade são passeios utilizando as bicicletas, Copenhague (2016), onde os turistas e visitantes são incentivados a conhecerem a cidade pedalando, significando desta forma que os passeios ciclísticos são possíveis. Para isso existe um sistema de Byciclen, onde esse meio de transporte vem equipado com tablets com o intuito de levar com precisão cada pessoa aos locais que valem a pena serem conhecidos, oferecem também mapas com sistema de posicionamento global. E não são apenas as Bicicletas públicas, os passeios com roteiros turísticos em bykes também são oferecidos por empresas privadas, que fazem aluguel das mesmas.

Sobre o uso das bicicletas na cidade de Paris, SIMÕES (2011, p. 97), ele ressalta que:

Estas bicicletas estão disponíveis em aproximadamente 1.800 estações em Paris e em torno da capital, estas estações consistem em terminais e pontos de fixação para as 20.000 bicicletas Vèlib que circulam na cidade. Para facilitar a utilização em grande escala, estas bicicletas estão disponíveis para serem alugadas durante 24h durante todos os dias do ano, existindo várias modalidades de aluguer, como o aluguer diário e semanal para utilizadores ocasionais ou o aluguer anual para utilizadores frequentes. Em apenas quatro anos após o seu lançamento a 15 de julho de 2007, as Vèlib ultrapassaram os 100 milhões de viagens, revelando-se este projecto um grande sucesso.

Cuiabá possui muitos quilômetros de ciclovias, mas elas se encontravam em um péssimo estado de conservação, com buracos sem guias e pouca segurança. A prefeitura deixa a desejar no que diz respeito à conservação desse meio de locomoção. Neste sentido os ciclistas ao andar de bicicleta pela cidade acabam colocando em risco a sua segurança, ainda que em lugares adequados.

A cidade de Cuiabá possui um grande número de ciclistas, que praticam como hábito esportivo e também muitos outros que a utilizam como meio de transporte, e que para isso precisam e merecem um espaço apropriado e vias mais seguras. Para contar com essa comodidade é preciso que a gestão pública ofereça para a população a construção de ciclovias que promovam a mobilidade e a segurança para quem faz o uso deste meio.

## **2.4 Benefícios Sociais**

As construções históricas representam grande importância para a cidade, por conta de seus valores históricos, arquitetônicos e de identidade. Desta maneira a ênfase dada à recuperação dos centros históricos atualmente, é pelo fato de melhorar a aparência da cidade, valorizar a sua história e criar um espírito de comunidade e pertencimento (CAMPOS, 2017).

Segundo VARGAS e CASTILHO (2009),

Significa, também, promover a reutilização de seus edifícios e a conseqüente valorização do patrimônio construído; otimizar o uso da infraestrutura estabelecida; dinamizar o comércio; gerar novos empregos. Em suma, implantar ações em busca da atração de investimentos, de moradores, de usuários e de turistas (VARGAS e CASTILHO, 2009, p. 5).

JOKILEHTO (2002, p. 03), ressalta sobre a importância de manter o monumento:

[...] os monumentos históricos de gerações passadas permanecem no presente como testemunhas vivas das suas tradições antigas. As pessoas estão tornando-se mais conscientes sobre os valores humanos e têm os monumentos antigos como um patrimônio de todos. A responsabilidade de salvaguardá-los para as próximas gerações é reconhecida como sendo de todos. É nosso dever cuidar deles com a inteira riqueza de sua autenticidade.

Já para FONSECA (2012, p. 86), a pedonalização no meio urbano se relaciona com o patrimônio urbano:

(...) a pedonalização de ruas está relacionada à preservação de conjuntos urbanos históricos, comum em muitas cidades medievais na Europa, e coloniais na América. Através da retirada do tráfego de veículos das ruas é possível preservar melhor as áreas urbanas antigas, que não foram construídas para suportar as vibrações e poluição causada por veículos automotores. Neste caso, as ruas destinadas ao livre de pedestre tornam-se ambientes propícios ao turismo.

Os benefícios sociais podem ser enumerados em provisão de melhorias físicas que estimulam as atividades e apropriação dos pedestres no espaço público, melhoria do espaço social da cidade, e da segurança para o público. Através da separação entre veículo e pedestres, as vias pedonais oferecem mais espaço e mais segurança, reduzindo acidentes e dando mais conforto ao pedestre FONSECA (2012).

Além disso, a recuperação dos centros promove o turismo na região agregando valores econômicos e melhorando a qualidade de vida de quem mora pela região. O turismo também pode reverter a imagem que em algum momento se encontrou desvalorizada tanto em termos comerciais como ambientais. Nesse sentido, o projeto busca fomentar o turismo pela região, além de melhorar a qualidade de vida, gerar empregos e agregar para esse local valor cultural.

## **2.5 Benefícios Ambientais**

No contexto ambiental, transformar uma via que hoje transita carros em uma via pedonal, traz diversos benefícios para a sociedade e para o ambiente. Nesse sentido, busca promover espaços mais saudáveis com menos poluição tanto sonora quanto visual. Outra vantagem das vias pedonais é oferecer mais liberdade de movimento para crianças, redução de ruídos, diminuição de dióxido de carbono e melhora na saúde com caminhadas mais frequentes.

Para BRAMBILLA e LONGO (1977, p. 22), a criação das vias pedonais traz melhoria nas condições ambientais e FONSECA (2012, p. 86):

(...) através da redução dos níveis de poluição, melhoria da imagem física das ruas, e a preservação de áreas e conjuntos históricos. A redução dos níveis de poluição, não somente do ar com os gases resultantes da combustão, mas também a poluição sonora e visual. Assim, haveria uma redução dos produtos químicos responsáveis pelo ataque das superfícies das fachadas dos edifícios, redução dos níveis de ruídos e vibrações causada pelo movimento veicular. A melhora da imagem física das ruas diz respeito às modificações físicas geradas pelas obras de reurbanização durante sua transformação em calçadas. A instalação de novos pavimentos, iluminação, paisagismo, mobiliário urbano, entre outros, incrementa a qualidade física do ambiente, tornando-o mais convidativo para o uso e permanência do pedestre.

De acordo com (SOUZA; LIMA NETO; BRASILEIRO, 2008 apud VASCONCELLOS, 2001), ressaltam sobre o uso da bicicleta na cidade e como ela pode beneficiar o ambiente:

As bicicletas desempenham função essencial no desenvolvimento de uma sociedade sustentável, vez que não prejudicam o meio ambiente, pois não emitem poluentes durante sua utilização. Além disso, otimizam a utilização das ruas e avenidas por ocuparem, relativamente, um espaço menor que carros, por exemplo, ao beneficiar com transporte o mesmo número de pessoas. Alternativamente se constituem em uma forma de atividade física aos apreciadores da saúde e um meio de democratizar o acesso ao transporte por se constituir em um meio mais barato para aquisição e manutenção.

A cidade de Cuiabá, mais especificamente seu centro histórico é composto por edificações de tipologia vernacular. Estas técnicas são resultadas da miscigenação de diferentes povos e culturas, resultados os quais adaptaram suas edificações ao longo dos séculos para uma melhor resposta ao ambiente em que estão inseridos (BRANDÃO, CALLEJAS e DURANTE, 2019). Nas edificações vernáculas, devido aos materiais de construção serem naturais, sem acumularem consigo energia empregada em seu processo de produção, estas se fazem mais resilientes, ou seja, os materiais que as compõem estão propícios a retornarem ao seu estado natural com o mínimo de interferência e impacto no meio ambiente (BRANDÃO, CALLEJAS e DURANTE, 2019, p. 128).

Deste modo, o projeto visa atender as diretrizes da Agenda 2030 da ONU acerca do desenvolvimento sustentável, que propõe o desenvolvimento de cidades mais saudáveis e limpas, com maior qualidade de vida para todos. Visa ainda vencer o desafio de fazer com que a engenharia e o meio ambiente caminhem juntos, já que os dois são direcionados aos interesses humanos, bem como a busca de todos os indivíduos por lugares melhores para viver.

### **3. CONDICIONANTES LEGAIS E INSTITUCIONAIS**

#### **3.1 Legislação Incidente no Plano Internacional**

##### **3.1.1 Cartas Patrimoniais**

As cartas patrimoniais são documentos que fornecem uma base teórica-crítica para que os bens culturais sejam preservados como documentos fidedignos e, assim, funcionam como um efetivo de conhecimento e memória coletiva e, bem como, estabeleçam bases deontológicas para os diversos profissionais que trabalham em qualquer campo disciplinar de restauração (KÜHL, 2010).

Ainda de acordo com Kuhl (2010), às cartas patrimoniais são textos concisos e precisos, indicativos ou no máximo prescritivos (nunca normativos, pois se entende que cada país tem sua legislação própria) e, o que é importante, não são receitas de aplicação simples direta, mas suas análises devem ser embasadas em evidências, para que você tenha um exato entendimento de suas formulações.

No tocante à revitalização de centros históricos urbanos a recomendação de Paris também alerta que os planos de urbanização levam em consideração a preservação dos monumentos: "(...) Os arredores e o entorno de um monumento ou de um sítio protegido por lei deveriam também ser objeto de disposições análogas para que seja preservado o conjunto de que fazem parte e seu caráter(...)" (UNESCO, 1968 p. 9).

Nas Normas de Quito (1967) sugestões específicas de uso patrimonial, devido ao panorama de transformação de áreas com poucos recursos econômicos nos países latino-americanos. Assim de acordo com César e Stigliano (2010), foca-se em uma política de valorização de um monumento para que cumpra novas funções decorrentes do processo de visita e, conseqüentemente o incentivo ao investimento e a associação de capitais privados, tidos como cobertura à proteção permanente. Essas normas aumentam a consciência sobre a importância dos limites territoriais.

Cabe ainda destaque para duas cartas patrimoniais brasileiras que abordam o tema ainda que de forma breve, o Compromisso de Brasília (1970 – assinada por Lúcio Costa) e o Compromisso de Salvador (1971), esse último recomenda a legislação que amplie ações e os usos dos bens tombados, mediante sua reformulação do conceito de entorno para a proteção efetiva da paisagem, arquitetura e cultura, trata ainda do turismo e enfatiza a necessidade de se planejar como condições ideais de uso e divulgação, recomenda -se ainda que os órgãos responsáveis pela política de turismo devem estudar medidas para viabilizar a construção de pousadas, com uso preferencial dos imóveis tombados (IPHAN, c.1971).

No ano de 1974, sob o auspício da OEA e tendo como tema a experiência na conservação e restauração do patrimônio monumental dos períodos colonial e republicano, elabora-se a Declaração de São Domingos. Nela, tem-se como intuito desenvolver reflexões como um compêndio da Carta de Veneza (ICOMOS-UNESCO, 1964) e das Normas de Quito (OEA, 1967). Observa-se que são resoluções que reforçam o papel da iniciativa privada como agente de conservação e de valorização do centro histórico. Para tal, recomenda-se aos governos o estabelecimento de medidas legais para sua utilização econômica (CÉSAR E STIGLIANO, 2010 p. 9)

Importante ainda ressaltar Carta de Restauo (MIP, 1972), esta carta abre uma série de possibilidades, principalmente ao fortalecer sua aplicação à lógica socioespacial atual. Por conseguinte, determina que o projeto de restauração de uma obra arquitetônica deve ser realizado após estudo exaustivo, atendendo a diversos pontos de vista. Portanto, espera-se que a análise da sua localização no contexto territorial ou no tecido urbano, aspectos tipológicos, elevações e valores formais, sistemas construtivos e personagens, assim como dos eventuais acréscimos ou modificações (MIP, 1972).

Assim, embora as cartas patrimoniais não tenham caráter impositivo, torna-se relevante observar suas recomendações no que tange a reabilitação e revitalização do centro urbano, aplicando no caso concreto da proposta de intervenção urbana de reabilitação da Rua 7 de Setembro.

### **3.1.2 UNESCO**

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) é uma agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU) com sede em Paris, fundada em 4 de novembro de 1946 para garantir uma paz por meio da cooperação

intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e ajudando seus Estados membros - hoje são 193 - em busca de soluções para problemas que desafiam nossas sociedades (BRASIL, c2018).

De acordo com Cabral (2011), a UNESCO é a única agência especial das Nações Unidas com mandato específico para intervir no campo da cultura, circunstância que torna uma entidade de referência na definição de teorias e conceitos, dando maior visibilidade aos programas e atividades que cumprem. A UNESCO se propõe a promover a identificação, proteção e preservação do patrimônio cultural e natural em todo o mundo, considerado de valor especial para a humanidade. As relações com proteção do patrimônio cultural tangível e imaterial no Brasil podem ser os principais referenciais de políticas nessa área (UNESCO, [s.d.]).

A Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, adotada em 1972 pela Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura (UNESCO), visa promover a proteção dos bens culturais e naturais considerados essenciais para a humanidade. É um esforço internacional de valorização de bens que, pela sua importância como referência e identidade das nações, podem ser considerados patrimônio de todas as nações. (IPHAN, c.2014).

De acordo com o artigo 1º a convenção, são considerados patrimônio cultural, dentre outros, “ Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico” (UNESCO, 1977, art.1º).

Segundo HOSAGRAHAR (2017, p. 12):

No marco de ação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aprovado pelas Nações Unidas em setembro de 2015, a agenda internacional de desenvolvimento se refere a cultura pela primeira vez. Tal fato foi elogiado pelo UNESCO como um “relacionamento sem paralelo”. A salvaguarda e a promoção da cultura são fins em si mesmas e, ao mesmo tempo, contribuem de forma direta para muitos dos ODS - cidades seguras e sustentáveis, trabalho decente e crescimento econômico, redução das desigualdades, meio ambiente, promoção da igualdade de gênero, e sociedades pacíficas e inclusivas.

HOSAGRAHAR (2017, p. 12), ressalta ainda que:

Os ODS são agrupados em torno de objetivos econômicos, sociais e ambientais como os três pilares do desenvolvimento sustentável, então, a cultura e a criatividade contribuem transversalmente para cada um desses pilares. Por outro lado, as dimensões econômica,

social e ambiental do desenvolvimento sustentável contribuem para a salvaguarda do patrimônio cultural e para o estímulo da criatividade.

A ODS é composta por 17 objetivos e 169 metas de ação global a serem atingidos até 2030, em sua maioria abrangendo as dimensões ambiental, econômica e social do desenvolvimento sustentável (ODS BRASIL, 2021). Nesse sentido, a presente proposta visa atender os objetivos as ODS 11, ODS 12 e suas principais metas:

ODS 11, de acordo com NAÇÕES UNIDAS BRASIL (2021):

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

**11.4** fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo;

**11.6** Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros;

**11.7** Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência;

**11.c** apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais.

ODS 12, de acordo com NAÇÕES UNIDAS BRASIL (2021):

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

**12.5** Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso;

**12.8** Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza;

**12.b** desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.

Para HOSAGRAHAR (2017), o patrimônio cultural – material e imaterial – e a criatividade são bens que precisam ser protegidos e gerenciados de forma cuidadosa. Ambos podem funcionar como condutores e facilitadores para a realização dos ODS, quando soluções que dão ênfase à cultura são capazes de assegurar o sucesso de intervenções para alcançar tais objetivos.

## 3.2 Legislação Incidente no Plano Nacional

### 3.2.1 IPHAN

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Turismo, sendo responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro, sendo responsável pela proteção e promoção dos bens culturais do país, garantindo sua durabilidade e usufruto para as gerações presentes e futuras. O Iphan também é responsável pela conservação, proteção e monitoramento do patrimônio cultural brasileiro inscrito na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, de acordo com as Convenções da UNESCO, a Convenção do Patrimônio Mundial de 1972 e a Convenção do Cultural Imaterial Patrimônio desde 2003, respectivamente (IPHAN, c.2014).

Em 1993, o Iphan procedeu ao tombamento do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Cuiabá, inscrito nos livros do Tombo Histórico, de Belas Artes e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. O centro histórico está relacionado com o traçado urbano construído até ao final do período colonial e corresponde à parte central da cidade, onde foram inaugurados os primeiros monumentos e casas construídas nas estradas da cidade desde a descoberta do ouro em 1721, até às margens do rio Cuiabá. A fase mineira marcou os eixos de ocupação da aldeia, logo elevada à categoria de aldeia e, posteriormente, à capital (IPHAN, c.2014).

A área tombada data do final do período colonial e atualmente é uma parte do centro de Cuiabá (cerca de 10% do centro urbano). Os edifícios do núcleo tombado representam a origem e ocupação da cidade desde o século XVII até meados do século XX. Nessa área estão as ruas mais antigas de Cuiabá e equipamentos que documentam momentos marcantes da história da cidade, tanto no que se refere aos materiais e técnicas de construção quanto aos estilos. As antigas ruas de Baixo, do Meio e de Cima (atualmente, as ruas Galdino Pimentel, Ricardo Franco e Pedro Celestino) e suas travessas ainda mantêm bem preservadas as características arquitetônicas das casas e sobrados (IPHAN, c.2014).

As cidades e os núcleos históricos representam as referências urbanas do Brasil. Nelas é possível vivenciar os processos de transformação do país, por meio da preservação de expressões próprias de cada período histórico. São lugares especiais de uma nação, constituem a base do Patrimônio Cultural Brasileiro e sua preservação é de responsabilidade da União, dos estados e municípios, e da sociedade civil (IPHAN, c2014). Assim, em função de seu papel na história, o centro de Cuiabá encontra-se sob a proteção legal do Iphan.

### **3.3 Legislação Incidente no Plano Estadual**

Desde meados dos anos 70, mais especificamente em 20 junho de 1975, o Estado de Mato Grosso começou a efetivamente a entender a necessidade e demonstrar interesse em proteger o patrimônio cultural regional com a criação da Fundação Cultural de Mato Grosso. Dentro da esfera de tombamento a Lei Estadual não protege necessariamente todo o Centro Histórico, visto que o mesmo é protegido pela União, nesse sentido, o Estado tem o intuito de salvaguardar bens específicos de uma maneira individual.

A referida Fundação, que atualmente é a Secretaria de Estado de Cultura (SEC), tomou uma das providências mais importantes no âmbito cultural, a elaboração de uma legislação de defesa do patrimônio histórico e artístico do Estado. Trata-se da Lei n. 3.744/76 onde foram tombados os edifícios do Seminário da Conceição, da Igreja Nossa Senhora do Bom Despacho e o Chafariz do Mundéo (SECEL, 2021).

Posteriormente, através da Lei Complementar n. 36/95, a SEC passa a ter a com a competência de planejar, normatizar, coordenar, executar e avaliar a política cultural do Estado, compreendendo a pesquisa histórica, a preservação do patrimônio histórico e arquitetônico, concepção, formulação, normatização e gestão de fundos especiais destinados ao desenvolvimento da cultura no Estado, além de exercer outras atividades previstas nos termos do seu regimento, nos termos da lei. A Lei n. 9.107/09 atribuiu ainda a SEC a tarefa de registrar, tomba e zelar pela proteção de vigilância do patrimônio histórico, artístico e cultural de Mato Grosso (SECEL, 2021).

A legislação vigente, Lei n. 11.323/2021, atualizou as disposições sobre o patrimônio histórico, artístico e cultural, elencando procedimentos atuais para registro, tombamento, avaliação, inventário e guarda dos bens móveis e imóveis, particulares ou públicos, materiais e imateriais do Estado, dentre outras providências (SECEL, 2021).

## **3.4 Legislação Incidente no Plano Municipal**

### **3.4.1 – Legislação de Cuiabá/MT**

A Lei Municipal Lei nº 3266 de 11 de janeiro de 1994, regulamenta o art. 5º inciso III da lei orgânica do município que diz que “ao município de Cuiabá cabe, sem prejuízo da competência da União e do Estado, observando normas de cooperação estabelecidas por lei complementar federal [...] proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, e os sítios arqueológicos” (CUIABÁ, 1990).

Em seu artigo 16 a lei 3266/94 estabelece que “as coisas tombadas não poderão, em caso nenhum serem destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Conselho Municipal de Cultura, serem reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de 50%(cinquenta por cento) do dano causado” (CUIABÁ, 1994).

No artigo 18, § 3º da referida lei acrescenta ainda que “uma vez que verifique haver urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, poderá o Conselho Municipal de Cultura tomar a iniciativa de projetá-las e executá-las, a expensas do município, independentemente da comunicação a que alude este artigo, por parte do proprietário”. (CUIABÁ, 1994).

O Município de Cuiabá estabelece ainda em seus dispositivos legais os procedimentos e meios que possibilitam a revitalização do centro histórico. Assim, para a realização do projeto de revitalização, a legislação municipal oferece amparo legal, pois a intenção principal é a conservação e manutenção da história do município. As áreas urbanas históricas são uma memória da cidade, e a paisagem geral que elas criam mostra o cenário típico da cidade em um determinado período histórico. Portanto, eles são valiosos para proteção.

## **4. REFERÊNCIAS PROJETUAIS**

Para melhor compreensão do tema desenvolvido no Trabalho de Diplomação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo (TDAUP), fez-se necessário um estudo em referências projetuais nacionais e internacionais. Tais referências tratam de um estudo de caso de projetos que servirão para nos dar uma melhor compreensão do que será proposto, ou seja, projetos voltados para Patrimônio Histórico e Intervenções urbanas.

## 4.1. Projetos Nacionais

### 4.1.1 Largo do Pelourinho – Salvador, Bahia

O Largo do Pelourinho situa-se no centro da cidade de Salvador que em início do século XIX era utilizado para castigar publicamente os escravos. O espaço também tem igrejas majestosas e imponentes casarões em suas ruas estreitas, onde as caçadas de pedra e de irregular traçado moravam os senhores de engenho, desembargadores e outros negociantes (figura 04 e 05).



Figura 04: Imagem do Pelourinho, 1873.  
Fonte: <https://salvadorantiga.com> (2021)



Figura 05: Imagem do Pelourinho, 1873.  
Fonte: <https://salvadorantiga.com> (2021)

Em estilo colonial português, suas edificações contavam com três e até cinco andares, sem nenhum tipo de saneamento; com a abolição da escravidão eles foram gradativamente abandonados por seus ricos proprietários e alugados para pessoas com menor renda como profissionais liberais e comerciantes que também deixaram de residir nestes locais que a partir daí acabaram sendo subdivididos e locados por famílias e grupos com baixíssimo poder aquisitivo.

A superlotação desses sobrados somados a falta de abastecimento de água ou outro tipo de saneamento se tornaram base para a danificação dos mesmos, pois a falta de limpeza e higiene contribuíram para isso. As populações que permaneceram neste local cuidavam como podiam, mas com o passar das décadas e com as mudanças ocorridas na região em termos políticos e administrativos o centro do Pelourinho foi invadido por uma população destituída de poder aquisitivo, o local foi se deteriorando e mais tarde tornou a região marginalizada e em ruínas.

Esse abandono pelas políticas públicas perdurou até parte do século XX, e em virtude de o local estar cada vez mais empilhado de habitações faziam o Pelourinho parecer uma cidade que havia passado pela guerra, destruída em ruínas. Essas mesmas políticas públicas que abandonou por décadas o Pelourinho, para se destacar e fazer alianças e ainda ampliar seu poder político resolveram revitalizar o Pelourinho e todo o Centro Histórico da cidade.

Divulgado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural - IPAC, o projeto de restauração previa que, as fachadas seriam preservadas, mas sem a obrigação de ter a originalidade mantida nas suas partes internas, isso para deixar as obras mais acessíveis e recuperar a princípio cerca de 100 imóveis, distribuídos em quatro quarteirões na área do Pelourinho. No total eram 14 quarteirões a serem recuperados, somando 231 imóveis.

A ideia era atrair investimentos e transformar o Pelourinho numa das zonas mais nobres de Salvador e para isso seria necessária uma reconstrução funcional que manteria a originalidade do local. O processo seria demorado, pois ali residiam muitas famílias que

precisaram ser retiradas, indenizadas, alocadas em outros lugares com a promessa de retorno caso estes comprovassem para o Instituto, condições de pagar os custos de aluguel.

O IPAC é vinculado à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, atuando de forma integrada e em articulação com a sociedade e os poderes públicos municipais, estaduais e federais, na salvaguarda e proteção de bens culturais tangíveis e intangíveis baianos e na política pública do patrimônio cultural na Bahia.

Com imóveis desocupados, as intervenções foram feitas em etapas e o Pelourinho começou a ganhar outra forma, sofrendo transformações, as fachadas ganharam nova vidas com as cores (figura 06 e 07), os antigos quintais se tornaram largos abertos e serviam de praças onde se realizavam eventos culturais; com restaurantes, bares, lojas de artesanato e garantia de segurança policial, tudo isso para completar a reorganização do planejamento de um espaço visando o turismo.



**Figura 06: Foto do Pelourinho atualmente.**  
Fonte: <https://alobahia.com> (2021)



**Figura 07: Foto do Pelourinho atualmente.**  
Fonte: <https://alobahia.com> (2021)

Considerada uma das mais expressivas ações de recuperação de centros históricos, não só pela forma como foi realizada, mas também pelo aspecto funcional atribuído ao local, que fora então transformado em espaço de consumo cultural-turístico; e qualificado como exemplo de recuperação do patrimônio cultural do país, orgulhando assim a capital baiana, governo estadual e federal.

#### **4.1.2 Centro Histórico de Olinda, Pernambuco**

A cidade de Olinda, PE é a segunda cidade brasileira a ser declarada Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1982 e seu conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico havia sido tombado pelo IPHAN em 1968. Olinda é uma das mais antigas cidades brasileiras, marcada por reduzidos espaços e principalmente residencial, mas que possui numerosa arquitetura religiosa dos séculos XVI e XVII.

O centro histórico de Olinda estende se por uma área de 1,2 quilômetros quadrados com cerca de 1.500 imóveis, que traduzem estilos de arquiteturas de diferentes séculos, como por exemplo, edifícios coloniais do século XVI se igualam as fachadas de azulejos do século XVIII e XIX, tendo ainda em seu traçado urbano as características dos povoados portugueses, como mostra as figuras 08 e 09. Olinda possui uma malha urbana estruturada com largos, praças e edifícios religiosos, que mesmo possuindo um território frágil geologicamente e com difícil conservação, ela ainda assim se manteve inteira. Seu sítio histórico refere se às áreas baixas próximas do mar e as colinas, onde aconteceram os primeiros assentamentos que agregavam casarios e monumentos de séculos como suas igrejas e conventos barrocos e que foi tombado pelo IPHAN, recebendo desta forma proteção de lei municipal como sendo Zona Especial de Proteção Cultural.



**Figura 08: Casarões colonial de Olinda.**  
Fonte: Eliane Maria, 2008. – (2021)



**Figura 09: Casarões colonial de Olinda.**  
Fonte: Eliane Maria, 2008. – (2021)

Como área preservada ali prevalece um caráter residencial, característica do centro histórico com algumas ações comerciais de pequeno porte como, por exemplo, prestação de serviços e alguma atividade de cultura e de lazer. Também é o coração da cidade com suas igrejas e casarios históricos, mas está inserido em anel viário de circulação a nível de grandes centros fazendo dele um setor distinto dos demais na cidade.

O centro histórico de Olinda, após a perda de status de capital para Recife, entrou em fragilidade econômica que durou até a década de 1960, e possibilitou a manutenção de suas áreas urbanas e arquitetônicas, e também de suas manifestações culturais. Esta cidade como tantas outras no Brasil, preservadas em seu traçado e em seus conjuntos arquitetônicos também atraem muitas pessoas, artistas, profissionais liberais e intelectuais que buscam fixar suas moradias nelas para desfrutar de uma boa qualidade de vida e das belezas que suas paisagens oferecem e como consequência no período de 1960 a 1991 o município teve a sua população triplicada.

Em meados da década de 1980 Olinda se tornou base de um plano-piloto, Programa de Recuperação de Núcleos Históricos, onde nesta época Olinda construía sua visibilidade no cenário internacional e nacional como sendo uma cidade de valor histórico e cultural por sua paisagem, sua arquitetura e práticas culturais. Como em todo processo de mudança, Olinda enfrentou desapropriações, demolições de casarios irregulares e tensões e usou como argumento que algumas construções descaracterizavam o conjunto paisagístico antigo e se fazia necessário uma revitalização que atrairia turismo para a área. Com os recursos do plano piloto do Banco Nacional de Habitação -BNH, foi possível a restauração da Catedral da Sé, algumas casas e fachadas que foram incluídas no programa de recuperação do centro histórico de Olinda.

Os objetivos das intervenções consistiam em dar acesso ao patrimônio arquitetônico, fomentar o turismo na região para a geração de renda, preservando a identidade cultural, reconstruindo as fachadas dos casarios sem mudar sua originalidade, como mostra as figuras 10 e 11.



**Figura 10: Centro histórico de Olinda.**  
Fonte: Eliane Maria, 2008. – (2021)



**Figura 11: Centro histórico de Olinda.**  
Fonte: Eliane Maria, 2008. – (2021)

### 4.1.3 Beco do Candeeiro - Cuiabá, Mato Grosso

Este projeto foi realizado com a intenção de recuperação da Rua 27 de dezembro ou como é mais conhecida como “Beco do Candeeiro”. O Beco do Candeeiro está localizado no Bairro Centro Norte na área tombada do conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá com uma área de 325,29 metros quadrados, como mostra a figura 12, onde o que mais se procurou foi uma obra de restauro com a intenção de se preservar o máximo possível da construção original de suas edificações.



Figura 12: Localização do Beco do Candeeiro.  
Fonte: Google Earth, 2018. – (2021)

O projeto privilegiou a reconstrução da rua que se encontrava muito deteriorada e sem nenhuma acessibilidade, sua pavimentação foi retirada para que houvesse o nivelamento e ela fosse reconstruída utilizando os paralelepípedos – material original que ainda estava no espaço. Quanto às calçadas elas foram reformadas e ganharão rampas de acesso, permitindo acessibilidade.

Com relação às construções desta via, foram necessários que as fachadas das edificações, que se encontravam degradadas não mostrando quase nenhuma característica arquitetônica, fossem revitalizadas com pintura que manteve a sua originalidade. As edificações no entorno se apresentam de forma mistas sendo algumas térreas e outras em forma de sobrados, trazendo em suas fachadas aspectos coloniais, neocoloniais e ecléticos, mas que traziam alguns vãos que foram vedados em alvenaria descaracterizando-os de sua arquitetura original (figura 13 e 14).



**Figura 13: Foto do Beco do antigamente.**  
Fonte: CAMPOS (2018, p.6, no prelo) – (2021)



**Figura 14: Foto do Beco antigamente.**  
Fonte: CAMPOS (2018, p.6, no prelo) – (2021)

As ruas receberam a instalação de dezoito candeeiros que foram colocados em suas fachadas com a intenção de resgatar a originalidade do local e valorizar o conjunto arquitetônico, para desta forma preservar as riquezas culturais e as memórias afetivas do povo cuiabano (figura 15 e 16).



Figura 15: Foto do Beco do atualmente.  
Fonte: <https://g1globo.com> (2021)



Figura 16: Foto do Beco do Atualmente.  
Fonte: <https://mtnews.com> (2021)

## 4.2. Projetos Internacionais

### 4.2.1 Rua Stroget – Copenhagen, Dinamarca

A leveza de andar, projeto realizado em Copenhagen, criado com a finalidade de melhorar a qualidade de vida urbana, desenvolvido a mais de cinco décadas e onde se criou espaços pedonais, denominados calçadões, onde ruas do centro da cidade foram transformadas em vias para uso exclusivo de pedestres.

Os calçadões neste caso foram criados a partir da década de 60, e estão em desenvolvimento até os dias atuais. No centro de Copenhague, nasceu o Stroget, primeiro calçadão com mais de 1.100m e atualmente considerado o complexo pedonal mais longo do mundo, onde há diversos restaurantes, muitos cafés e um grande número de lojas. Stroget oferece ainda muitas outras atrações e tornou-se o centro mais popular de Copenhague.

Mas não foi por qualquer motivo que Stroget surgiu, ele aconteceu depois de se constatar que a cidade havia se tornado tão movimentada e tão grande eram seus congestionamentos que suas ruas se tornaram incapazes de suportar o volume de carros como mostra a figura 17. O Stroget abrange não só ruas, mas também becos e praças, onde quatro ruas compõem um grande mercado aberto, de calçadas limpas, produtos de qualidade e um local perfeito para compras e passeios.



**Figura 17: Gammeltorv e Nytorv em Copenhague 1954, antes que o espaço fosse dedicado a pedestres.  
Fonte: Schoning e Wingender (2012e) - 2021**

Stroget nem sempre foi assim, quanto da sua criação, a ideia era criar uma via pedonal que daria maior liberdade e melhor qualidade de vida para as pessoas e em especial as crianças. O planejamento urbano visa benefícios e desvantagens, e Copenhague naquele momento contava com muitas desvantagens, já que grande número de pessoas após pesquisa manifestou a vontade de residir em ruas sem carros. Deste modo surgiram as ideias de alguns ativistas que começaram a enxergar a paisagem urbana vista e vivida pelos pedestres, e que isso traria grandes benefícios. Stroget foi então pensado de forma experimental, fechada apenas em um feriado de final de ano, mas que depois de alguns anos passou a ser permanentemente livre de carros, dando aos pedestres e jovens de todas as classes um espaço com mais liberdade.

A princípio esse projeto em seus mais de cinquenta anos passou por movimentos diversos, pois com a abertura das ruas, jovens de todas as classes muitos deles ociosos manifestavam suas ideias através de pinturas, codificavam seus espaços e exageravam na apropriação desses provocando críticas e reclamações da classe média alta que viam o uso não comercial da rua, e se viam no direito de reclamar desses espaços junto aos poderes públicos, fazendo alianças e obtendo para o calçadão um caráter comercial e lucrativo; esse mesmo calçadão passou também por grandes movimentos sociais, onde ativistas e organizações de direitos dos homossexuais o utilizavam como espaço político e não só comercial.

Durante essas décadas de existência do calçadão, seus espaços foram se ampliando e ganhando mais ruas e esse pedonal passou a experimentar múltiplas atividades sociais, que se encontravam presentes em todos os cafés dispostos ao ar livre, em exposições de arte e em apresentações de música. E como todo processo histórico vem acompanhado de conflitos, o Stroget não podia ser diferente, pois os lojistas que visavam apenas lucratividade, as manifestações artísticas e culturais perderam espaço para um ambiente urbano comercial, como mostra a figura 18 e 19.



**Figura 18: Calçada Stroget atualmente.**  
Fonte: <https://secretword.com> (2021)



**Figura 19: Calçada Stroget atualmente.**  
Fonte: <https://secretword.com> (2021)

A concepção de espaço seguro, melhoria de qualidade de vida, foram as propostas para a transformação das ruas em espaços pedonais, mas os calçadões ganharam grandes áreas comerciais, que afinal era a proposta inicial com as mais belas e caras lojas do mundo, os cafés mais luxuosos e para todos os tipos de consumidores, ganhando também melhoria de paisagem urbana, oferecendo aos seus habitantes maior qualidade de vida quando estes usufrui de caminhadas nas ruas dessa cidade que se tornou mais humana.

#### **4.2.2 Recuperação do Patrimônio Histórico de Portugal**

Diversos países passam por crises que muitas vezes trazem perdas irreparáveis, mas no caso de Portugal o pós-crise de 2008 associado ao reaquecimento da economia e o crescente turismo na região estimulou os processos de restauração nos últimos dez anos. Portugal em 2009 colocou em prática uma administração jurídica da Reabilitação Urbana para estimular a recuperação das cidades, onde as próprias cidades organizam áreas de reabilitação e os projetos para desenvolvê-las, abrangendo a retirada de impedimentos

burocráticos e o aumento de atrativos para investidores. Havia na época um o Regime extraordinário de apoio à reabilitação e este oferecia benefícios fiscais de restauração em prédios antigos (figura 20 e 21), como por exemplo, imposto sobre o Valor de Mercadorias - ICMS e imposto sobre Valor Acrescentado - IVA que caíram expressivamente.



**Figura 20: Fachada do edifício residencial, Augusta 170.**  
Fonte: <https://vejasp.com> (2021)



**Figura 21: Fachada do edifício residencial após reabilitação.**  
Fonte: <https://vejasp.com> (2021)

Ainda que no país já houvesse algumas décadas que imóveis arrendados ou alugados não tinham seus aluguéis ajustados, e as prefeituras não cobravam impostos para mantê-los, desta forma seus proprietários haviam abandonado qualquer forma de manutenção, tendo estes ficados em total degradação. Esse novo Regime de Reabilitação veio estimular o mercado imobiliário e atualizou os contratos de aluguel. Para eles a reabilitação era prioridade, e aconteceu de tal forma que a valorização do Patrimônio Histórico alavancou com

investimentos públicos elegendo em 2001 o Porto como Capital Europeia da Cultura, pois teve o centro da cidade transformado podendo assim sediar festivais de rua, eventos culturais e outras ações.

Para os gestores naquele momento consideravam que os investimentos para que as reabilitações das zonas das cidades acontecessem deveriam ser de ordem pública e assim foi. Em 2011 a reabilitação do Terreiro do Paço em Lisboa foi um marco, onde seu estacionamento transformou-se em ponto turístico bem de frente ao rio Tejo, como mostra as figuras 22 e 23. Em 2014 o mercado da Ribeira também foi inaugurado após sua revitalização, este trazia em sua praça de alimentação premiados chefs com atrações gastronômicas jovens e alegres para a cidade. O turismo voltou a Portugal de forma gigante sendo um incentivador na reabilitação de Portugal.



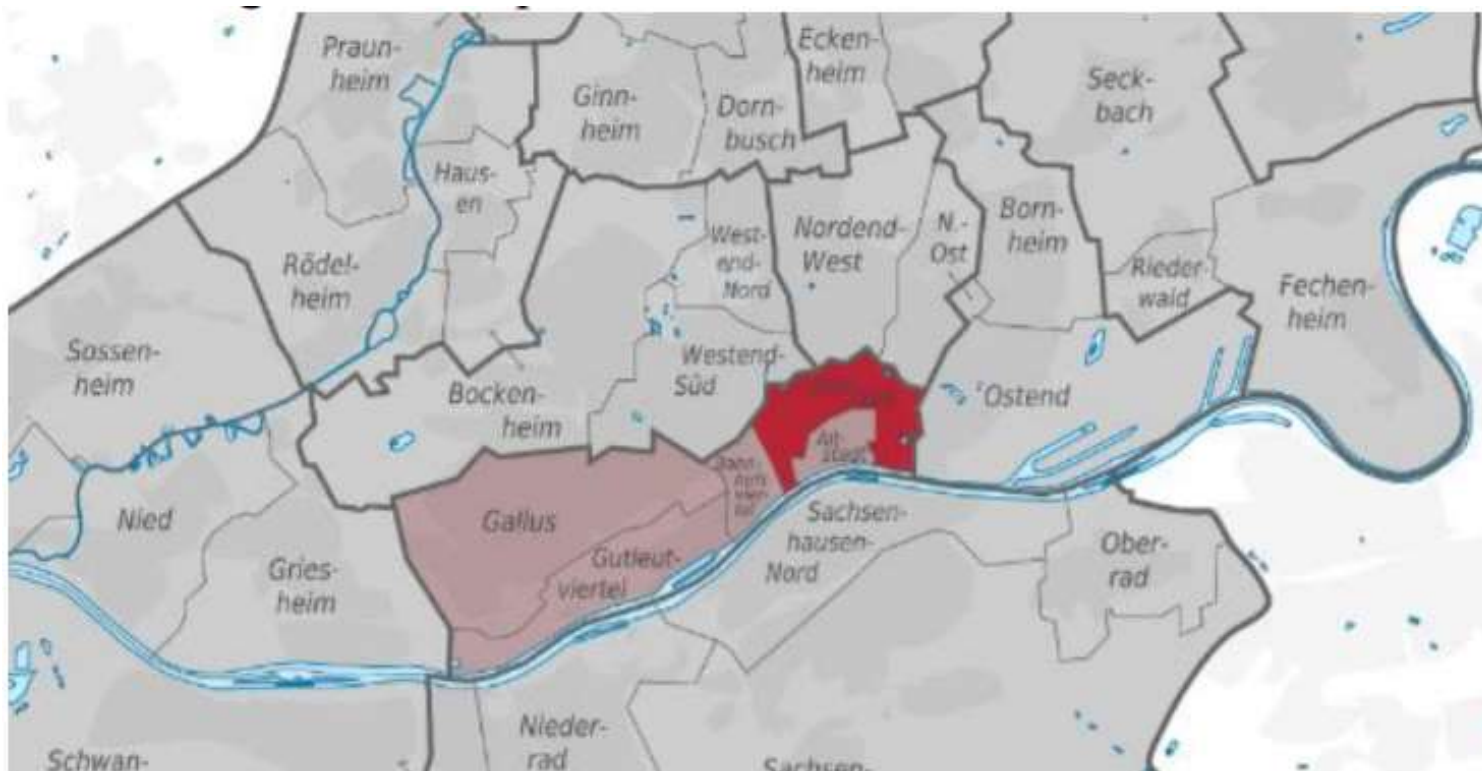
**Figura 22: Terreiro do Paço, Lisboa.**  
Fonte: <https://vejasp.com> (2021)



**Figura 23: Terreiro do Paço, após reabilitação.**  
Fonte: <https://vejasp.com> (2021)

#### **4.2.3 Revitalização urbana das áreas centrais de Frankfurt**

A cidade de Frankfurt é a quinta maior cidade da Alemanha e foi uma das cidades mais devastadas na Segunda Guerra Mundial, está localizada no centro-oeste às margens do rio Main e atinge os setores de InnerStadt, Altstadt, Bahnhofsviertel, Gallus e Gutleutviertel, limita-se ainda ao lado leste para o oeste com os distritos de Ostend, N.-Ost, Nordend-West, Westend-Süd, Bocken-heim e Gries-heim, já ao sul está delimitado pelo rio Main (figura 24).



**Figura 24: Mapa da área central de Frankfurt.**  
Fonte: <https://frankfurt.de> (2021)

Na região central estão os importantes edifícios históricos, a exemplo da torre Eschenheimer (figura 25), portão da cidade medieval, bem como as igrejas de São Paulo, São Nicolau, Catedral de Frankfurt e o Tribunal de Justiça. Além desses edifícios históricos existem o teatro Alter Oper reconstruído na década de 70, porque foi gravemente destruído na segunda guerra, prédio muito belo que possui estilo

renascentista e suas obras de arte na fachada, o edifício da estação central de Frankfurt e o Römerberg, que também foram reconstruídos após a segunda guerra. O Römerberg é um conjunto de casas de estilo enxaimel em acordo com o projeto original e sede da prefeitura de Frankfurt, como mostra na figura 26. Neste centro ainda tem os arranha-céus com grandes bancos internacionais e corporações de peso.



**Figura 25: Torre Eschenheimer.**  
Fonte: <https://magnusmund.com> (2021)



**Figura 26: Römerberg.**  
Fonte: <https://wiketravel.org> (2021)

A revitalização urbana da área central contava também com a melhoria de algumas ruas, sendo uma delas a Zeil, famosa rua de compras, uma rua de pedestres que já não agradava mais aos que nela circulava e que precisou ser reconfigurada, bem como as ruas Großer Friedberger, Schäfergasse, Kleine Friedberger, Gelbehirsch, Fahrgasse, Reineck, An der Staufeuermuer, além da praça Staufeuermuer (figura 27). Elas foram ampliadas e modernizadas, ganhando um design novo com novas árvores, superfícies reluzentes,

iluminação adequada que ajudará a compor um espaço melhor e com qualidade, pontos para bicicletas e estacionamentos, contando ainda com acessibilidade e segurança (figura 28). Um dos maiores objetivos dessa reforma além de melhorar a qualidade, era criar uma ligação espacial e funcional com a rua Zeil, ampliando a capacidade de atração da área central.



**Figura 27: Projeto de ampliação da rua de pedestre.**  
Fonte: [https:// StadtplanungsamtFrankfurt.am](https://StadtplanungsamtFrankfurt.am) (2021)



**Figura 28: Rua Zeil, Alemanha.**  
Fonte: <https://wikemediacommons.org> (2021)

Sendo assim, o projeto de revitalização de DomRömer foi concluído, onde o centro antigo foi reconstruído, recuperado mais de sete mil metros quadrados com residências históricas restauradas e uma importante parte de sua história recuperada. Todas essas mudanças tinham a intenção não apenas de revitaliza-las, mas também oferecer aos pedestres conforto, valorizar a malha urbana, reforçando o caráter comercial e histórico do local.

### 4.3. Análise das referências

O quadro 01 abaixo faz uma leitura dos principais projetos mostrados nos itens 4.1 e 4.2, sendo o 4.1 no plano nacional e o 4.2 no plano internacional, que serão utilizados como referência para o desenvolvimento do projeto de revitalização e reabilitação da via 7 de setembro em Cuiabá/MT.

ATRIBUTO	VARIÁVEIS	PROJETOS REFERENCIAIS					
		PROJETO 01	PROJETO 02	PROJETO 03	PROJETO 04	PROJETO 05	PROJETO 06
<b>E S T R U T U R A</b>	Referência	Beco do Candeeiro	Largo do Pelourinho	Centro Histórico de Olinda	Rua Stroget	Patrimônio Histórico de Portugal	Área Central de Frankfurt
	Circunstância Atual	Em atividade	Em atividade	Em atividade	Em atividade	Em atividade	Em atividade
	Ano de Conclusão	2021	1992	2007	1992	2020	2016
	Localização	Cuiabá, Mato Grosso	Salvador, Bahia	Olinda, Pernambuco	Copenhagen, Dinamarca	Portugal	Frankfurt, Alemanha
	Área (m²)	325,29m²	7km²	1,2km²	1.100m	–	mais de 7.000m²
	Partido Arquitetônico	Colonial Português	Colonial Português	Colonial Português	Dinamarquês	Colonial Português	Alemã
<b>F Í S I C A</b>	Sistema Construtivo	Alvenaria de cal, areia e barro, tijolos de adobe ou cerâmicos (feitos de barro), alvenaria de pedra, cantaria, taipa de pilão, pau-a-pique, enxaimel e tabique.	Alvenaria de cal, areia e barro, tijolos de adobe ou cerâmicos (feitos de barro), alvenaria de pedra, cantaria, taipa de pilão, pau-a-pique, enxaimel e tabique.	Alvenaria de cal, areia e barro, tijolos de adobe ou cerâmicos (feitos de barro), alvenaria de pedra, cantaria, taipa de pilão, pau-a-pique, enxaimel e tabique.	Concreto, pedras, paralelepípedos e azulejo.	Alvenaria de cal, areia e barro, tijolos de adobe ou cerâmicos (feitos de barro), alvenaria de pedra, cantaria, taipa de pilão, pau-a-pique, enxaimel e tabique.	Madeira, pedras, tijolos, barro socado ou rochas, concreto e vidro.
	Entorno	Cidade; Centro Histórico	Cidade; Centro Histórico; Mar	Cidade; Centro Histórico; Mar	Cidade	Cidade; Centro Histórico	Cidade; Centro Histórico

**Quadro 1: Análise de Referência**  
**Fonte: Elaboração Autoral. (2021)**

Depois de realizar a pesquisa dos projetos de referências, foram analisadas as características de maior importância nas regiões históricas apresentadas (QUADRO 01). Nota-se que, no decorrer desse estudo, será utilizado no projeto de revitalização e reabilitação da via 7 de setembro os itens que mais se enquadram na proposta apresentada, a fim de promover melhor qualidade de vida para os usuários da região.

Ao investigar os projetos nacionalmente, foi possível retirar das três referências a preocupação que os profissionais tiveram em não descaracterizar as edificações, mantendo a originalidade dos prédios, resgatando suas linhas originais, sua pintura e seu design. O resgate não foi só em termos materiais, que diz respeito às construções, o resgate foi também da memória de povos que viveram por aqueles locais. Além disso, se previa com essas restaurações o incentivo do turismo na região e melhora na qualidade de vida para as pessoas que ali habitavam.

Com relação aos projetos internacionais depois de uma análise profunda, foi possível identificar que as políticas públicas dessas cidades buscavam essencialmente na reconstrução de seus centros históricos o retorno do turismo na região, que reverteria todo o trabalho feito em recursos comerciais, valorizando os espaços e enriquecendo o comércio local. Ressaltando que em alguns casos foi pensado no bem-estar humano e na sua mobilidade, transformando os espaços que antes transitavam carros em grandes calçadas, dando maior liberdade de movimento e segurança para as pessoas que ali transitam, oferecendo melhor qualidade de vida e o convívio social ao ar livre.

Tais projetos buscam manter suas originalidades, resgatando memórias históricas, patrimoniais e culturais, além de transformar espaços e priorizar o turismo na região, buscando lucratividade para o comércio local. Nesse sentido, propondo uma revitalização e reabilitação que busca não só a memória afetiva do local, mas também proporcionar para as pessoas que lá residem melhor qualidade de vida.

## **5. CONDICIONANTES FISICOS-ESPACIAIS**

### **5.1 Brasil**

O Brasil está localizado no subcontinente da América do Sul, é um país composto por 26 estados, um Distrito Federal e 5.570 Municípios. De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2021, o Brasil contém uma área territorial de 8.510.345,538 km<sup>2</sup> e possui uma população estimada em 213.693.336 habitantes.

Dentre os estados que fazem parte do Brasil, Mato Grosso é muito importante para a economia do país, está atrelado ao agronegócio sendo um dos principais produtores de grãos como soja, milho e algodão, é também um dos maiores produtores de rebanho bovino. Além disso o estado é considerado um dos maiores exportadores de soja do país.

### **5.2 Mato Grosso**

O Mato Grosso é um dos quatro estados que está localizado no centro da região Centro Oeste do Brasil (figura 29). Dentro os estados que compõe o país, Mato Grosso é considerado o terceiro maior estado em extensão territorial, é distribuído em 2 microrregiões e cinco mesorregiões, dividindo-se em 141 municípios. De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2021, o estado contém uma extensão territorial de 903.207,050 km<sup>2</sup>, e possui uma população estimada em 3.035.122 habitantes.

Em sua cultura o estado é uma mistura de influencias negras, indígenas e de imigrantes espanhóis e portugueses, apresentando um extenso valor cultural, que é representado nas músicas como o Cururu e nas danças como o Siriri e Rasqueado Cuiabano. Ambos dos ritmos são resultados da mistura de sons indígenas, africanos e ibéricos.

O estado é muito famoso por ser o maior produtor de grãos e de rebanho bovino do país, sua economia gira entorno da pecuária, agricultura, extrativismo e na indústria. O composto em evidencia prova que o agronegócio possui um lugar de grande importância no estado, visto que ele é responsável por sua economia.

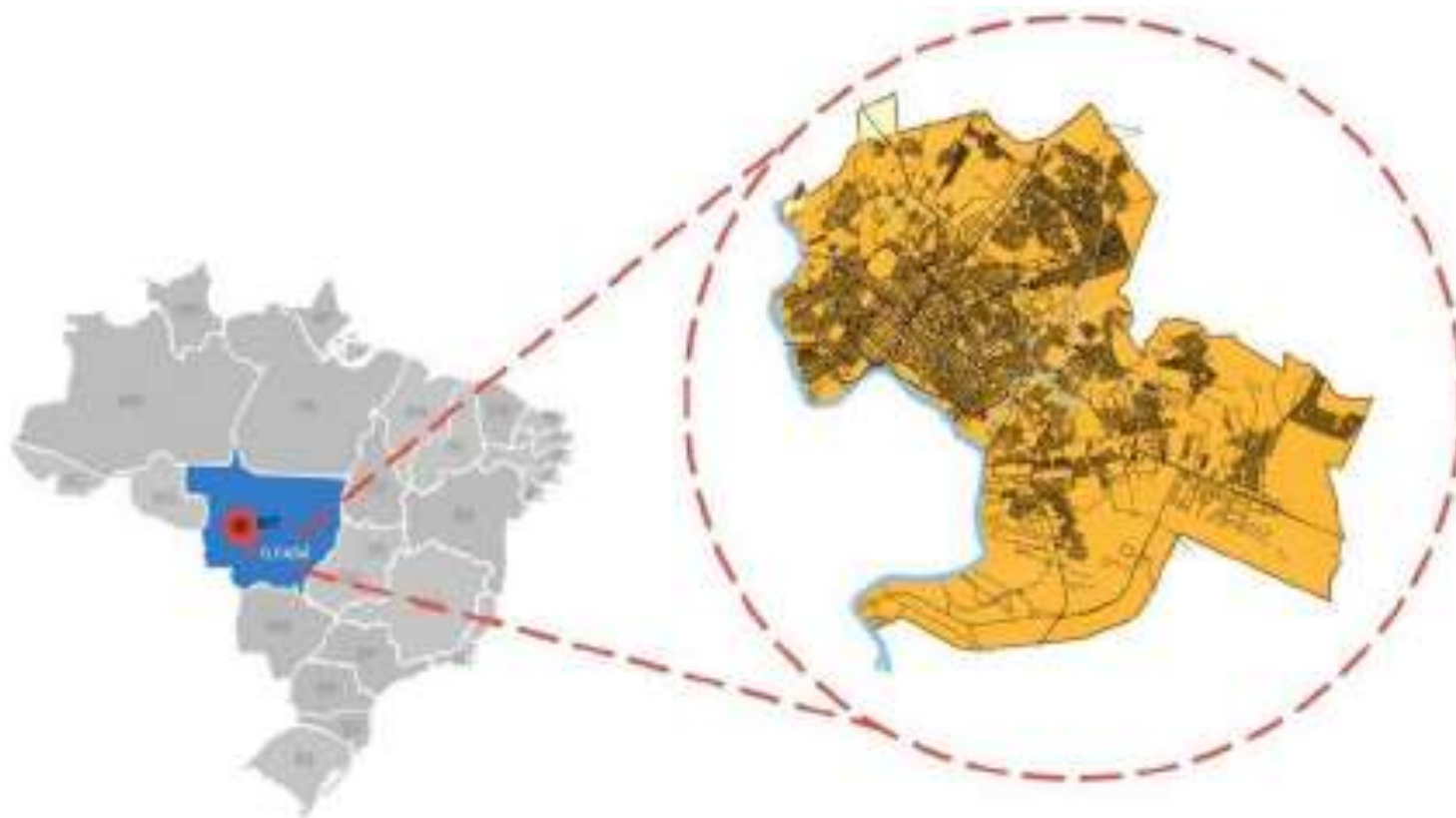


**Figura 29: Mapa do Brasil com destaque em Mato Grosso.**  
Fonte: <https://upload.wikimedia.org> (2021)

### **5.3 Cuiabá**

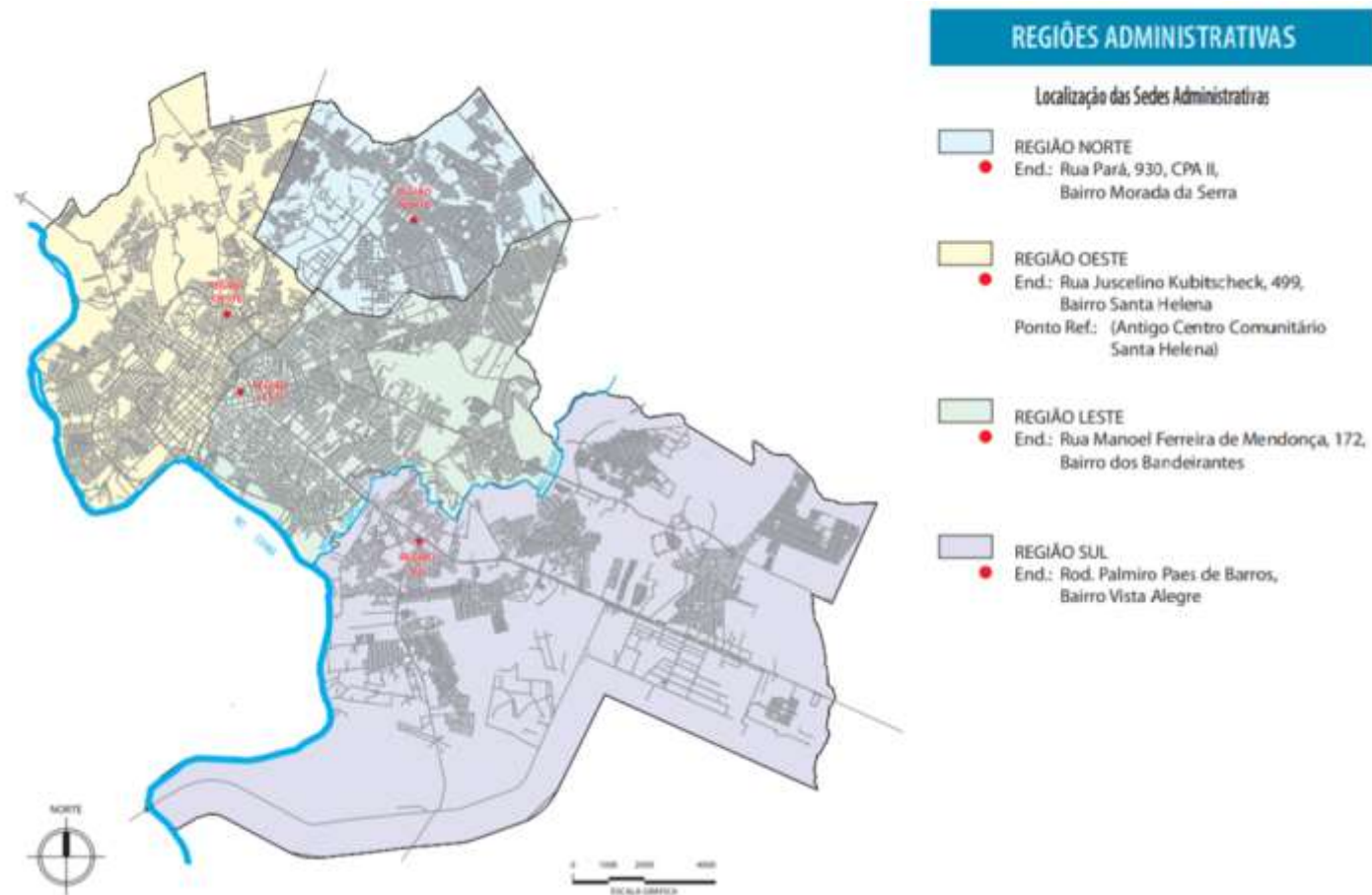
No centro-sul da região do estado de Mato Grosso, e a oeste do Brasil está localizada a cidade de Cuiabá capital do estado (mapa 01), é conhecida popularmente como cidade verde e pelas suas belezas naturais. A cidade faz limite com Várzea Grande, Chapada dos

Guimarães, Campo Verde, Santo Antônio e Acorizal. De acordo com o censo do IBGE (2020), a Cidade de Cuiabá possui uma extensão territorial de 3.291,696 km<sup>2</sup>, e possui uma população estimada em 618.124 habitantes.



**Mapa 01: Mapa da região escolhida.**  
**Fonte: Elaborado por RENIER (2021).**

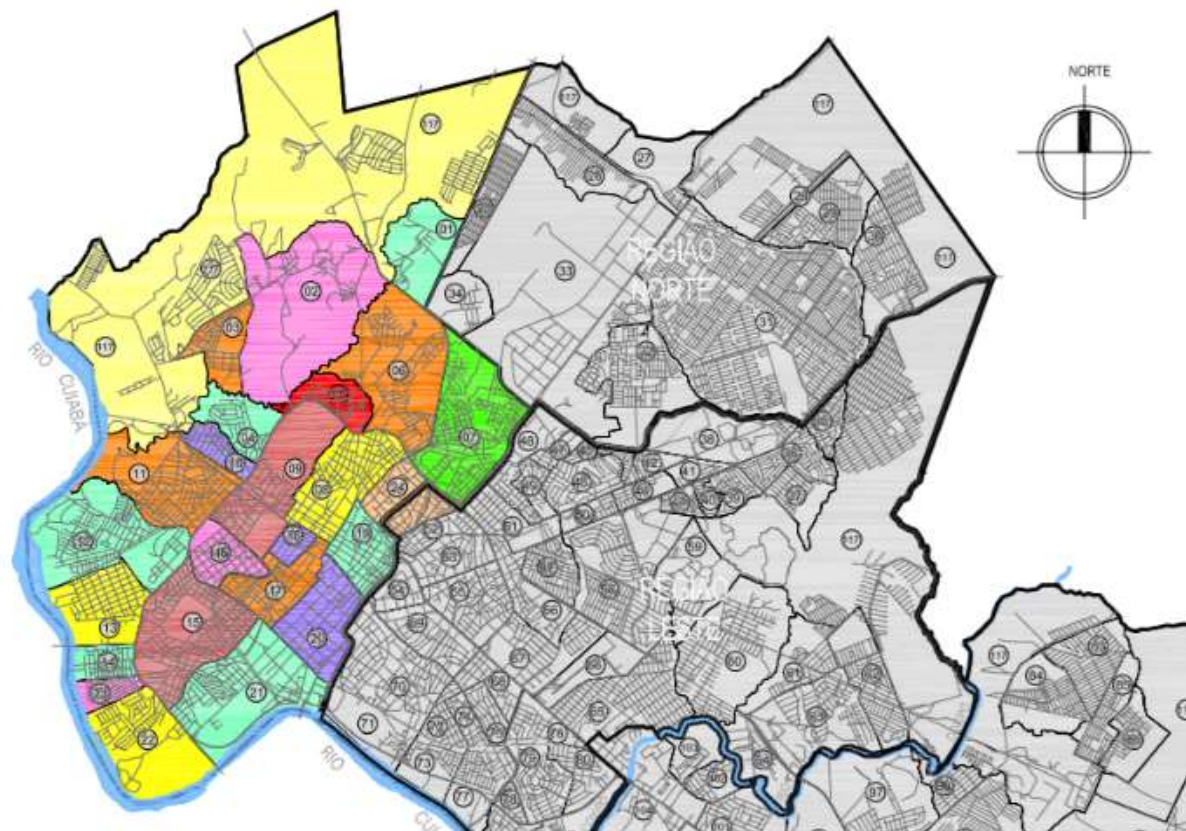
Quanto à economia, Cuiabá possui a indústria e o comércio como seu maior fator. Dividida em quatro setores, a cidade de Cuiabá possui as regiões Norte, Sul, Leste e oeste, como mostra o mapa 02. Deste modo, para o desenvolvimento do projeto será realizado um breve estudo em torno da região Oeste e o bairro Centro Norte.



**Mapa 02: Mapa da cidade de Cuiabá, dividida por setores.**  
**Fonte: Composição dos bairros de Cuiabá/ IPDU. (2021)**

## 5.4 Setor Oeste

De acordo com o perfil Socioeconômico de Cuiabá (IPDU, 2013), a Zona Oeste, como mostra o mapa 03, é composta por 106 localidades, sendo eles loteamentos regulares, loteamentos clandestinos, assentamentos informais, núcleos habitacionais e condomínios, distribuídas em 24 bairros e uma área de expansão urbana.



**Mapa 03: Demarcação do setor Oeste.**  
**Fonte: Composição dos bairros de Cuiabá/ IPDU. (2021)**

Além disso, a região Oeste conta com 110.073 de população residente, sendo 52.774 homens e 57.299 mulheres, segundo o perfil Socioeconômico de Cuiabá (IPDU, 2013, p. 85), conforme mostra a (figura 30).

Ano 2000

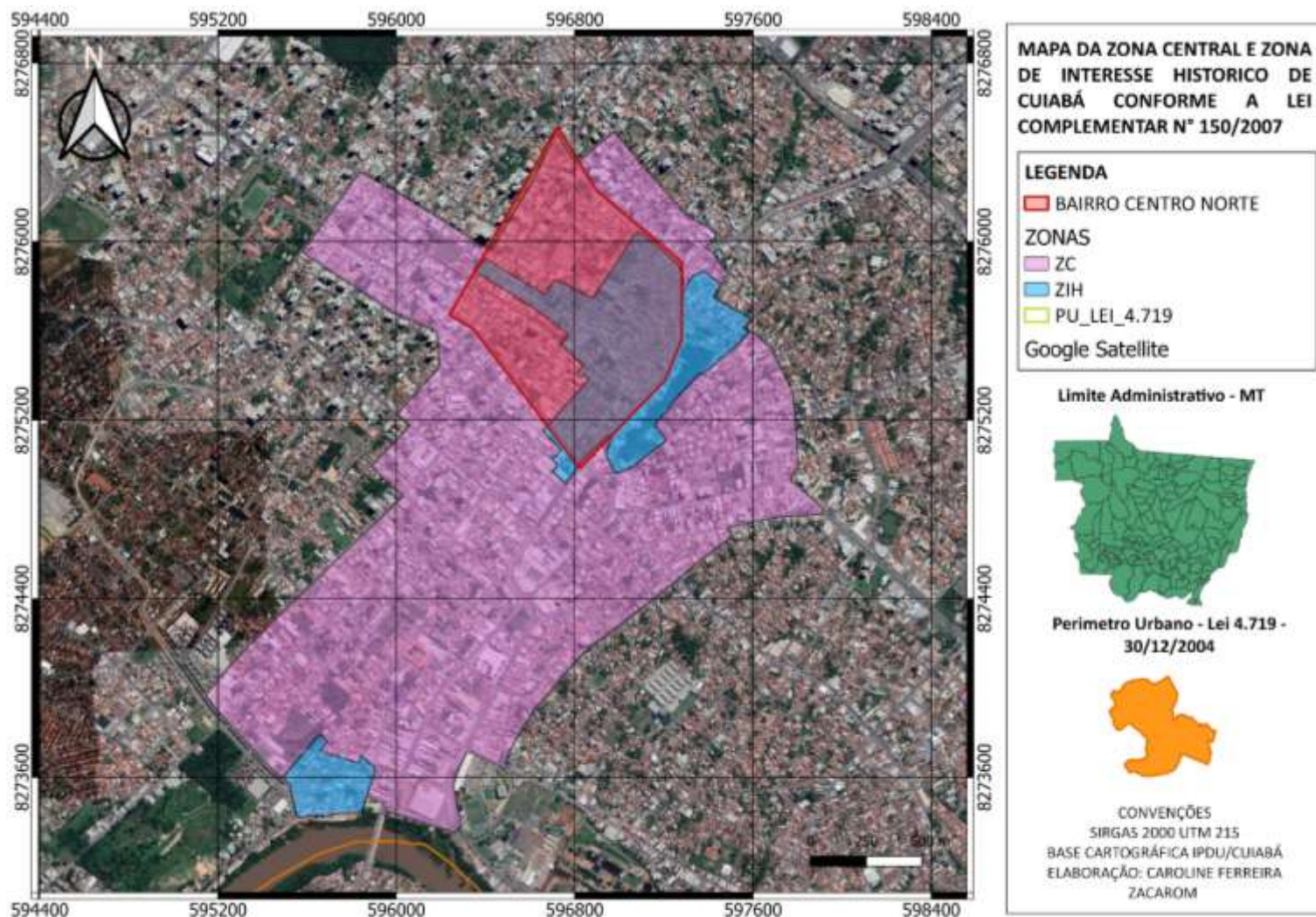
Estado, Município, Distritos e Regiões Administrativas	População residente								
	Total	Homens	Mulheres	Situação do domicílio e sexo					
				Urbana			Rural		
				Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
<b>Total Mato Grosso</b>	<b>2.504.353</b>	<b>1.287.187</b>	<b>1.217.166</b>	<b>1.987.726</b>	<b>999.831</b>	<b>987.895</b>	<b>516.627</b>	<b>287.356</b>	<b>229.271</b>
<b>Município</b>	<b>483.346</b>	<b>235.568</b>	<b>247.778</b>	<b>476.532</b>	<b>231.766</b>	<b>244.766</b>	<b>6.814</b>	<b>3.802</b>	<b>3.012</b>
<b>Distritos</b>									
Coxipó da Ponte	267.346	131.524	135.822	264.631	130.030	134.601	2.715	1.494	1.221
Coxipó do Ouro	382	207	175	98	48	50	284	159	125
Cuiabá	211.817	101.744	110.073	210.758	101.146	109.612	1.059	598	461
Guia	3.801	2.093	1.708	1.045	542	503	2.756	1.551	1.205
<b>Regiões Administrativas</b>									
Norte	105.212	51.060	54.152	105.212	51.060	54.152	0	0	0
<b>Oeste</b>	<b>110.073</b>	<b>52.774</b>	<b>57.299</b>	<b>110.073</b>	<b>52.774</b>	<b>57.299</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Leste	142.591	69.027	73.564	142.591	69.027	73.564	0	0	0
Sul	117.513	58.315	59.198	117.513	58.315	59.198	0	0	0
Sem especificação	3.774	2.092	1.682	0	0	0	3.774	2.092	1.682
<b>Total</b>	<b>479.163</b>	<b>233.268</b>	<b>245.895</b>	<b>475.389</b>	<b>231.176</b>	<b>244.213</b>	<b>3.774</b>	<b>2.092</b>	<b>1.682</b>

Fonte: Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Urbano, Diretoria de Pesquisa e Informação – IPDU/DPI, com base no Censo demográfico 2000/RGE.

**Figura 30: População Residente, por Situação de Domicílio e Sexo.**  
**Fonte: Perfil Socioeconômico de Cuiabá (2021)**

## 5.5 Bairro Centro Norte

Por estar localizado em uma região central, grande parte do bairro Centro Norte se encontra dentro da Área Tombada do Conjunto Arquitetônico, Paisagismo e Urbanístico da cidade. A área do centro histórico é dividida em 2 setores sendo um a nível federal, onde está localizado a área de estudo do projeto e outro a nível municipal localizado na região do porto. No mapa 04, estão marcados de acordo com o zoneamento da cidade Lei 4.719 de 2007, em cor rosa a Zona Central, na cor Azul a Zona de Interesse Histórico e na cor vermelha o bairro Centro Norte.



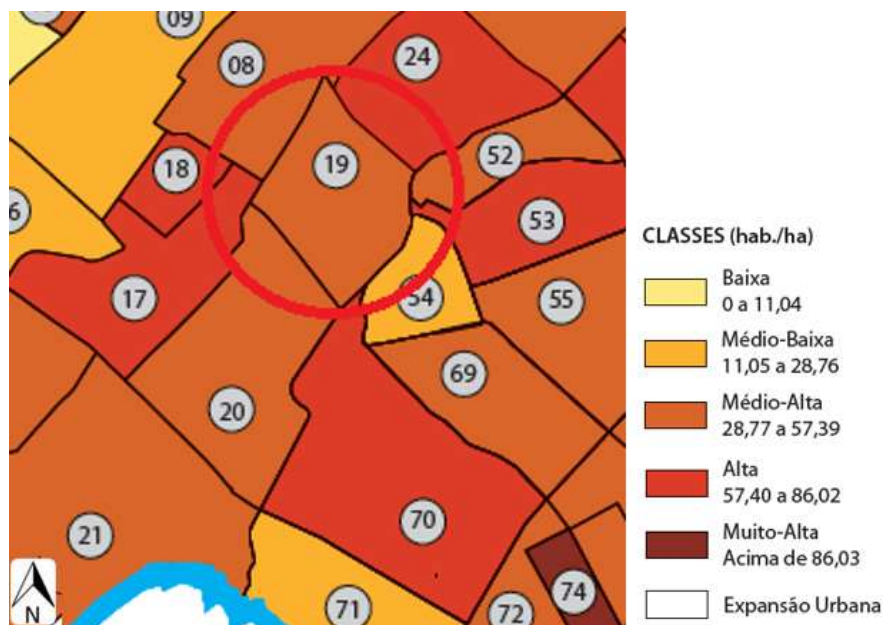
**Mapa 04: Demarcação das Zonas e bairro Centro Norte.**  
**Fonte: Próprio Autor. (2021)**

Além disso, o bairro Centro Norte possui uma população residente de 2.510 pessoas, de acordo com o perfil Socioeconômico de Cuiabá (IPDU, 2013, p. 261) (figura 30).

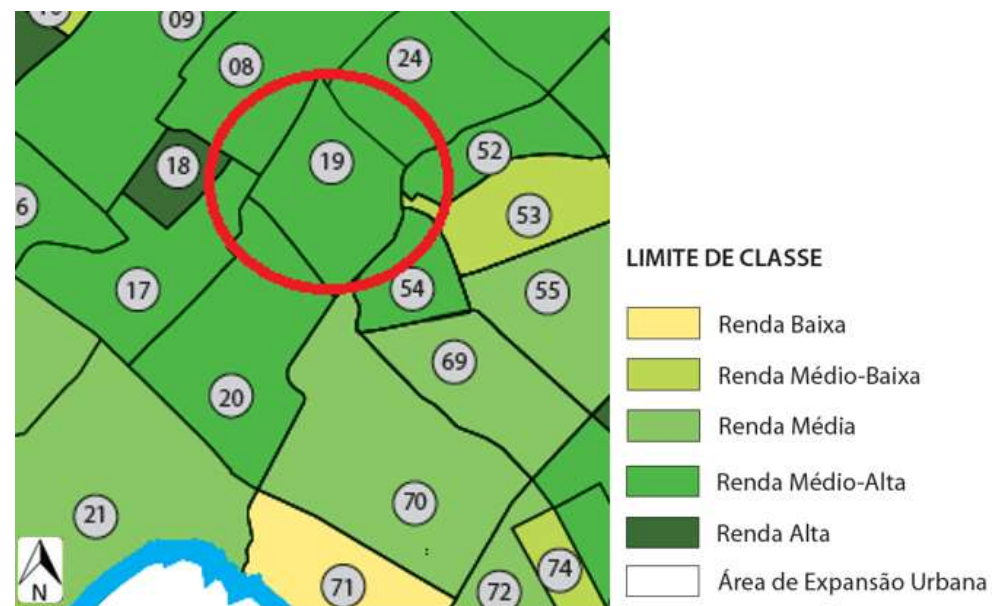
Bairros	População residente				
	Total	Não especificado	Espécie do domicílio		Coletivo
			Total	Improvizado	
Altos do Coxipó	1.955	0	1.955	2	0
Alvorada	13.035	0	13.020	0	15
Barra do Pari	6.704	0	6.704	0	0
Bela Marina	617	0	617	0	0
Bela Vista	3.276	0	3.244	3	32
Boa Esperança	5.751	0	5.749	5	2
Bosque da Saúde	4.433	0	4.433	0	0
Cachoeira das Garças	39	0	39	0	0
Campo Velho	2.589	0	2.577	0	12
Campo Verde	1.845	0	1.845	0	0
Canjica	2.358	0	2.350	2	8
Carumbé	2.144	0	2.124	7	20
Centro Norte	2.510	0	2.508	1	2
Centro Político Administrativo	5.434	112	5.315	0	7

**Figura 30: População Residente.**  
**Fonte: Perfil Socioeconômico de Cuiabá. (2021)**

Observa-se segundo IPDU (2013), que o local possui uma densidade médio-alta, sendo 28,77 a 57,39hr/ha (figura 31), com renda médio alta (figura 32), havendo um percentual de renda entre 2 a 4 salários mínimos por responsável de domicílio.



**Figura 31: Densidade demográfica por bairro.**  
**Fonte: Perfil Socioeconômico de Cuiabá. (2021)**



**Figura 32: Classe de renda por bairro.**  
**Fonte: Perfil Socioeconômico de Cuiabá. (2021)**

## 5.6 Hierarquia Viária, Sistema Viário e Transporte Público

A hierarquização viária do entorno da Rua 7 de Setembro é bem definida, as ruas que dão acesso a região são bem sinalizadas tanto no sentido horizontal quanto no vertical, onde as placas de limite de velocidade, da preferência de passagem de automóveis e de sentido de ruas são presentes. Além das vias pavimentadas, a região conta também com calçadões, onde se encontra o comércio popular de grande fluxo.

Abaixo identificado pelo mapa 05, nota-se que a região conta com diversas avenidas e ruas que são de suma importância para o centro, no limite do bairro se encontra a Avenida Isaac Póvoas, Av. Presidente Marques, Av. Mato Grosso, Av. Tenente Coronel Duarte, ligando essas avenidas tem-se a Av. Pres. Getúlio Vargas, Av. Mal. Deodoro, Rua Pedro Celestino, Rua Barão de Melgaço entre outras.

Os pontos de conflito de fluxos de veículos e pedestres dentro do bairro também são sinalizados. A via de estudo, Rua 7 de Setembro, é caracterizada como via local, bem como a Rua Voluntários da Pátria e Rua Campo Grande, ambas possuindo aproximadamente 5 metros de largura. Já a Avenida Tenente Coronel Duarte e a Avenida Presidente Getúlio Vargas são caracterizadas como via estrutural, possuindo aproximadamente 30 metros de largura, sendo consideradas as vias expressas, com maior concentração de tráfego.



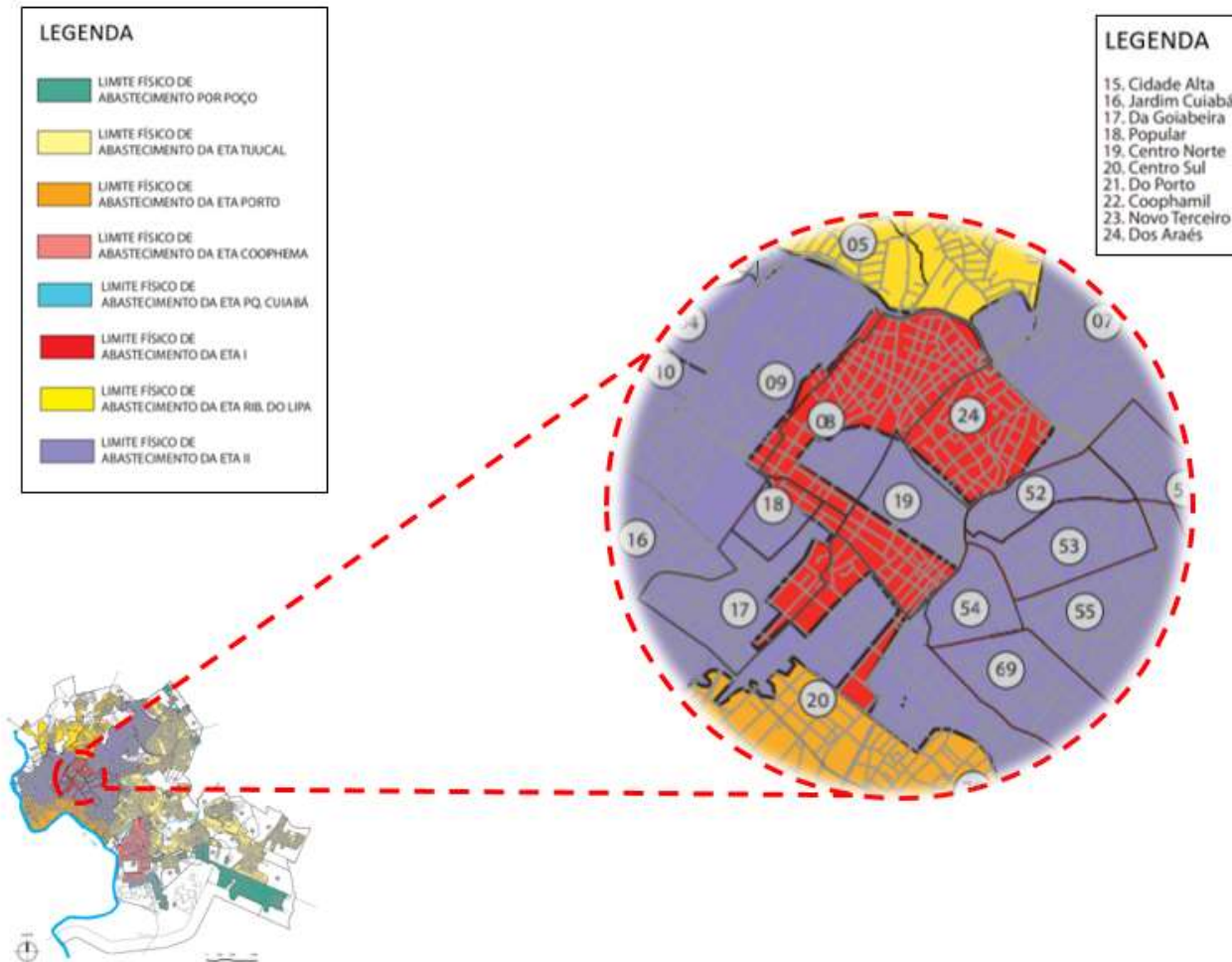
Mapa 05: Hierarquização viária.  
Fonte: Próprio Autor. (2021)

O transporte público ocorre somente nas avenidas e ruas principais, onde está localizado a maior concentração tráfego, sendo Av. Tenente Coronel Duarte uma das vias mais importantes, visto que ela faz conexão com outras vias e no seu percurso é possível encontrar muitos pontos de ônibus. A região conta com diversos pontos de ônibus, no entanto, são todos que estão em boas condições, havendo alguns pontos que não possuem nenhuma proteção contra sol ou chuva.

## **5.7 Abastecimento de água, esgoto e energia**

O Centro Histórico é uma das regiões mais antigas de Cuiabá, está localizado dentro de uma região já desenvolvida da malha urbana da cidade contendo a infraestrutura necessária para o funcionamento da região. O local possui como redes de infraestrutura: drenagem de água, esgoto e energia elétrica.

Segundo o Plano Municipal de Saneamento Básico (2018), os serviços públicos de abastecimento de água no município de Cuiabá são prestados pela concessionária Águas Cuiabá, que junto ao poder público gerencia a rede de distribuição de água pela cidade. O Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2016), ressalta que o índice de atendimento urbano de água no município alcançou 100%, atendendo o total de domicílios. O abastecimento de água no bairro Centro Norte é fornecido pela Estação de Tratamento de Água II (ETA II), conforme mostra o mapa 06.

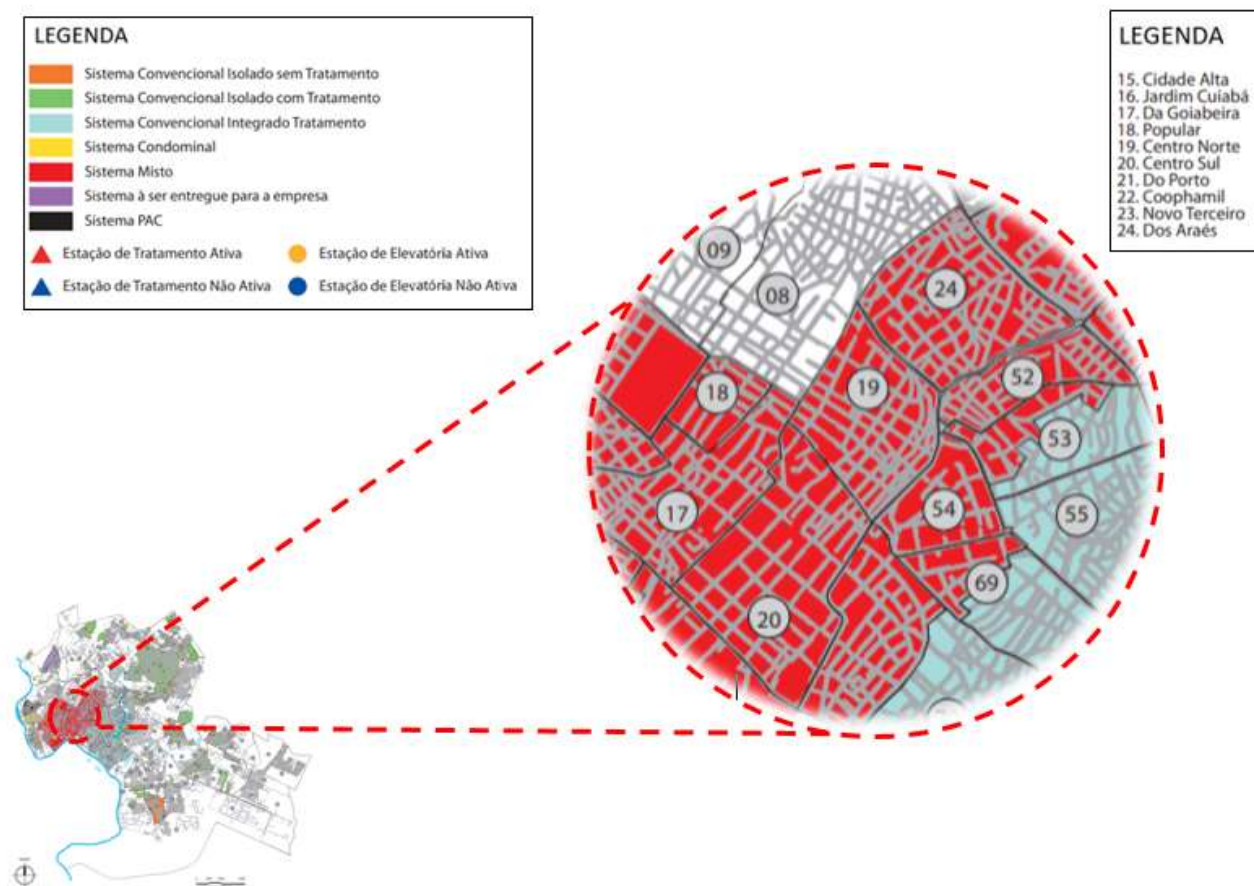


**Mapa 06: Abastecimento de Água.**  
**Fonte: Prefeitura de Cuiabá, adaptado pelo próprio autor. (2021)**

De acordo com o Plano Municipal de Saneamento Básico (2018), as Águas Cuiabá também é a responsável pelos serviços de esgotamento sanitário no município, juntamente com a prefeitura. O tratamento de esgoto é hoje um dos principais requisitos para o

saneamento ambiental, tendo em vista sua importância para a saúde pública, como também para a preservação ambiental. Deste modo, todo o trabalho cumpre os requisitos proposto pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

Diferente do fornecimento de água, o serviço de saneamento de esgoto não chega em todas as regiões da cidade, consequentemente alguns bairros acabam ficando sem esses serviços. No caso do bairro Centro Norte, a região central conta com o tratamento Misto, na qual as águas pluviais e o esgoto sanitários veiculam juntas na mesma tubulação, conforme mostra o mapa 07.



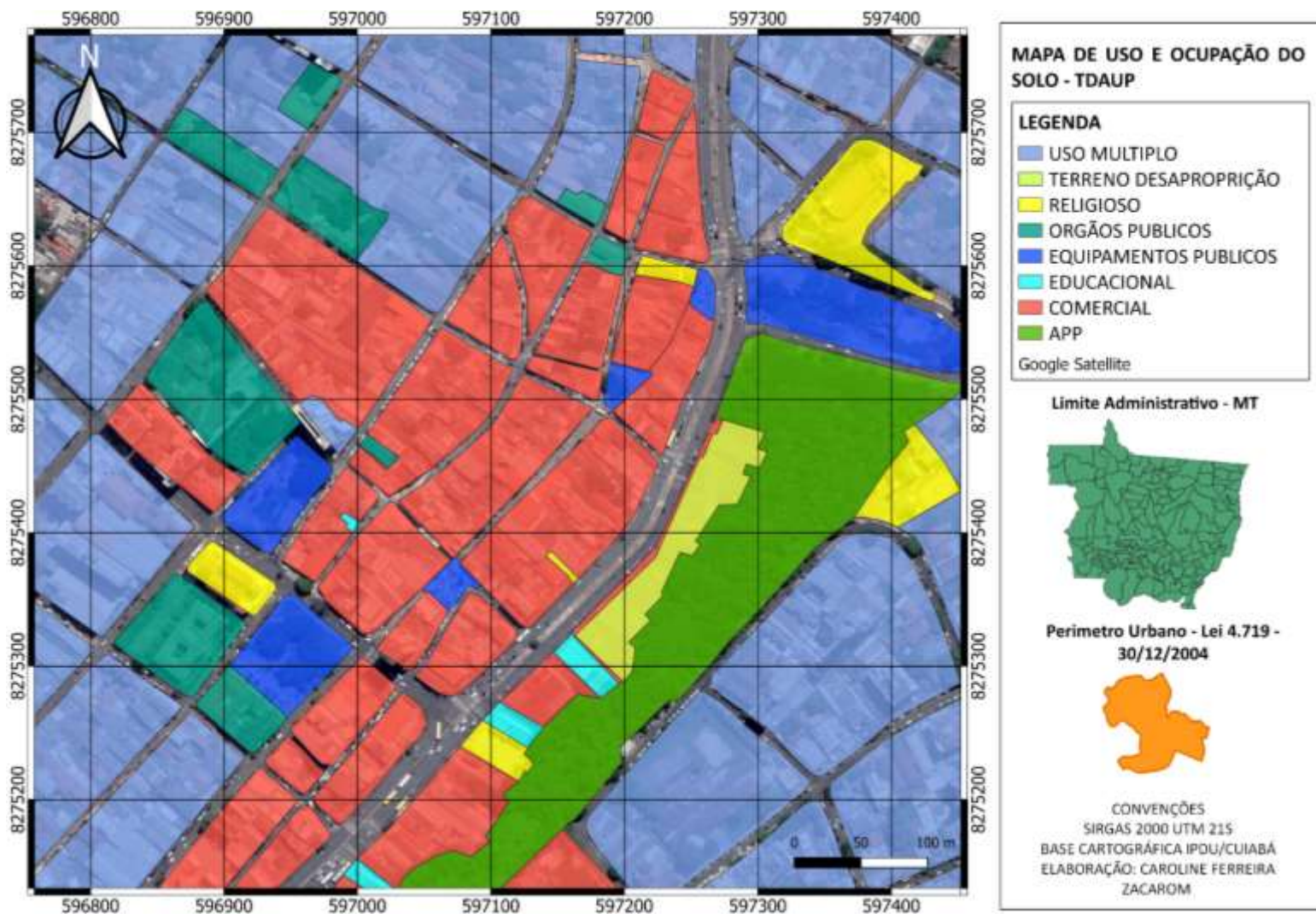
**Mapa 07: Saneamento de Esgoto.**  
**Fonte: Prefeitura de Cuiabá, adaptado pelo próprio autor. (2021)**

A distribuição de energia elétrica pela região é fornecida pela empresa Energisa Mato Grosso Distribuidora S/A, na qual atualmente faz o abastecimento de energia para todo o território do Mato Grosso e no restante do país. Segundo a Agencia Nacional de Energia (ANEEL,2020), Mato grosso ficou em 5º lugar no Ranking da Continuidade do Serviço 2020, indicando que o estado possui a distribuição de energia estável e com menor índice de interrupções.

## **5.8 Estudo do Entorno**

De acordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo de Cuiabá, o mapa 08 mostra que a área é predominantemente comercial e próxima a diversos tipos de serviços comerciais, possuindo grande potencial para qualquer empreendimento que ali for instalado. Dentro da área de estudo, é possível encontrar áreas de uso múltiplo, religioso, órgãos e equipamentos públicos, educacional e área de preservação.

Além disso, a região conta também com edificações residenciais de arquitetura colonial, que apresentam características arquitetônicas do conjunto em que se insere – como técnicas construtivas, elementos arquitetônicos, tipologias de fachadas, ritmos de vão e coberturas. No entanto, ao longo do tempo houve um grande crescimento na região e a maioria das edificações que antes eram residenciais se tornaram comerciais.



Mapa 08: Mapa de uso e ocupação do solo.  
Fonte: Próprio Autor (2021) – Adaptado pela autora Guimarães (2019).

## 5.9 Aspectos geográficos e urbanísticos

### **5.9.1 Clima**

O município de Cuiabá se encontra no centro oeste do Brasil, conta com um clima úmido tropical, altas temperaturas e alto índice pluviométrico. A cidade ainda sofre influência de sistemas extratropicais dentre eles os sistemas frontais originários no sul do país.

As chuvas se concentram em finais de setembro até maio, ocorrendo ainda em maior volume no verão, tendo sua máxima mensal em janeiro. Em outros meses do ano as formações chuvosas são inibidas por uma massa de ar seco que ocorre no centro do Brasil. São nesses meses secos de junho a setembro que ocorrem as passagens de frente frias acompanhados de queimadas reduzindo a umidade relativa do ar, deixando-o muito baixo. Já os meses de julho, agosto e setembro são considerados os mais secos, com valores médios chegando a 55%, podendo atingir 15% em caso extremo. No verão a humidade relativa do ar pode girar em torno de 80% (SONDA, 2021).

A cidade de Cuiabá se localiza em uma das regiões mais quentes do Brasil. Possui uma média de temperatura girando em torno de 27°C mensalmente, ocorrendo entre os meses de outubro a março. Entretanto é frequente que as temperaturas cheguem a 40°C; tendo ainda temperaturas médias de menor valor nos meses de junho e julho, por volta de 22°C, mas podem baixar para até 10°C quando frentes frias sobem do Sul passando pela região (SONDA, 2021).

### **5.9.2 Vegetação e relevo**

A vegetação predominante em Cuiabá é o cerrado, são árvores de proporção curta localizadas em terrenos áridos. Essa vegetação é considerada a maior da América Latina, possuindo em sua área territorial mais de 10 mil espécies vegetais, com diversas características e biodiversidade única. A cidade possui uma variação de baixa altitude entre 146 a 250 metros a nível do mar, em seu quadro geomorfológico grande parte é representada por Planalto Guimarães, Depressão Paraguaiá e Calha do Rio Cuiabá (RENIER, 2021).

Por estar localizada no Planalto Central brasileiro, perto da planície do Pantanal, o relevo urbano de Cuiabá contém formas que se diferem entre onduladas e planas, contendo morros e colinas. O município está localizado em uma região predominante de planaltos e



A área de estudo será realizada na Rua 7 de Setembro (figura 33), no bairro Centro Norte em Cuiabá/MT, tendo como área total 1.009,98m<sup>2</sup> e 228,87m lineares e possui no total 31 imóveis em seu perímetro. Além da via a Travessa Padre Masserati, Beco do Agostinho e o beco ao lado do IPHAN também passarão pela mesma intervenção, tendo no total como área de estudo 2.262,02m<sup>2</sup>. O terreno da via possui um leve desnível de apenas 1,40 metros, seguindo da Praça Dr. Alberto Novis até a Avenida Tenente Coronel Duarte. A via faz ligação com a Avenida Tenente Coronel Duarte, Rua Voluntários da Pátria, Rua Campo Grande, Rua dos Bandeirantes,



**Figura 33: Demarcação da Rua 7 de Setembro.**  
Fonte: Próprio Autor. (2021)

## 6.2 Diagnostico da área

Para o desenvolvimento do projeto foi feito um levantamento fotográfico (in loco) para compreender melhor quais as condições físicas e topográficas. A Rua 7 de Setembro não possui permeabilidade, sendo o piso composto, predominantemente por asfalto, havendo apenas um trecho que fica entre a edificação Cuiabá Antigo e Gráfica Pepe, até as delimitações da Igreja Senhor dos Passos e o MISC, que é composta por paralelepípedos. Em alguns trechos da via o calçamento possui ladrilhos e asfalto também, sendo estes totalmente impermeáveis (figura 34 a 39).



**Figura 34: Foto da via em frente a Gráfica Pepe.  
Fonte: Próprio Autor. (2021)**



**Figura 35: Foto da via esquina R. Voluntários da Pátria.  
Fonte: Próprio Autor. (2021)**



**Figura 36: Foto da via esquina R. Voluntários da Pátria.  
Fonte: Próprio Autor. (2021)**



**Figura 37: Foto da via esquina Praça Dr. Alberto Novis.  
Fonte: Próprio Autor. (2021)**



**Figura 38: Foto da via em frente ao Beco do Agostinho.  
Fonte: Próprio Autor. (2021)**



**Figura 39: Foto da via esquina com R. Campo Grande.  
Fonte: Próprio Autor. (2021)**

O calçamento em partes da via está degradado contendo muitas rachaduras, não possui meio fio e sem rampas de acesso. No entanto, a via possui infraestrutura para captação de águas pluviais por meio de bocas de lobo. As vegetações presentes na via estão mais concentradas na Praça Dr. Alberto Novis, contendo árvores de pequeno e grande porte, o restante da via possui apenas vegetação rasteira, presentes no meio fio e calçamento (figura 40 a 48).



**Figura 40: Foto da via beco ao lado do IPHAN.**  
Fonte: Próprio Autor. (2021)



**Figura 41: Foto da via beco ao lado do IPHAN.**  
Fonte: Próprio Autor. (2021)



**Figura 42: Foto da via calçamento esquina beco ao lado do IPHAN.**  
Fonte: Próprio Autor. (2021)



**Figura 43: Foto da via calçamento esquina com Trav. Padre Masseratti.**  
Fonte: Próprio Autor. (2021)



**Figura 44: Foto da via calçamento esquina com Trav. Padre Masseratti.**



**Figura 45: Foto da via esquina com Trav. Padre Masseratti.**  
Fonte: Próprio Autor. (2021)



Figura 46: Foto da via, esquina com Av. Tenente Coronel Duarte.  
Fonte: Próprio Autor. (2021)



Figura 47: Foto do calçamento da via com esquina com Av. Tenente Coronel Duarte.  
Fonte: Próprio Autor. (2021)



Figura 48: Foto da praça Dr. Alberto Novis.  
Fonte: Próprio Autor. (2021)

### 6.3 Estudo de insolação e ventos predominantes

A insolação e os ventos predominantes são de suma importância para a implantação de um projeto, visto que a posição solar influencia no conforto térmico, podendo tornar o local agradável ou não para as pessoas que frequentam. Os ventos em Cuiabá são predominantemente de Norte/Noroeste para o sudeste, contudo na época da seca é mais comum os ventos serem do Sul/Sudeste.

Abaixo identificado pela figura 49, temos a implantação com destaque na Rua 7 de Setembro mostrando a posição do sol e dos ventos, sendo que o sol nasce a Leste e se põe a Oeste possuindo uma leve curvatura para o Norte, deste modo a via possui insolação em todo seu percurso, de manhã até o final do dia.



## 6.4 Topografia

A topografia da Rua 7 de Setembro começa a margem da Rua Campo Grande e termina a margem da Av. Tenente Coronel Duarte, sendo que sua cota é de pequena alternância que varia de 166,9 e chega até 168,3 metros, tendo 1,40 metros como desnível, como mostra a figura 50.



Figura 50: Curvas de Nível.

Fonte: Próprio Autor (2021) - Adaptado do levantamento planimétrico da prefeitura de Cuiabá (2007)

## **7. PROPOSTA PROJETOAL**

### **7.1 Público Alvo**

O projeto de reabilitação e revitalização da via 7 de Setembro tem o intuito de recuperar o local e trazer mais qualidade de vida e bem-estar para a população. Visa melhorar a estética dos edifícios e a estrutura da via, transformando o que era rua em calçadas, dessa forma, o público alvo do projeto acaba englobando pessoas de todas as faixas etárias, desde crianças até idosos. Com a transformação da via em calçadas a população que frequenta o local terá mais espaço de lazer e descanso.

### **7.2 Análise da legislação local incidente ao terreno**

#### **7.2.1 Zoneamento urbano**

Com base na Lei complementar N° 150/2007 do perímetro urbano de Cuiabá, a cidade está sendo dividida por zoneamentos e as principais utilizações de cada zona de acordo com os regulamentos da lei, referente ao Plano Diretor. Segundo a Lei complementar 389 de 2015 de Disciplina o Uso e ocupação e urbanização do Solo no município de Cuiabá, destaca-se a Zona de Áreas Central (ZAC):

**Art. 19** Zonas de configuração nuclear caracterizadas pela função polarizadora de atividades e empreendimentos diversificados distinguindo-se em dois tipos básicos:

**I** - Área Central (ZAC) – é o centro da cidade, excluída a área tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional e seu entorno, zona caracterizada pelo alto grau de concentração e complexidade das funções urbanas.

**II** - Centros Regionais ou Subcentros (ZRC) – são desdobramentos funcionais da Área Central, localizados em pontos especiais do espaço urbano.

Além da zona central, destaca-se também segundo a Lei complementar 231 e 232 de 2011 de Uso e ocupação e urbanização do Solo de Cuiabá, Subseção IV da Zona de Interesse Histórico ZIH:

**Art. 32** A Zona de Interesse Histórico subdivide-se em:

**I** – Zona de Interesse Histórico 1 – ZIH 1 construída pelo Conjunto Arquitetônico Urbanístico e Paisagístico e sua área de entorno tombados pela União.

**II** – Zona de Interesse Histórico 2 – ZIH 2 construída pelo núcleo histórico do bairro do Porto.

Segundo o IPHAN (2009), a região do centro histórico é composta por 11 setores, entre eles está Área de Tombamento, local onde a via proposta no projeto está inserida. Abaixo, identificado anteriormente pela figura 51, está o Mapa da poligonal de Tombamento do Centro Histórico pelo IPHAN.

Abaixo, identificado pela Figura 32, está a tabela com os Índices Urbanísticos, segundo a Lei complementar 389 de 2015 de 2015 de Disciplina do Uso e ocupação e urbanização do Solo no município de Cuiabá.

ÍNDICES URBANÍSTICOS								
Zonas Urbanas	Coefficiente de Ocupação (CO)	Cobertura vegetal paisagística (CVP)	Cobertura Vegetal Arbórea (CVA)	Coefficiente de Permeabilidade (CP) [1]	Potencial Construtivo (PC)	Limite de Adensamento (LA)	Potencial Construtivo Excedente (PCE)	Gabarito de Altura
ZAC	0,80	0,20	-	0,20	2,00	3,00	1,00	-
ZIH	0,80	0,20	-	0,20	3,00	3,00	0,00	-

**Figura 51: Tabela Índices Urbanísticos.**

**Fonte: Prefeitura de Cuiabá, adaptado próprio autor. (2021)**

## 7.2.2 Acessibilidade

A NBR 9050, se refere a acessibilidade na construção civil, traz métodos para adequação de equipamentos e espaços com intuito de promover acessibilidade para qualquer indivíduo. Essa norma tem a intenção de transformar espaços urbanos em lugares com

segurança, conforto e dignos para idosos, deficientes físicos, mulheres grávidas e pessoas com redução de mobilidade, também aquelas que passaram por cirurgias, com sobrepeso e até mesmo aquelas que não se encaixam num meio urbano.

Com a intenção de deixar o ambiente acessível essa norma traz diferentes formas de construir e reestruturar projetos como dimensionamento de cômodos, sinalização vertical e horizontal e acesso por rampas, ou melhor, descartar seja qual for as barreiras, permitindo as pessoas conforto e segurança.

Alguns locais do centro histórico de Cuiabá apresentam dificuldades em relação a acessibilidade para pessoas com deficiência ou até mesmo com mobilidade reduzida. Essas dificuldades estão relacionadas principalmente à presença de passeios públicos estreitos, com obstáculos, como postes de energia elétrica ou suportes de placas de sinalização, lances de acesso a prédios de altura considerável e calçamento de ruas de pedras brutas, dentre outras (MOTTA e FRAPORTI, 2019)

Para arrumar soluções que compatibilizem a acessibilidade com a preservação dos bens culturais é necessário um diagnóstico da área tombada, e assim, determinar prioridades de intervenção, levando em consideração a necessidade de sua preservação. Essas intervenções devem ser pensadas de maneira que não afetem de maneira irreversível o valor histórico do bem. Para cada bem tombado deve ser feito cuidadosamente um diagnóstico e a definição de qual intervenção deverá ser feita.

Segundo a ABNT NBR 9050, item 10.2 Bens tombados, as intervenções em bens tombados devem ter a aprovação dos órgãos competentes, compreendendo:

10.2.1 Todos os projetos de adaptação para acessibilidade de bens tombados devem obedecer às condições nesta Norma, compatibilizando soluções com os critérios estabelecidos por órgãos legisladores, e sempre garantindo os conceitos de acessibilidade.

10.2.2 No caso de sítios, áreas ou elementos considerados inacessíveis ou com visitação restrita, deve-se garantir o acesso por meio de informação visual, auditiva ou tátil das áreas ou dos elementos cuja a adaptação seja impraticável, com divulgação das condições de acessibilidade do bem patrimonial informadas com antecedência ao visitante e vinculadas a todo material publicitário. (ABNT, 2020, p.122)

Com isso, para a realização do projeto de intervenção foi necessário desenvolver uma proposta que atenda as adaptações necessárias da área, seguindo a NBR 9050 e levando em conta a legislação sobre o tema, sem ferir as normativas do IPHAN. Deste modo para ter acesso aos calçadões, foi pensado em rampas com inclinação de 8,33% e pisos táteis.

### **7.3 Programa de necessidades e fluxograma**

O programa de necessidades e fluxograma foi elaborado a partir de um levantamento feito na Rua 7 de Setembro, com o intuito de entender os principais problemas da região e suas necessidades, onde a pavimentação da via encontra-se deteriorada, com diversos tipos de pavimentação (blocos de paralelepípedos, pisos drenantes, pavimentação em concreto e asfaltamento), além de grande parte dos imóveis sem encontrarem degradados pela ausência de intervenções de manutenção e conservação, além de outros estarem abandonados a anos.

Desta forma, todo o programa de necessidades foi desenvolvido pensando na preservação e conservação do Centro Histórico, que visa recuperar seus imóveis e manter a originalidade do local, sendo ele parte fundamental da cidade. Além disso, também foi pensado na modalidade de seus usuários que muitas vezes não tem por onde caminhar, visto que as calçadas das vias são menores e grande parte está danificada, portanto o indivíduo precisa caminhar pelas ruas sem segurança e correndo risco de vida.

Posteriormente ao estudo feito, foi dada preferência a recuperação das fachadas dos imóveis e em seguida a transformação da rua, alterando a via que transita carros em uma via pedonal, buscando mais segurança, melhoria do ambiente e na qualidade de vida das pessoas. Nesse sentido, o fluxograma (figura 52), foi elaborado após as definições do projeto, com o objetivo de traçar as rotas para chegar até o local.



**Figura 52: Fluxograma com as vias ao entorno.**  
**Fonte: Próprio Autor. (2021)**

#### **7.4 Diagnóstico da área e dos edifícios no entorno**

A Rua 7 de Setembro é uma das ruas mais antigas de Cuiabá, nela podemos encontrar diversas edificações centenárias que são de suma importância para a história da cidade. Grande parte dessas edificações estão degradadas e descaracterizadas de seus elementos

construtivos originais, sendo poucas que passaram por reformas e preservam suas características arquitetônicas. GUIMARÃES (2019), classifica os edifícios da área de intervenção como ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo quanto ao seu estado de manutenção, após os levantamentos destas entre anos de 2018 e 2019. (figura 53).



**Figura 53: Classificação do estado de manutenção dos edifícios.**  
Fonte: Próprio Autor (2021) – Adaptado pela autora Guimarães (2019).

Ainda quanto a tipologia arquitetônica, GUIMARÃES (2019), classifica as edificações que se encontram ao entorno da via de caráter misto, sendo térreas e assobradas, com gabarito de altura simples e duplo. Suas fachadas possuem características coloniais, coloniais

reformadas – com platibanda, ecléticos e neutras (figura 54), com os respectivos ritmos de aberturas referentes a cada estilo. Algumas das edificações, por estarem descaracterizadas de sua arquitetura original, apresentam vãos vedados em alvenaria.



**Figura 54: Planta com a tipologia arquitetônica dos edifícios.**  
**Fonte: Próprio Autor (2021) – Adaptado pela autora Guimarães (2019).**

Considerando o raio de 1 km para estudo da área de entorno, as construções localizadas nesse perímetro são predominantemente designadas a uso comercial, como lojas, lanchonetes, hotel, farmácias, restaurantes, galeria, bar, igrejas, museu, agências bancárias, ateliês, órgãos públicos e institucionais, entre outros (figura 55).







**Figura 55: Planta de uso do solo.**  
**Fonte: Próprio Autor (2021) – Adaptado pela autora Guimarães (2019).**




#### 7.4.1 Levantamento das edificações de estudo

Para o desenvolvimento do projeto foi feito um estudo nas edificações que se encontram na via, com o intuito de resgatar a originalidade dos imóveis e conseqüente valorização do conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá. Sendo assim, é proposta também a recuperação das fachadas dos imóveis degradados presentes na via. Para facilitar a ordenação dos imóveis na via

nas folhas seguintes, os mesmos foram organizados no presente trabalho na sequência de existência do mesmo, se iniciando a partir da Praça Alberto Novis em direção à Av. Tenente Coronel Duarte.

LEVANTAMENTO DOS IMÓVEIS			
PRAÇA DR. ALBERTO NOVIS SENTIDO AV. TENENTE CORONEL DUARTE			
IDENTIFICAÇÃO	USO DO SOLO	CARACTERÍSTICAS	IMAGEM
Nº 11 Insc. Cadastral 01.5.33.008.0097	Comercial e serviços	Imóvel térreo, de arquitetura colonial. Possui telhas cerâmicas coloniais. Encontra-se em bom estado de conservação e preservação, sendo necessário somente nova pintura à base de cal.	
Nº 13 Insc. Cadastral 01.5.33.008.0079 e 01.5.33.008.0072	Vazio	Imóvel térreo, de arquitetura colonial. Possui telhas cerâmicas coloniais. Encontra-se em bom estado de conservação, não sendo necessário quaisquer intervenções no imóvel.	




<p>Nº 285 Insc. Cadastral 01.5.33.002.0203</p>	<p>Misto Residencial e comercial</p>	<p>Imóvel térreo, de arquitetura colonial, com pé direito alto. Possui telhas cerâmicas coloniais, ocultas por platibandas. Encontra-se em bom estado de conservação, não sendo necessário quaisquer intervenções no imóvel.</p>	
<p>Nº 297 Insc. Cadastral 01.5.33.002.0192</p>	<p>Vazio</p>	<p>Imóvel térreo, de arquitetura colonial. Possui telhas cerâmicas coloniais, ocultas por platibandas. Encontram-se em ruim estado de conservação e manutenção, a fachada do imóvel apresenta diversas fissuras, com descolamento de reboco e material constituinte da estrutura aparentes. Na base do imóvel sem rebocos e com os tijolos soltos. É preciso que haja a substituição dos trechos de reboco danificados e nova pintura.</p>	



<p>Nº 305 Insc. Cadastral 01.5.33.002.0183</p>	<p>Vazio</p>	<p>Imóvel térreo, de arquitetura colonial. Possui telhas cerâmicas coloniais, ocultas por platibandas. Há fissuras nas paredes, presença de esfarelamento da pintura e o deslocamento do reboco. Há necessidade da limpeza total da fachada para posterior pintura.</p>	
<p>Nº 307 Insc. Cadastral 01.5.33.002.0177</p>	<p>Vazio</p>	<p>Imóvel térreo, de arquitetura colonial. Possui telhas cerâmicas coloniais, ocultas por platibandas. Há fissuras nas paredes e presença de esfarelamento da pintura. Há necessidade da limpeza total da fachada para posterior pintura.</p>	
<p>Nº 315 Insc. Cadastral 01.5.33.002.0172</p>	<p>Vazio</p>	<p>Imóvel térreo, de arquitetura colonial. Possui telhas cerâmicas coloniais, ocultas por platibandas. Há fissuras nas paredes e presença de esfarelamento da pintura. Há necessidade da limpeza total da fachada para posterior pintura.</p>	




<p>N° 325 Insc. Cadastral 01.5.33.002.0163</p>	<p>Institucional</p>	<p>Imóvel térreo, de arquitetura neutra. Possui telhas cerâmicas coloniais, ocultas por platibandas. Há fissuras nas paredes e presença de esfarelamento da pintura. Há necessidade da limpeza total da fachada para posterior pintura.</p>	
<p>N° 349 Insc. Cadastral 01.5.33.002.0157</p>	<p>Vazio</p>	<p>Imóvel térreo de arquitetura colonial, erigido com paredes de taipa de pilão, adobe, tijolos maciços, tijolos de seis furos e madeira (para cada nova intervenção realizada no imóvel, novos métodos construtivos foram adotados). Possui telhas cerâmicas coloniais e encontra-se em péssimo estado de conservação e manutenção. Após o desabamento da fachada no ano de 2019, a fachada do imóvel que era caracterizada como eclética, apresenta fissuras nas paredes, trincas, deslocamento de reboco, possui tijolos soltos e com descolamento de reboco e material constituinte da estrutura aparentes, além de infiltrações no telhado e nas paredes. Em partes sua cobertura está demolida, não havendo nenhum tipo de proteção contra sol e chuva para as alvenarias. Diversas. As esquadrias estão quebradas contendo também a presença de cupins. Toda a estrutura encontra-se escorada para evitar que novos desabamentos aconteçam. Será necessário ser feita reforma total da fachada, reconstrução dos espaços demolidos com alvenaria e nas rachaduras e aberturas aplicação de novo reboco. As esquadrias serão trocadas por novas, aproveitando somente o que não estiver danificado.</p>	




<p>N° 183 Insc. Cadastral 01.5.33.002.0135</p>	<p>Institucional</p>	<p>Imóvel assobrado, de arquitetura colonial. Possui telhas cerâmicas coloniais. Encontra-se em bom estado de conservação, sendo necessário somente nova pintura à base de cal.</p>	
<p>N° 290 Insc. Cadastral 01.5.33.003.0042</p>	<p>Vazio</p>	<p>Imóvel térreo, de arquitetura colonial com pé direito alto. Possui telhas cerâmicas coloniais, ocultas por platibandas. Encontra-se em bom estado de conservação, não sendo necessário quaisquer intervenções no imóvel.</p>	
<p>N° 300 Insc. Cadastral 01.5.33.003.0049</p>	<p>Vazio</p>	<p>Imóvel térreo, de arquitetura colonial com pé direito alto. Possui telhas cerâmicas coloniais, ocultas por platibandas. Encontra-se em bom estado de conservação, sendo necessário somente nova pintura à base de cal.</p>	




<p>N° 306 Insc. Cadastral 01.5.33.003.0056</p>	<p>Comercial e serviços</p>	<p>Imóvel térreo, de arquitetura colonial com pé direito alto. Possui telhas cerâmicas coloniais. É necessário o preenchimento dos trechos da alvenaria aparente com argamassa e limpeza total da fachada para posterior pintura.</p>	
<p>N° 316 Insc. Cadastral 01.5.33.003.0066</p>	<p>Institucional</p>	<p>Imóvel térreo, de arquitetura colonial com pé direito alto. Possui telhas cerâmicas coloniais. Encontra-se em bom estado de conservação, não sendo necessário quaisquer intervenções no imóvel.</p>	
<p>N° 320 Insc. Cadastral 01.5.33.003.0076</p>	<p>Misto Residencial e comercial</p>	<p>Imóvel térreo, de arquitetura colonial com pé direito alto. Possui telhas cerâmicas coloniais. Encontra-se em bom estado de conservação, não sendo necessário quaisquer intervenções no imóvel.</p>	



<p>N° 338 Insc. Cadastral 01.5.33.003.0085</p>	<p>Comercial e serviços</p>	<p>Imóvel térreo, de arquitetura colonial com pé direito alto. Possui telhas cerâmicas coloniais. Encontra-se em bom estado de conservação, não sendo necessário quaisquer intervenções no imóvel.</p>	
<p>N° 348 Insc. Cadastral 01.5.33.003.0101</p>	<p>Comercial e serviços</p>	<p>Imóvel térreo, de arquitetura colonial. Possui telhas cerâmicas coloniais acima do muro. Encontra-se em bom estado de conservação, sendo necessário somente nova pintura à base de cal.</p>	
<p>Insc. Cadastral 01.5.33.003.0113</p>	<p>Templo</p>	<p>Imóvel de arquitetura colonial, erigido em adobe e madeira. Possui telhas cerâmicas coloniais. Há fissuras nas paredes, trincas, deslocamento de reboco e infiltrações no telhado e paredes. Sua fachada apresenta afundamento de piso e fissuras, causando deslocamento e favorecendo a entrada de agentes externos que deterioram a estrutura da Igreja. Para a fachada é necessário o preenchimento dos trechos da alvenaria aparente com argamassa e limpeza total da fachada para posterior pintura.</p>	

<p>Nº 74 Insc. Cadastral 01.5.43.058.0185</p>	<p>Vazio</p>	<p>Imóvel térreo, de arquitetura colonial, erigido em adobe com pé direito alto. Possui telhas cerâmicas coloniais. Há fissuras nas paredes e infiltrações, é necessário o preenchimento dos trechos da alvenaria aparente com argamassa e limpeza total da fachada para posterior pintura.</p>	
<p>Nº49 Insc. Cadastral 01.5.43.059.0008</p>	<p>Vazio</p>	<p>Imóvel térreo, de arquitetura colonial com pé direito alto. Possui telhas cerâmicas coloniais. Encontra-se em bom estado de conservação, não sendo necessário quaisquer intervenções no imóvel.</p>	

<p>N° 390 Insc. Cadastral 01.5.43.059.0024</p>	<p>Institucional</p>	<p>Imóvel térreo, de arquitetura colonial, com pé direito alto. Possui telhas cerâmicas coloniais. Há fissuras nas paredes, infiltrações, possui manchas de escorrimento de água devido ao acúmulo sobre o beiral e com descolamento de reboco. É necessário o preenchimento dos trechos da alvenaria aparente com argamassa e limpeza total da fachada para posterior pintura.</p>	
<p>N° 359 Insc. Cadastral 01.5.43.059.0039</p>	<p>Vazio</p>	<p>Imóvel assobrado. Construído em estilo galpão, arquitetura neutra, possui alvenaria em tijolos cerâmicos e telhas de fibrocimento. Há presença de esfarelamento da pintura. É necessário o preenchimento dos trechos da alvenaria aparente com argamassa e limpeza total da fachada para posterior pintura.</p>	
<p>N°424 A Insc. Cadastral 01.5.43.059.0048</p>	<p>Comercial e serviços</p>	<p>Imóvel térreo, de arquitetura colonial com pé direito alto. Possui telhas cerâmicas coloniais. Encontra-se em bom estado de conservação, não sendo necessário quaisquer intervenções no imóvel.</p>	

<p>N° 430 Insc. Cadastral 01.5.43.059.0074</p>	<p>Comercial e serviços</p>	<p>Imóvel térreo, de arquitetura colonial com pé direito alto. Possui telhas cerâmicas coloniais. O muro possui pichações. Encontra-se em bom estado de conservação, sendo necessário somente nova pintura à base de cal.</p>	
<p>N° 454 Insc. Cadastral 01.5.43.059.0081</p>	<p>Vazio</p>	<p>Imóvel térreo, de arquitetura colonial com pé direito alto. Possui telhas cerâmicas coloniais. O muro possui pichações. Encontra-se em bom estado de conservação, sendo necessário somente nova pintura à base de cal.</p>	
<p>N° 479 Insc. Cadastral 01.5.43.059.0098</p>	<p>Comercial e serviços</p>	<p>Imóvel térreo, de arquitetura neutra. Possui telhas cerâmicas coloniais, ocultas por platibandas. Possui fissuras nas paredes, com deslocamento de reboco e pichações. É necessário o preenchimento dos trechos da alvenaria aparente com argamassa e limpeza total da fachada para posterior pintura.</p>	

<p>Nº 359, 401, 409 Insc. Cadastral 01.5.43.058.0148</p>	<p>Misto Residencial e comercial</p>	<p>Imóvel térreo, de arquitetura colonial. Possui telhas cerâmicas coloniais. Encontra-se em bom estado de conservação, não sendo necessário quaisquer intervenções no imóvel.</p>	
<p>Nº424 B Insc. Cadastral 01.5.43.058.0133</p>	<p>Vazio</p>	<p>Imóvel térreo, de arquitetura colonial. Possui telhas cerâmicas coloniais. Possui fissuras nas paredes, com deslocamento de reboco e pichações. É necessário o preenchimento dos trechos da alvenaria aparente com argamassa e limpeza total da fachada para posterior pintura.</p>	
<p>Nº 427 Insc. Cadastral 01.5.43.058.0125</p>	<p>Vazio</p>	<p>Imóvel assobrado, de arquitetura colonial. Possui telhas cerâmicas coloniais. Há fissuras nas paredes e presença de esfarelamento da pintura. Há necessidade da limpeza total da fachada para posterior pintura.</p>	

<p>Nº 439 - 416 Insc. Cadastral 01.5.43.058.0108</p>	<p>Residencial</p>	<p>Imóvel térreo, de arquitetura colonial. Possui telhas cerâmicas coloniais. Encontra-se em péssimo estado de conservação e manutenção, a fachada do imóvel apresenta diversas fissuras, rachaduras com aberturas nas paredes, possui tijolos soltos e com descolamento de reboco e material constituinte da estrutura aparentes.</p>	
<p>Nº 479 Insc. Cadastral 01.5.43.053.0132 e 01.5.43.053.0104</p>	<p>Residencial</p>	<p>Os muros são edificados com tijolos cerâmicos, com partes coberta em alvenaria. Ambos se encontram em ruim estado de conservação e manutenção, com descolamento de reboco e material constituinte da estrutura aparentes. É necessário a completa substituição do reboco existente e novas camadas de chapisco, emboço e reboco para posterior pintura.</p>	
<p>Nº 479 Insc. Cadastral 01.5.43.058.0101</p>	<p>Misto Residencial e Comercial</p>	<p>Imóvel térreo, de arquitetura colonial. Possui telhas cerâmicas coloniais. Há fissuras nas paredes e presença de esfrelamento da pintura. Há necessidade da limpeza total da fachada para posterior pintura.</p>	

**Quadro 02: Análise das edificações.**  
Fonte: Elaboração Autoral (2021)

## **7.4.2 Análise das patologias**

CAMPOS (2018) em seu trabalho técnico de Revitalização da Rua 27 de Dezembro, propõe a identificação das patologias das edificações de estudo, bem como os seus devidos tratamentos específicos. Seguindo essa metodologia de identificação, para tal, serão tratadas as patologias presentes em cada imóvel de acordo com os métodos construtivos constituintes de cada casarão, preservando suas características arquitetônicas genuínas. Após o tratamento das patologias, as paredes e esquadrias das fachadas receberão novas pinturas com a utilização de materiais compatíveis aos métodos construtivos dos casarões.

Desse modo, o projeto ao qual o presente trabalho faz referência, consiste na representação gráfica da atual situação em que os imóveis da via se encontram e das patologias identificadas nos mesmos, bem como as propostas de pinturas e acabamentos a serem adotadas. Durante a elaboração do mapeamento de danos, é possível identificar as inserções que os imóveis sofreram ao longo dos anos.

TABELA DE PATOLOGIAS			
ITEM/DANO	AGENTE	CAUSAS PROVÁVEIS	TRATAMENTO
Descolamento superficial de reboco	Umidade excessiva	Erro no traçado da composição dos materiais	Remoção minuciosa do reboco existente, limpeza da superfície, nova camada de emboço e argamassa com traços específicos à cada método construtivo, aplicação de nova pintura
	Perda de adesão do material	Materiais incompatíveis com método construtivo	
Trincas e fissuras	Movimento de rotação	Dilatação e retração térmica dos diferentes componentes da estrutura	Remoção do reboco em cortes esquadrejados até atingir a base da parede, aplicação de nova argamassa com traços específicos à cada método construtivo
		Recalque das estruturas; deslocamento do solo sob a edificação	
	Ação da chuva	Infiltração	
Rachadura	Movimento de rotação	Vibrações e trepidações, comprometimento estrutural	Refazimento do trecho danificado com a utilização do mesmo método construtivo
	Ação da chuva	Infiltração; dilatação e retração térmica	
Oxidação	Perda de seção; aparecimento de camadas que ao serem tocadas, se soltam	Ação de agentes atmosféricos; contato com argamassa de cal	Após a retirada da camada de reboco, as peças metálicas devem ser removidas e os vãos preenchidos, com fechamento em nova camada de reboco
Esfarelamento da pintura	Perda de adesão da pintura com o reboco	Erro no traçado da composição dos materiais	Remoção do reboco e aplicação de nova camada, bem como de nova pintura
	Intemperismo	Umidade do ar; ação de agentes atmosféricos	
Infiltrações, escamações e eflorescências	Presença de água na parede	Solo saturado de água	Remoção do reboco em cortes esquadrejados até atingir a base da parede, aplicação de nova argamassa com traços específicos à cada método construtivo
		Excesso de água nos materiais	
		Vazamento em tubulações de água	
Intervenções em cimento	Ação antrópica	Intervenção inadequada	Remoção total da camada de reboco que contém a presença de cimento; aplicação de nova argamassa com traços específicos à cada método construtivo
		Intenção de preenchimento de lacunas	
		Intenção de recomposição de trechos danificados	
Sujidade	Deposição de partículas de poeira	Falta de manutenção e ações de conservação preventivas	Limpeza das superfícies para aplicação de nova pintura com material específicos à cada método construtivo
	Resíduos de ação de microorganismos		
Perda de seção da parede	Deterioração	Ação antrópica	Reconstrução dos trechos arruinados com a utilização das técnicas adotadas na construção do imóvel em questão
	Ação da chuva	Infiltração da água por entre a estrutura exposta	

**Quadro 03: Análise das patologias**  
**Fonte: Elaboração Autoral (2021) adaptado de CAMPOS (2018)**

## 7.5 Tratamento das patologias

Para o tratamento das patologias das edificações que são erigidas com a utilização dos métodos construtivos de tijolos maciços e tijolos cerâmicos, CAMPOS (2018) elucida que é necessário a substituição da argamassa de fachadas, o chapisco a ser utilizado deve ser o convencional, preparado com cimento e areia no traço de 1:3. Para as edificações que possuem os métodos construtivos de adobe e taipa, o cimento deve ser substituído por cal. Essa proporção torna a superfície mais áspera e porosa. Deve ser lançado por uma colher de pedreiro na alvenaria umedecida em camadas de 5 ou 6 mm de espessura. O tempo de cura deve ser de três dias.

Na sequência vem o emboço. Utilizados em todos os métodos construtivos do mesmo modo, deve ser constituído por cal e areia no traço de 1:4. A mistura com água precisa descansar, no mínimo, 36 horas até obter plasticidade. Após esse período, deve ser acrescentado o cimento (para dez partes de massa, considerar uma de cimento). Nessa etapa, é importante ser utilizado taliscas para nivelar a camada de argamassa, geralmente entre 2 e 4 cm de espessura.

A aplicação do reboco deve ocorrer após a cura do processo anterior. O preparo envolve cal hidratada e areia fina, no traço de 1:3 e 10% de cimento sobre o volume total. É necessário umedecer a superfície que receberá uma camada muito fina da argamassa (5 ou 6 mm de espessura). É recomendado o uso de desempenadeira com espuma para dar o acabamento.

As estruturas das esquadrias de madeira dos imóveis, como folhas e portais, deverão ser lixadas e pintadas com duas camadas de tintas à base óleo e, posteriormente, verniz. Já as esquadrias metálicas deverão ser pintadas com tintas à base de esmalte acrílico. Para tal, o prazo de cura do reboco deverá ser aguardado.

Para pintura das fachadas, cada método construtivo necessita de materiais cujas composições são específicas para seus respectivos métodos. Desse modo, para os casarões erigidos com a utilização de técnicas vernaculares, deve ser utilizado tintas à base de cal, assim como as tintas acrílicas à base de látex são indicadas para os demais métodos construtivos. Essa indicação específica para as pinturas das paredes construídas com o uso de materiais naturais, serve para propiciar que as trocas gasosas dos materiais constituintes desses métodos aconteçam.

## **8. DETALHAMENTO DO PROJETO**

### **8.1 Partido Adotado**

O partido do projeto nasce com a intenção de recuperação da Rua 7 de Setembro e das fachadas dos imóveis localizados no seu entorno, que por sua vez se encontram degradados e malcuidados. A proposta vem com o intuito de trazer vida e movimento para o local, pensando na preservação do patrimônio histórico e cultural e na mobilidade população que reside e frequenta a região.

Após a definição do partido, foi necessário fazer um levantamento do local para avaliar a situação da via e dos imóveis e desta forma encontrar a melhor solução para recuperá-los. Nesse sentido, foi definido para a Rua 7 de Setembro novas peças de paralelepípedos para os pisos e a recuperação das fachadas dos imóveis, visando preservar a originalidade da pavimentação e da estética desses edifícios. Além disso, é proposta e implantação de mobiliários urbanos como postes de iluminação, bancos, lixeiras e vasos com plantas.

O projeto visa trazer melhoria para a região, resgatando a originalidade da via e recuperando as atividades que se perderam ao longo dos anos e conseqüentemente a valorização do patrimônio cultural, de modo que melhore a qualidade de vida da população que frequenta e reside, incentive a economia local, fomentando o turismo na região e propiciando o resgate do sentimento de identidade que se tem pelo Centro Histórico de Cuiabá.

### **8.2 Materiais construtivos**

#### **8.2.1 Paralelepípedo**

Dentre os calçamentos considerados como pavimentos ecologicamente correto, os paralelepípedos sem ajuntamento em cimento se destacam, pois permitem a infiltração das águas de chuva. Os benefícios dessas infiltrações são aumento dos reservatórios subterrâneos e a restrição da saída de águas para os mananciais diminuindo os problemas de enchentes. Segundo EcoPisos, empresa especializada em pavimentos, os pisos de paralelepípedos possuem comportamento diferente, pois as características geológicas desta

pedra permitem menor absorção de calor, isso ocorre pelo comportamento próprio da Rocha, a espessura do calçamento em contato com o solo facilita a dispersão do calor absorvido, não irradiando o calor por muito tempo depois do período de insolação, deixando as temperaturas mais suaves e clima agradável (DUARTE, 2013).

Este piso ainda soma beleza ao espaço e outros benefícios para a preservação do meio ambiente, sendo ecológico os paralelepípedos dificultam a formação de poças por haver espaços entre eles, permitindo o escoamento da água da chuva (figura 56). O piso conserva menos calor, além e ter boa resistência, evitando o surgimento de buracos e constantes manutenções. Por tudo isso, ele soma beleza, sustentabilidade e praticidade a paisagem (figura 57).



**Figura 56: Instalação do piso com espaço para escoamento da água.**  
Fonte: Pinterest. (2021)



**Figura 57: Imagem Beco do Candeeiro com piso de Paralelepípedo.**  
Fonte: Próprio Autor (2021)

## 8.2.2 Piso Drenante - Tijolinho

Também conhecido como piso permeável, o piso drenante tem como principal característica a porosidade. Esse piso por possibilitar o escoamento da água para o solo é considerado um material amigo da natureza. Segundo a autora Larissa Gould, é um piso com extensão de 80 a 95% permeável não precisando que haja espaços em meio às peças, capacidade que age como reservatório afastando enchentes e como resultado impacto ambientais (figura 58).

Pisos permeáveis ou drenante podem ser utilizados tanto em áreas com grande fluxo de pessoas, externas ou ainda ambientes residenciais. Existem ainda outros benefícios desses pisos permeáveis, eles podem atuar como antideslizante e ainda oferece dissipação de calor. Um piso que pode trazer muitas vantagens para o meio ambiente e usuários, podendo ser usado em calçamentos, praças, estacionamentos, áreas urbanas e até ruas (figura 59).



Figura 58: Demonstração de permeabilidade do piso drenante.  
Fonte: <https://vivadecora.com> (2021)

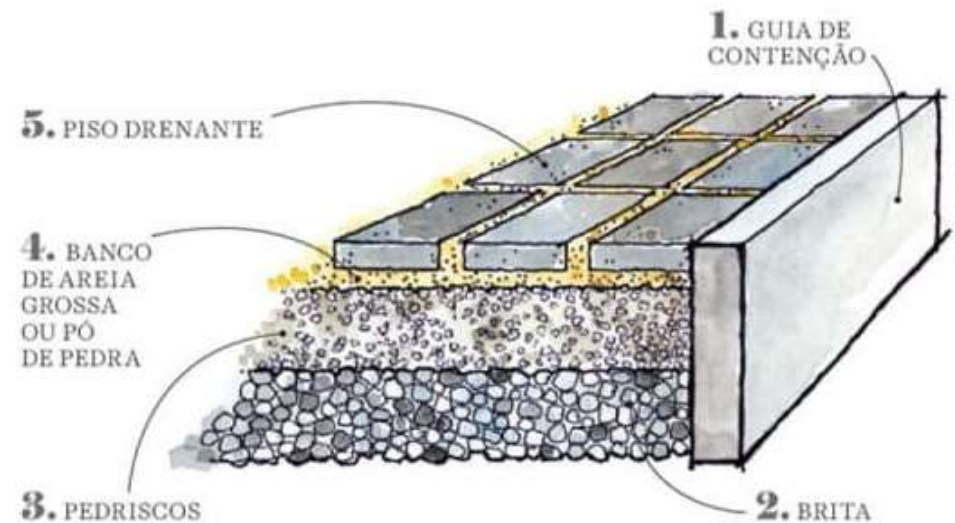


Figura 59: Imagem do detalhamento do piso drenante.  
Fonte: <https://vivadecora.com> (2021)

### 8.2.3 Piso Tátil

O piso tátil é de grande importância no meio urbano, ele é a principal solução de acessibilidade para pessoas cegas ou com baixa visão para se deslocarem sozinhos (figura 60). A ABNT NBR 9050, abrange todas as informações necessárias sobre o piso táteis, como o local correto de sua aplicação, tamanho, medidas e cores, além disso ela expõe ensinamentos acerca da acessibilidade em espaços públicos, equipamentos urbanos, edifícios e mobiliários.

De acordo com a NBR 9050, artigo 3º, que diz a respeito dos termos, definições e abreviaturas, o item 3.1.29 explica o que é piso tátil, sendo ele:

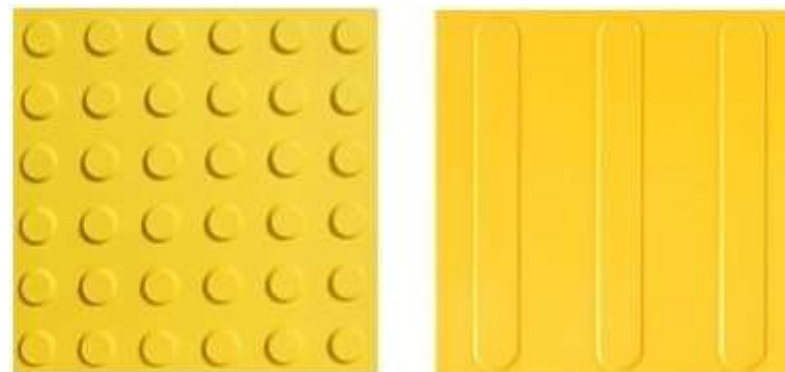
Piso caracterizado por textura e cor contrastantes em relação ao piso adjacente, destinado a constituir alerta ou linha-guia, servindo de orientação, principalmente, às pessoas com deficiência visual ou baixa visão. São de dois tipos: piso tátil de alerta e piso tátil direcional. (ABNT/9050, 2020, p. 5)

Já no artigo 5º, se refere a informação e sinalização, cujo o item 5.2.4.2 direcional, define o piso tátil direcional (figura 61), sendo:

Sinalização utilizada para indicar direção de um percurso ou a distribuição de elementos de um espaço e de uma edificação. Na forma visual, associa setas indicativas de direção a textos, figuras ou símbolos. Na forma tátil, utiliza recursos como linha guia ou piso tátil. Na forma sonora, utiliza recursos de áudio para explanação de direcionamentos e segurança, como em alarmes e rotas de fuga (ABNT/9050, 2020, p. 32).



**Figura 60: Imagem do piso tátil instalado.**  
Fonte: <https://whatplast.com> (2021)



**Figura 61: Piso Tátil de alerta e direcionável.**  
Fonte: <https://soluçõesindustriais.com> (2021)

### 8.3 Mobiliários

Pensando no conforto e no bem-estar da população, ao longo da área de intervenção foram distribuídos mobiliários, sendo eles:

- Postes de luz colonial

Para a iluminação da via serão utilizados postes coloniais, feito em alumínio fundido e difusor da luz em vidro, contém pintura eletrostática na cor preta, sendo materiais duráveis e resistentes. Possui como índice de proteção IP65 – totalmente protegido contra intempéries e jatos d'água. O modelo do poste já vem com lâmpadas de LED integrado de baixo consumo de energia gerando mais economia e longa vida útil. A escolha do poste colonial foi feita com o intuito de resgatar a história e embelezar o local.



Figura 62: Imagem Poste Colonial.  
Fonte: <https://luminlandia.com> (2021)



Figura 63: Dimensionamento Poste Colonial.  
Fonte: <https://luminlandia.com> (2021)

- Assentos

Pensando no conforto e na estética, o banco escolhido possui estilo colonial, ele é feito em alumínio fundido ou ferro fundido, com réguas de madeira Jatobá, sendo resistente e com alta durabilidade. O banco possui pés na cor preto fosco e as réguas de madeira envernizada.

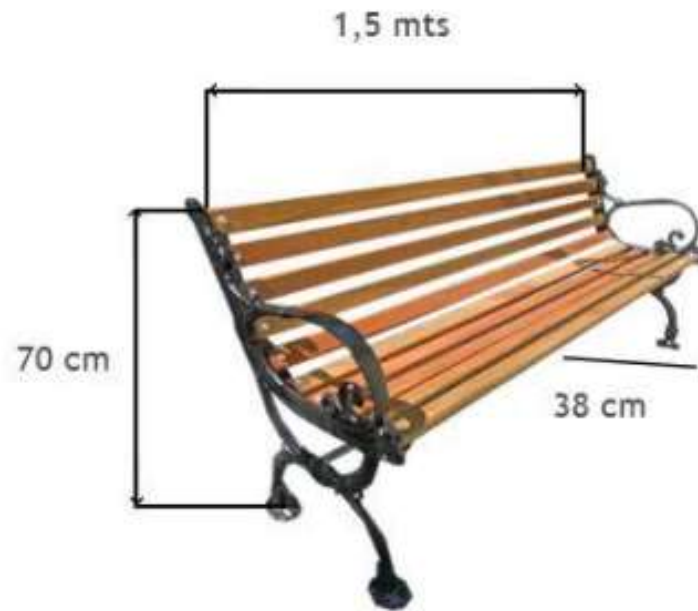


Figura 64: Detalhamento banco colonial.  
Fonte: <https://vesuvio.com> (2021)



Figura 65: Imagem ilustrativa banco colonial.  
Fonte: <https://vesuvio.com> (2021)

- Lixeiras

A lixeira escolhida é feita especialmente para parques e pátios, possui um modelo arredondado e um suporte de tubo em ambos dos lados para mantê-la suspensa do chão. É uma lixeira muito resistente e de qualidade, feita em ferro fundido ou alumínio fundido na cor preto fosco.

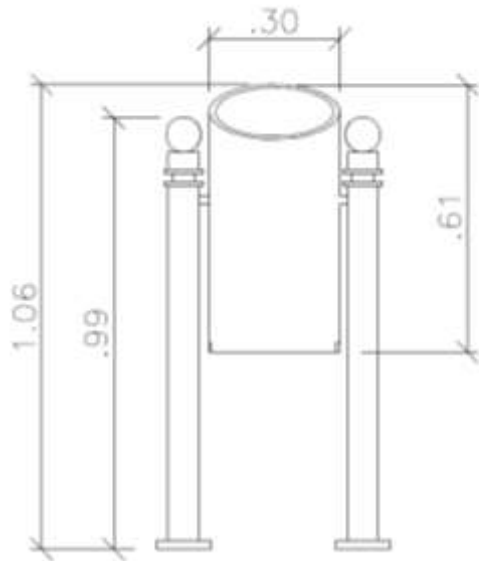


Figura 66: Detalhamento da lixeira.  
Fonte: Próprio Autor. (2021)



Figura 67: Imagem ilustrativa lixeira.  
Fonte: Próprio Autor. (2021)

- Floeiras

No decorrer da via, foi utilizado vasos grandes com árvores trepadeiras para decoração e conforto térmico. Os vasos escolhidos têm a cor semelhante ao barro, são feitos em fibra de vidro, possuindo mais durabilidade, podendo ficar exposto ao calor, sol, frio e chuva.

A árvore escolhida foi a *Bougainvillea*, popularmente conhecida como Primavera. Ela entra na categoria de Arbustos e trepadeiras, tendo um florescimento abundante e chamativo. Suas flores são pequenas e possuem diversas tonalidades como amarelo, rosa, roxo, alaranjado, branco e vermelho. É uma árvore resistente que suporta muito bem o frio, as chuvas e principalmente o sol, pois é ele que estimula sua floração, sendo capaz de florescer o ano inteiro.



**Figura 68: Imagem ilustrativa do vaso.**  
Fonte: <https://vasoecor.com> (2021)



**Figura 69: Imagem ilustrativa da Primavera.**  
Fonte: <https://pinterest.com> (2021)

- Toldos e placa de anúncio

Para os imóveis comerciais, segundo o IPHAN (2010), anexo 4: estabelece as normas de propaganda e publicidade e uso de toldos para a área do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da cidade de Cuiabá e seu entorno. Os anúncios devem conter aproximadamente 0,80 metros de largura por 0,60 metros de altura e com 0,15 metros de espessura serão permitidos à fachada dos imóveis, devem ser fixos a uma distância de 0,20 metros entre parede do imóvel e o painel publicitário. O material utilizado deve ser de madeira, ferro ou similar e não podem ser luminosos. Sobre a alvenaria de imóveis serão permitidos anúncios de 2 metros de largura por 0,50 metros de altura; é permitido pintura em letras caixa, neon ou outro material que se pode escrever. As opções são na perpendicular já que outras são excluídas.

Existem algumas localidades onde só será permitido painéis publicitários com licença do IPHAN ou prefeitura, e isso em nível do térreo. Quanto a toldos, apenas os retráteis, com 2 metros de largura e afastados do meio-fio 0,30 metros.

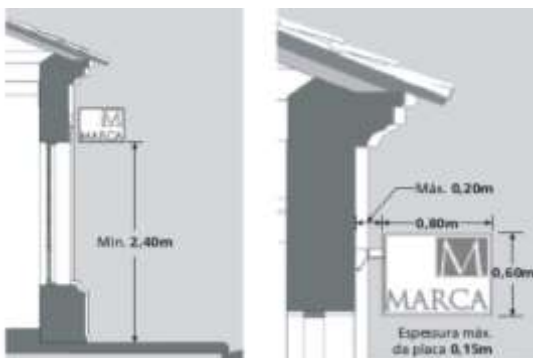


Figura 70: Imagem modelo anúncios.  
Fonte: IPHAN, 2010.



Figura 71: Imagem modelo anúncios.  
Fonte: IPHAN, 2010.



Figura 72: Imagem modelo anúncios.  
Fonte: IPHAN, 2010.



Figura 73: Imagem modelo anúncios.  
Fonte: IPHAN, 2010.

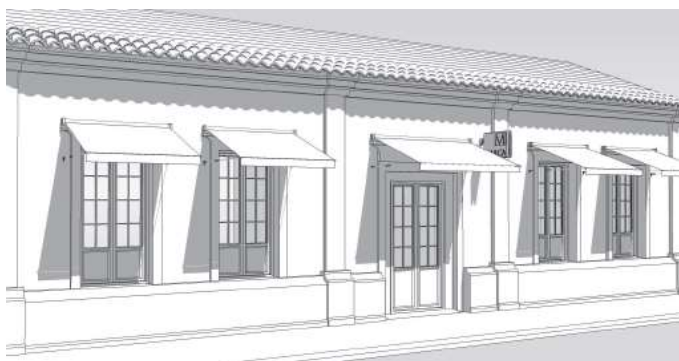


Figura 74: Imagem modelo toldos.  
Fonte: IPHAN, 2010.

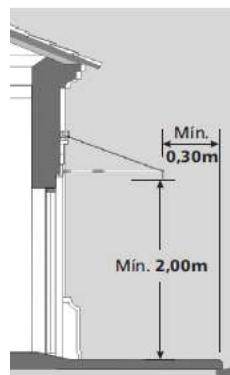


Figura 75: Imagem modelo toldos.  
Fonte: IPHAN, 2010.

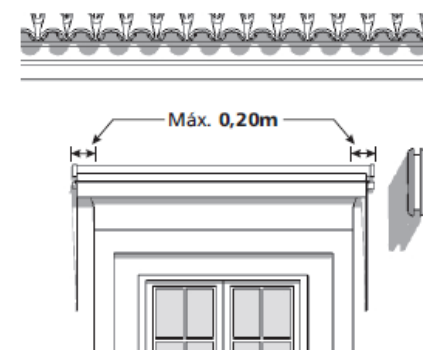


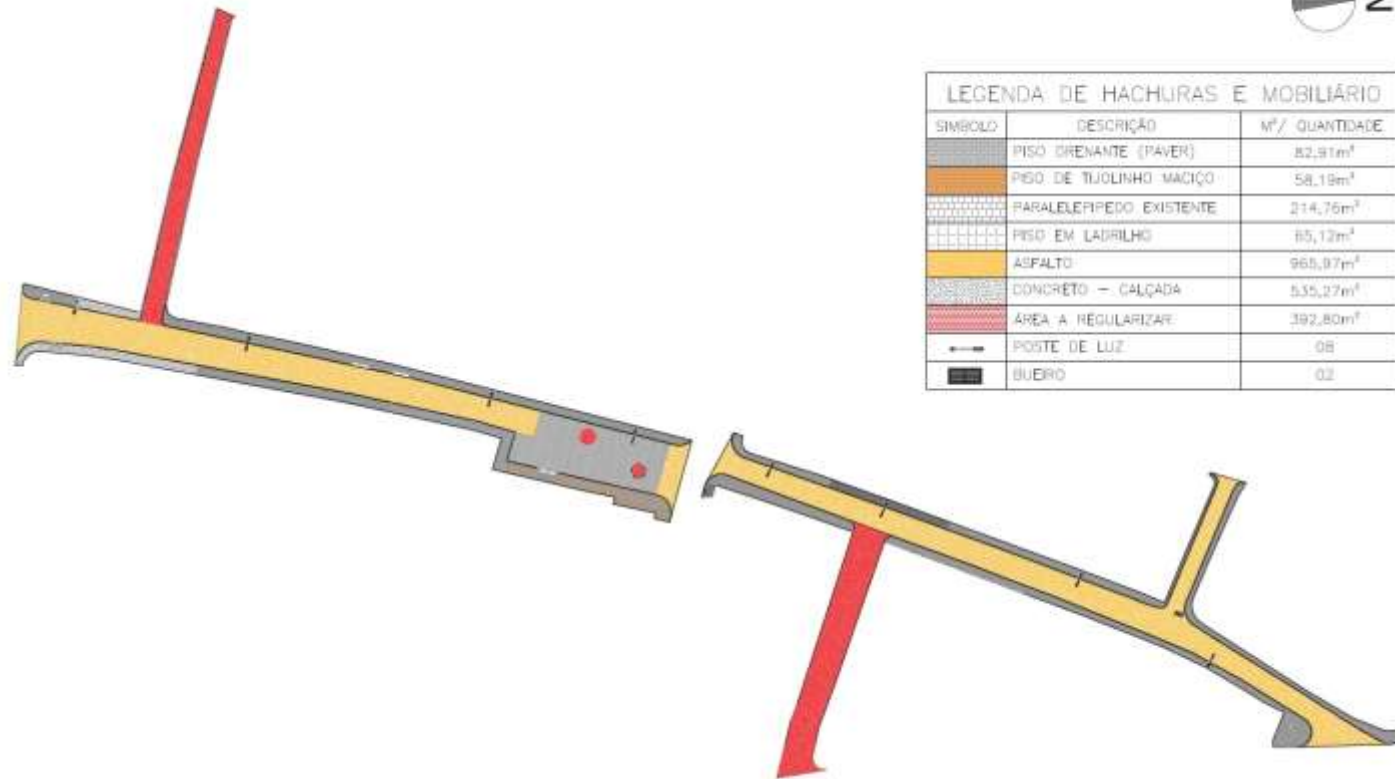
Figura 76: Imagem modelo toldos.  
Fonte: IPHAN, 2010.

## 9. PROPOSTA FINAL

A proposta final do projeto de intervenção urbana teve como princípio a valorização do centro histórico, nesse sentido foi pensado para a Rua 7 de Setembro uma proposta de reabilitação da via e revitalização para as fachadas dos edifícios, com o intuito de melhorar a região e resgatar a sua originalidade, pensando na preservação do patrimônio histórico e cultural e na mobilidade população que reside e frequenta a região.

### 9.1 Levantamento Da Rua 7 De Setembro

Para o desenvolvimento do projeto foi realizado um levantamento *in loco* na via, deste modo é possível analisar que a Rua 7 de Setembro se encontra deteriorada, possuindo diversas irregularidades. A via não possui permeabilidade, contendo diversos tipos de pavimentação como pisos drenantes, blocos de paralelepípedo, pavimentação em concreto e asfaltamento, onde estes possuem muitas rachaduras e buracos. O calçamento se encontra na mesma situação da via, contendo várias rachaduras, não possui meio fio e sem rampas de acesso. Além disso a rua contém pouca iluminação tendo no total apenas oito postes de luz (figura 77).



**Imagem 77: Planta layout do levantamento da via.  
Fonte: Elaboração Autoral (2021).**

## 9.2 Proposta Para Rua 7 De Setembro

Como proposta de intervenção foi definido para a Rua 7 de Setembro novo recapeamento da via com novas peças de paralelepípedos para os pisos, construindo uma nova pavimentação em todo seu perímetro e também a reforma de todas as calçadas com piso drenante, não havendo intervenções nas áreas que já foram recuperadas, em frente à Igreja Senhor dos Passos e na Praça dr. Alberto Novis. Além disso no decorrer da via, é proposto a implantação de mobiliários urbanos sendo, 60 postes de luz colonial, 32 bancos de madeira e ferro fundido, 60 lixeiras e 31 vasos plantas, de preferência primavera (figura 78).

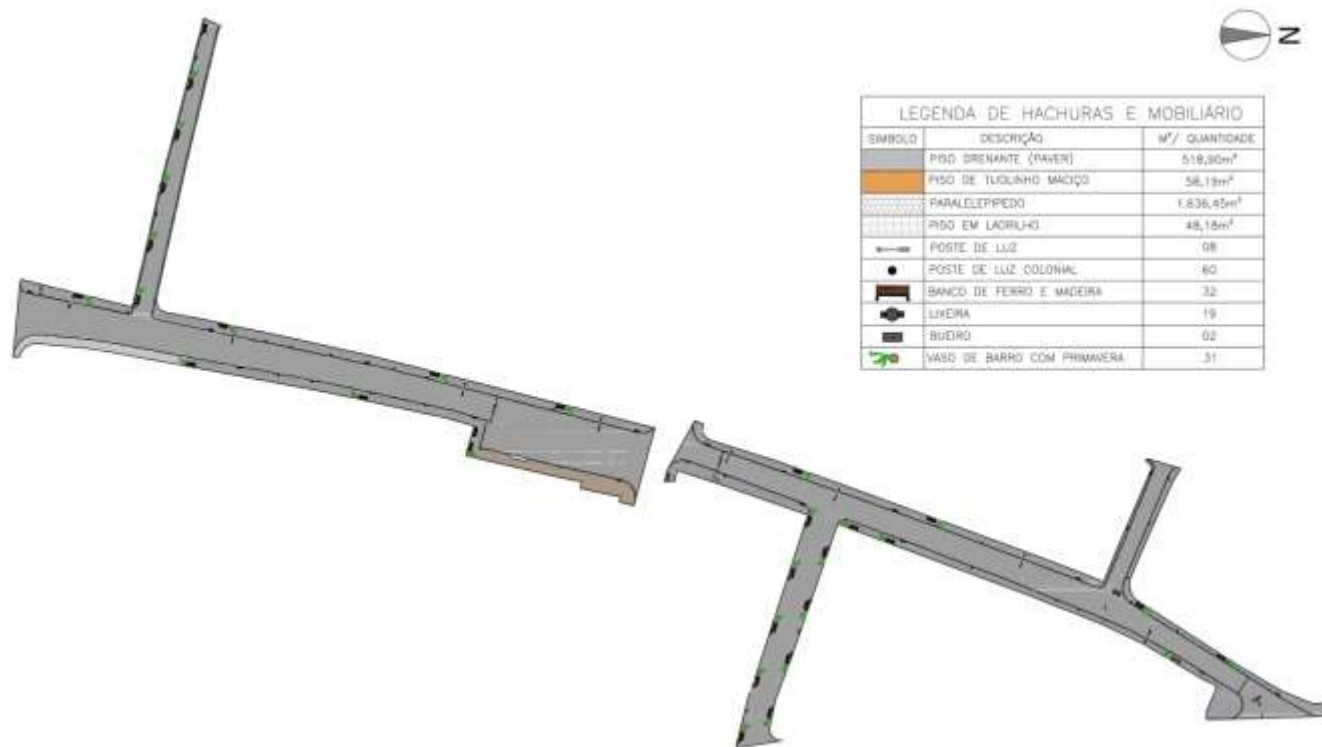


Imagem 78: Planta layout de proposta da via.  
 Fonte: Elaboração Autoral (2021).

### 9.3 Levantamento Das Fachadas

Ao realizar a visita *in loco* é possível observar que na via existem imóveis que estão bem conservados e bem cuidados em contraste com aqueles que ainda não receberam manutenção estando degradados e necessitando de reformas em toda a sua estrutura, bem como paredes, telhados e fachadas. O cenário que se apresenta atualmente é de casarios descaracterizados de sua arquitetura original, com fachadas malcuidadas, ausência de pintura e grande parte das edificações possuem paredes sem reboco, muros quebrados com grandes rachaduras (figura 79 e 80).



Imagem 79: Planta do Levantamento das fachadas.  
Fonte: Elaboração Autoral (2021).



Imagem 80: Planta do Levantamento das fachadas.  
Fonte: Elaboração Autoral (2021).

## 9.4 Proposta Das Fachadas

Ao todo serão 31 imóveis na Rua 7 de Setembro que passaram pelo processo de revitalização. Para realizar as pinturas nas fachadas foi consultado o Estudo de Cores para Arquitetura Colonial do IPHAN de Goiás, onde foram mantidas algumas das cores dos

imóveis, visto que estas fazem parte da identificação do espaço. As edificações que passaram recentemente por um processo de restauro, foram respeitadas, não havendo alterações (figura 81 e 82).



**Imagem 81: Planta da proposta das fachadas.**  
Fonte: Elaboração Autoral (2021).

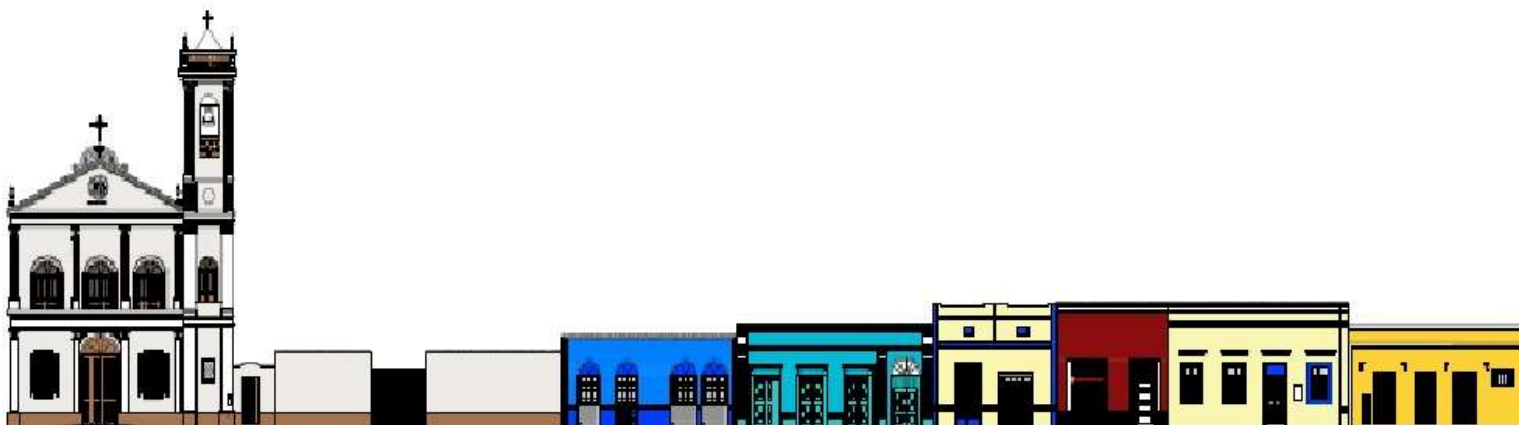


Imagem 82: Planta da proposta das fachadas.  
Fonte: Elaboração Autoral (2021).

## 9.4 Perspectivas



**Figura 83: Perspectiva 01.**  
**Fonte: Elaboração Autoral, 2021.**



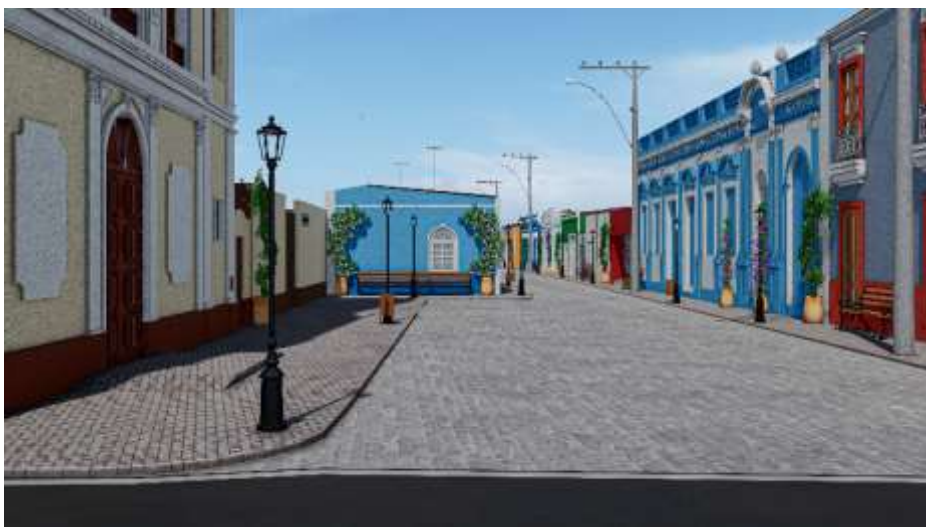
**Figura 84: Perspectiva 02.**  
**Fonte: Elaboração Autoral, 2021.**



**Figura 85: Perspectiva 03.**  
**Fonte: Elaboração Autoral, 2021.**



**Figura 86: Perspectiva 04.**  
**Fonte: Elaboração Autoral, 2021.**



**Figura 87: Perspectiva 05.**  
**Fonte: Elaboração Autoral, 2021.**



**Figura 88: Perspectiva 06.**  
**Fonte: Elaboração Autoral, 2021.**

## 10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia Reabilitação e Revitalização da Rua 7 de Setembro no Centro Histórico de Cuiabá/MT, tem como intuito central a elaboração de uma proposta de intervenção urbana que visa a valorização e preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da cidade. Essa preservação é um processo que pretende respeitar sua história e suas características, por meio das políticas públicas e normativas, com objetivo de conservar o patrimônio e evitar sua destruição, assegurando que sua identidade seja mantida no local.

Como citado no decorrer deste trabalho, a Rua 7 de Setembro possui diversas edificações centenárias de arquitetura colonial cuiabana, eclética e neutra, deste modo a via apresenta grande importância para a cidade no seu contexto arquitetônico, histórico e artístico. Atualmente grande parte das edificações da via não se encontram em boas condições, algumas foram totalmente esquecidas pelo poder público ou por seus proprietários, havendo poucas que estão bem cuidadas e que foram revitalizadas.

Durante o desenvolvimento, foi elaborada uma pesquisa na via para entender quais eram os principais problemas e as suas necessidades, para depois definirmos quais as intervenções urbanas eram necessárias para serem usadas no local. Desta forma, foram utilizadas técnicas de intervenção urbana que se aplicassem da melhor forma, respeitando a via e valorizando o conjunto arquitetônico e seus aspectos históricos e artísticos. Nesse sentido, buscou-se como proposta de intervenção urbana, embasada nas teorias do patrimônio, a reabilitação da via e revitalização das fachadas dos edifícios, visando manter a originalidade do local, recuperando o que está degradado e lhe devolvendo vida, além de melhoria da qualidade de vida da população e do ambiente, fomentando o comércio local e o turismo.

Quando se promove a conservação do patrimônio construído, seja ele cultural ou ambiental, propõe-se aos indivíduos mais qualidade de vida, garantindo às gerações atuais e futuras o apego à sua cultura e seu espaço, fortalecendo os sentimentos de apropriação e sentimentos de pertencimento à cultura local. É nesse contexto que a proposição de intervenção em questão se encaixa. É através da reversão desses processos e da valorização do patrimônio histórico edificado que há o desenvolvimento da cultura, do turismo e da economia local.

## 11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDALRAFT, Ricardo. **A Importância de projetos públicos para a revitalização social e urbana nos centros históricos.** 2014. 200. Trabalho de Conclusão de Curso - UNISANTA, Humanitas, 2014.

APA (2010) **Manual de boas práticas para uma mobilidade sustentável** – Volume II. Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora.

ARAÚJO, Kélytta. **Intervenção Urbana para a Reestrutura da Mobilidade no Bairro Vasco da Gama, em Recife/PE.** Recife, 2016. 97. Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Ciências Humanas Esuda.

BARRETTO, Margarita; GISLON, Milanez. O *flâneur* revisitado: processos de revitalização urbana e caminhabilidade. *Revista Hospitalidade*. São Paulo, v. X, n. 1, p. 54 - 77, jun. 2013.

BARRETO, Renato (2010). **A Bicicleta e as cidades: Como inserir a Bicicleta na politica da mobilidade Urbana.** Instituto de Energia e Meio Ambiente (Org.)

BONDUKI, Nabil. **Intervenções Urbanas na Recuperação de Centros Históricos.** Programa Monumenta IPHAN, MINC. 2012. 378.

BRAMBILLA, Roberto; LONGO, Gianni. **For Pedestrians Only: Planning, Design and Management of Traffic-Free Zones.** New York: Witney Library of Desing, 1977.

BRANDÃO, Raphael; CALLEJAS, Ivan; DURANTE, Luciane. **HABITAÇÕES VERNACULARES E DE INTERESSE SOCIAL**. Contemporânea: investigação sobre a qualidade ambiental e sustentabilidade dos sistemas construtivos. Revista Geoaraguaia, Barra do Garças/MT. V.9, n.1, p.106-131. Abril/2019.

BRASIL. Lei Federal nº 9.503. **Código de Trânsito Brasileiro**. DOU 24/09/1997 retificado no DOU 25/09/1997. Brasília:Diario Oficial. 1997

CABRAL, Clara Bertrand. 2011. **Patrimônio Cultural Imaterial: Convenção da Unesco e seus Contextos**. Lisboa: Edições 70. 339 páginas, ISBN: 978-972-44-1669-4

CAMPOS, Daniel. **Revitalização do Beco do Candeeiro: Memorial descritivo**. Cuiabá/MT. 2018, p. 16, no prelo.

CAMPOS, Daniel. **Restauro e Reabilitação da Gráfica Pepê em Cuiabá/MT: UMA PROPOSTA DE CENTRO DE REFERÊNCIA PARA A COMUNIDADE LGBT**. 2017. 60 pag . Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – UNIVAG, Várzea Grande, 2017.

CASSILHA, Gilda A. **Planejamento urbano e meio ambiente** / Gilda A. Cassilha, Simone A. Cassilha, 1 ed. rev. Curitiba, IESD, 2012.

CAU. **O Arquiteto e a preservação do Patrimônio Histórico**. Disponível em: <https://www.caumt.gov.br/o-arquiteto-e-a-preservacao-do-patrimonio-historico/>. Acesso em: 28 jun. 2021.

CÉSAR. Pedro de Alcântara Bittencourt; STIGLIANO, Beatriz Veroneze. **A viabilidade superestrutural do patrimônio: estudo do museu da língua portuguesa**. CULTUR, ano 04 - nº 01 - Janeiro/2010.

Colville-Andersen, m. Copenhagen (2016). Copenhagezine Design Co. (Org.) Massive Passenger Increase After Bikes Allowed Free on Trains.

CHOU, J.; ANDRADE, J. **Intervenção urbana e patrimônio cultural**. Sergipe: PRODEMA-UFS, s/a.

CONTE, C. Q.; FREIRE, Marcus Vinícius De Lamônica. **Centro histórico de Cuiabá, patrimônio do Brasil**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

COSTA, Ana Maria, **Calçadão dos Mascates**, 1 ed. Editoração eletrônica, 2006.

COUTO, Perla; MARTINS, Solismar F. Revitalização urbana como produto de apropriação do espaço público. LI Simpósio de Estudos Urbanos, A dinâmica das cidades e a produção do espaço. 2013.

CRESTANI, Andrei M. As faces (in)visíveis da regeneração urbana: rua Riachuelo e a produção de um cenário gentrificado. Cad. Metrop., São Paulo, v. 17, n. 33, pp. 179-200, maio 2015.

CUIABÁ. **Lei nº 150, de 29 de janeiro de 2007**. Dispõe sobre o plano diretor de desenvolvimento estratégico de Cuiabá e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.cuiaba.mt.gov.br/upload/arquivo/plano\\_diretor\\_de\\_desenvolvimento\\_estrategico\\_cuiaba.pdf](https://www.cuiaba.mt.gov.br/upload/arquivo/plano_diretor_de_desenvolvimento_estrategico_cuiaba.pdf)>. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

CUIABÁ. **Lei nº 389, de 03 de novembro de 2015**. Disciplina o uso e ocupação do solo no Município de Cuiabá. Disponível em: <[www.smader.cuiabá.mt.gov.br/storage/app/media/lei-complementar-n-389-de-03-de-novembro-de-2015.Pdf](http://www.smader.cuiaba.mt.gov.br/storage/app/media/lei-complementar-n-389-de-03-de-novembro-de-2015.Pdf)>. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

CUIABÁ. **Lei nº 3266 de 11 de janeiro de 1994.** Regulamenta o art. 5º - inciso III da lei orgânica do município, organiza O Conselho Municipal de Cultura e dá outras providências. 1994. Disponível em: <http://leismunicipa.is/eflpg>. Acesso em: 23 jun. 2021.

CUIABÁ. **Lei Orgânica.** Lei Orgânica do Município de Cuiabá/Mt. 1990. Disponível em: <http://leismunicipa.is/sdimt>. Acesso em: 23 jun. 2021.

CUIABÁ. **Lei nº 11.323, de 23 de março de 2021** – Edição extra. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mt/lei-ordinaria-n-11323-2021-mato-grosso-dispoe-sobre-a-protecao-do-patrimonio-historico-artistico-e-cultural-do-estado-de-mato-grosso-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

DANIELA, Motisuke. **Reabilitação de Áreas Centrais. Antagonismo e Ambiguidades do Programa Paulistano Ação centro.** Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2008, p. 217.

DANTAS, F. S. **O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan): um estudo de caso em direito administrativo.** Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 264, p. 223-243, set. /dez. 2013.

**DEMOGRÁFICO, IBGE Censo.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 de agosto de 2021, v.3, 2010.

DGOTDU (1998) **Vocabulário Urbanístico**, DGOTDU, Lisboa.

DUARTE, Paulo. **O pavimento de paralelepípedo.** Circula Seguro, Espanha, 2013.

ELIAS, Samira. **A reabilitação urbana como proposta de proteção do patrimônio edificado no centro histórico de Cuiabá-MT.** 2012. 152. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso. UFMT, Cuiabá, 2012.

FALCÃO, Anny V. FARIAS, Talden Q. **Gentrificação de áreas históricas:** Desenvolvimento urbano e patrimônio cultural. Ver. Direito e liberdade – RDL – v. 20, n, 2, p. 31-52, mai/ago. 2018.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio, Ver a cidade. São Paulo: Nobel, 1988.

FLORES, Joaquin. **Mobilidade Pedonal e Mobilidade Velocipédica.** 2003. 77.

FONSECA, Fabio. **Os calçadões e sua importância para a qualidade urbana na área central de Juiz de Fora.** Dissertação, para o mestrado em Ambiente Construído. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2012. 164.

FREIRE, Mariane T. **Intervenção Urbana nas Orlas do Rio Paraíba do Sul em Campos dos Goytacazes,** RJ. Monografia, para conclusão do curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. Campos dos Goytacaze/RJ, 2015. 119.

GODOY, Arilda S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades,** In Revista de Administração de Empresas, v35, n.2, mar. /abr. 1995<sup>a</sup>, p. 57-63. Pesquisa qualitativa – tipos fundamentais, In Revista de Administração de Empresas, v.35, n.3, mai. /jun. 1995<sup>b</sup>, p. 20-29.

GOMES, E. C. **Revitalização Urbana e Turismo:** o caso do centro histórico de Chaves. Dissertação (Mestrado em Turismo) Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.

GRANATO, Marcus; RIBEIRO, Emanuela; ARAÚJO, Bruno. **Cartas Patrimoniais e a preservação do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia**. Londrina, v. 23, n.3, p. 202 – 229, set/dez 2018.

GUIMARÃES, Maria B. **Práticas Supervisionadas – 1º Produto. Levantamento do Centro Tombado**: Fichas SICG dos imóveis e mapeamento de uso do solo, estado de conservação, tipologias arquitetônicas, preservação de características históricas, gabarito e riscos. Mestrado profissional em preservação do patrimônio cultural. Abril 2019.

HOJEMO, Thomas. **A Leveza de Andar**: O desenvolvimento de políticas urbanas voltadas para os pedestres em Copenhague, Dinamarca (1960-2015). Fronteiras, Revista de História, Dourados, MS. 2015, p. 209-226.

HORTA, M. L.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básica de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

HOSAGRAHAR, Jyoti. **Cultura: no coração dos ODS**. Correio da UNESCO, 2017. Disponível em: <https://pt.unesco.org/courier/april-june-2017/cultura-no-coracao-dos-ods>. Acesso em: 15 ago. 2021.

INVENTÁRIO NACIONAL DE BENS IMOVEIS SITIOS URBANOS TOMBADOS – INBI\_SU, Manual de Preenchimento. IPHAN. Edições do Senado Federal, volume 82. 2007.

IPHAN. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. ENCONTRO DE GOVERNADORES. Compromisso de Salvador. c.1971. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20salvador%201971.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2021.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cuiabá (MT). c2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/368/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O IPHAN. c2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

JANUZZI, Denise; GRASSIOTTO, Maria. **A regeneração Urbana das áreas centrais de Birmingham e Frankfurt**. Brazil. J. of Develop., Curitiba, Paraná. 2020, p.15.

JOKILEHTO, Juka. **Princípios da Conservação e suas Bases Teóricas**. 1986. 10.

JOKILETHO, Juka. **Conceitos e ideias sobre conservação**. In: JOKILETHO, Juka. *Gestão do patrimônio cultural integrado*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Notas sobre a Carta de Veneza**. In: *Anais do Museu Paulista*, 2010, vol.18, n.2, p. 287-320. MIP. Carta de Restauo. Roma: 1972.

LIMA, Mara. **Revitalização Urbana. Proposta Teatro Mindelo**. Universidade Jean Piaget de Cabo Verde. Cidade da Praia, Santiago, Cabo Verde, 2012.

LIRA, Gilson. **Conhecendo Mato Grosso. O estado e a capital**. Cuiabá, 2011

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **PESQUISA EM EDUCAÇÃO: Abordagem qualitativa**. São Paulo: EPU, 1986, 99 pág.

MARTINS, Amilton. **Situação do Centro Histórico de Cuiabá. Um olhar sobre suas casas e casarões antigos.** 2019. 70. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico. Iato sensu – a distância, do Programa de Pós-graduação em Arte-PPG-Arte, Instituto de Artes da Universidade de Brasília. Polo cidade de Goiás – GO.

MENDES, Luís. **A regeneração urbana na política de cidades: inflexão entre o fordismo e o pós-fordismo.** Artigo Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management) - Universidade de Lisboa, Portugal, 2003.

MENDES, L. (2008). **Gentrificação e a Cidade Revanchista: que lugar para os Movimentos Sociais Urbanos de Resistência?** *Forum Sociológico*, n. 18, pp. 21-28.

MOURA, Dulce; GUERRA, Isabel; SEIXAS, João e FREITAS, Maria. **A revitalização Urbana. Contribuições para a definição de um conceito operativo.** Universidade de Lisboa, 2006.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.** c.2021. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 23 ago. 2021.

NASCIMENTO, Eliane. **Olinda: Uma Leitura da História e Psicanalítica da memória sobre a cidade.** Tese de Mestrado, Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia. 2008, p.388.

NEVES, José Luis. **PESQUISA QUALITATIVA - características, usos e possibilidades.** Mestrando do curso de Pós-Graduação em Administração de Empresas FEA-USP. São Paulo, 1996.

ODS BRASIL. **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** C. 2021. Disponível em: <<https://odsbrasil.gov.br/home/agenda>>. Acesso em: 23 ago. 2021.

PASQUOTTO, Geise B. **Renovação, Revitalização e Reabilitação: Reflexões sobre as terminologias nas intervenções urbanas.** Revista Complexus – Instituto Superior de Engenharia, Arquitetura e Design – Ceunsp, Salto-SP, Ano. 1, n.2, p. 143-149, setembro 2010.

PASSOS, Fernanda. **O novo Flâneur.** Disponível em: <<http://bosquesonhador.files.wordpress.com/2012/03/ baudelaire.pdf>> Acesso em: 23 de ago. 2021.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ – Plano de Saneamento Básico. Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.** Ver. 2017/18.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ – SMDU. Perfil socioeconômico de Cuiabá – Volume V.** 2011.

PINHEIRO, Rafaelle e SANTOS, Cristiane. **Revitalização urbana e turismo: o caso do Centro Histórico de Aracaju.** 2012. 292. Artigo Turismo e Sociedade, Curitiba, 2012.

RENIER, Paula. **Proposta de Revitalização para o Parque Estadual Zé Bolo Flô.** 2021. 201. Monografia em Arquitetura e Urbanismo, UNIVAG. Várzea Grande, 2021.

RIBEIRO, Rubia. **A importância da valorização da cultura popular para o desenvolvimento local.** 2007. 8. Trabalho apresentado no III ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. UFBA, Salvador, 2007.

ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio S. **Praças Brasileiras.** 2. Ed. – São Paulo: Editora de Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 2003 – [Coleção Quapá].

SALGUEIRO, T. Barata (1992). **A cidade em Portugal,** Ed. Afrontamento, Porto.

SAVAGE, M; WARDE, A. e WARD, K. (2003). *Urban sociology, capitalism and modernity*. Hampshire, Palgrave.

SCHICCHI, Maria Cristina. **O Programa Momumenta e o modelo de centro histórico das cidades brasileiras**. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo – PUC-Campinas. Campinas, São Paulo, Brasil. 2012 p.25-34.

SCHICCHI, Maria Cristina. **REstauração, RENovação, REvitalização, REqualificação, Reabilitação**. Setembro 2005.

SMITH, N. (2002). New globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy. *Antipode*, v. 34, n. 3, pp. 427-450.

SECEL. **Secretaria de Estado e Cultura, Esporte e Lazer**. Disponível em: < <http://www.secel.mt.gov.br/-/imoveis-tombados>.> Acesso em: 20 de agosto de 2021.

SIMÕES, Florbela. **Mobilidade Pedonal. O caso de estudo da Baixa de Lisboa e suas colinas**. Dissertação de Mestrado em Gestão do Território Planeamento e Ordenamento do Território. Universidade Nova de Lisboa, 2011.

SOUZA, C. A. E.; LIMA NETO, O.; BRASILEIRO, A. **Integração modal entre bicicletas com o transporte público de massa para o desenvolvimento sustentável de cidades**, 2008 - Departamento de Engenharia Civil – Universidade Federal de Pernambuco Cidade Universitária, Recife-PE

TEIXEIRA, Camila A. e EDRA, Fatima P. **Bicicleta no planejamento urbano e nas estratégias: um aproveitamento para o turismo**. Artigo, revista Turismo e Desenvolvimento, nº 30. 2018. 37 – 49.

UNESCO. **15º Seção da Conferência Geral**. Paris: 1968

UNESCO. **Patrimônio Mundial no Brasil**. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasilia/expertise/world-heritage-brazil>. Acesso em: 23 jun. 2021.

VALE, D. S.. **A cidade e a bicicleta: Uma leitura analítica**. Revista Portuguesa de Geografia, Lisboa, v. 103, p. 45-66, dez. 2016.

VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. de. **Intervenções em Centros Urbanos**. Barueri, SP: Manole, 2009.

ZAMPIERI, Fábio Lúcio (2006). **Modelo estimativo de movimento de pedestres baseado em sintaxe espacial, medidas de desempenho e redes neurais artificiais**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura. Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional. Porto Alegre, RS.

ZANIRATO, Sílvia. **A Restauração do Pelourinho no Centro Histórico de Salvador, Bahia, Brasil**. Potencialidades, limites e dilemas da conservação de áreas degradadas, história, cultura e cidade. Artigo, Universidade Estadual de Maring, Brasil. 2007, p.13.

\_\_\_\_\_. (2006). **“A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global”**. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. (ed.). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo, Annablume.

\_\_\_\_\_. Leinº 12.587, de 03 de janeiro de 2012. **Política Nacional de Mobilidade Urbana**. Brasília, DF, Disponível em: Acesso em: Agosto/2021.